

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

PATRÍCIA REGIANE DA SILVA FURLANETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS PARA
A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA**

Santos

2016

PATRÍCIA REGIANE DA SILVA FURLANETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS PARA
A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA**

Dissertação apresentada à banca examinadora como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Católica de Santos – Unisantos.

Linha de Pesquisa: Instituições Educacionais, História, Política e Processos de Gestão.

Orientação: Professora Doutora Ivanise Monfredini

Santos

2016

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

F985p Furlaneto, Patrícia Regiane da Silva

Políticas públicas e programas municipais para a inclusão escolar de pessoas com deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista. / Patrícia Regiane da Silva Furlaneto; Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ivanise Monfredini. – 2015.

185 f. ; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Políticas públicas. 2. Pessoa com deficiência. 3. Inclusão escolar. 4. Baixada Santista. I. Monfredini, Ivanise. II. Universidade Católica de Santos. III. Políticas públicas e programas municipais para a inclusão escolar de pessoas com deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista.

CDU MON 37(043.3)

PATRÍCIA REGIANE DA SILVA FURLANETO

**POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS PARA
A INCLUSÃO ESCOLAR DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA**

Dissertação apresentada para o programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, no curso de Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos UNISANTOS.

Data de defesa: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ivanise Monfredini – Orientadora - Membro – Nato – UNISANTOS.

Prof. Dr. Vandrê Gomes da Silva – Membro – Titular - UNISANTOS.

Prof. Dr. José Geraldo Silveira Bueno – Membro – Titular – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.

Dedicatória

*“Porque Dele e por Ele,
e para Ele, são todas as coisas;
glória, pois, a Ele eternamente. Amém”.*
Romanos 11:36

Deus, sempre em primeiríssimo lugar, pois, assim todas as demais coisas já me foram e continuam sendo acrescentadas. (Mateus 6:33)

Dedico e compartilho a alegria e a emoção desta conquista àqueles que me acompanharam ao longo da vida, *mamãe e pai (Cléia Lins e Marco Antônio)*. É necessário e primordial honrar pai e mãe, amo vocês. Pena que o meu pai já partiu para os braços do Pai Celestial. Saudades...

Dedico com muito amor e carinho a um Homem que respeito e amo muito, meu maravilhoso e companheiríssimo *marido (Maurício Furlaneto)*, você é a melhor parte de mim.

Agradecimentos

*“E sabemos que todas as coisas
contribuem juntamente
para o bem daqueles que amam a Deus”
Romanos 8:28*

Ah! Senhor meu Deus, ainda que eu passasse o resto da vida que me destes, dizendo “muito obrigada”, não seria suficiente para agradecer todas as vezes que o Senhor operou milagres e maravilhas na minha vida. Muito Obrigada!

À Mamãe que sempre acreditou em mim, e que é um anjo do Senhor na minha vida, sempre me incentivando a estudar. Exemplo de mulher guerreira e batalhadora, aprendi e aprendo muito mais a cada dia com a senhora, te amo de todo coração! Muito Obrigada por tudo.

Marido! Agradeço todas as vezes que você foi compreensivo e entendeu que eu não podia ir ao cinema, ou sair para caminhar ao seu lado, ou mesmo desfrutar da sua companhia numa viagem, por que estava estudando. Agradeço às noites que você ficou levantando, a cada 5 minutos e apenas com os olhos brilhantes e carinhosos me chamava para dormir ao seu lado. Te amo imensamente, você é a Delícia da minha vida.

À minha diretora D. Cida Cubília, recentemente Sub Secretária de Educação da cidade de Praia Grande que confiou e acreditou que seria possível, iniciar este grande desafio, obrigada por cada conversa olho no olho, cada abraço de saudade, cada olhar materno e carinhoso, acredite também senti sua falta. Muito Obrigada pela confiança, te amo de montão.

À minha assistente de direção Ana Paula Souza recentemente Diretora da Escola por oportunizar a realização deste trabalho, reorganizando meus horários e permitindo que eu pudesse concluir este sonho, sem você isto seria muito, muito mais difícil. À você meu respeito e meu muito Obrigada.

À minha Orientadora Prof. Dra. Ivanise Monfredini, pela oportunidade, acolhimento, disponibilidade, leitura atenta do meu trabalho e paciência, Obrigada por cada conversa, cada orientação, cada debate, obrigada pelo encorajamento e especialmente por me mostrar o caminho.

À todos os *representantes das Secretarias de Educação* de cada município da Baixada Santista, especialmente o setor da *Educação Especial*, que me recebeu com boa vontade para fornecer os dados necessários para a realização deste trabalho. *Muito Obrigada a cada um de vocês.*

À CAPES que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa, concessão da Bolsa de Estudos.

À querida *Débora* funcionária da Secretaria da Unisantos, que me atendia sempre prontamente com todo o amor e carinho, que me acalmava nas minhas dúvidas e crises, e que especialmente vibrava com as minhas vitórias. *Com muito carinho, Muito Obrigada.*

À minhas queridas irmãs *Débora e Virgínia*, simplesmente por que Deus colocou vocês na minha vida, apenas para que eu fosse mais feliz, *amo vocês, obrigada pelo incentivo e pela compreensão.*

À minhas sobrinhas *Ana Karolyna e Maria Luiza*, agradeço pela compreensão de tantas e longas ausências, é verdade! A tia não conseguia brincar tanto, pois, tinha sempre que estudar, aqui está o resultado de tanto esforço e abdicção, valeu a pena, *amo vocês e você também Marquinhos, lindo.*

À minha amiga *Carla Gatto*, que acompanhou minhas angustias e minhas crises de desespero, sempre me incentivando e me orientando a seguir em frente com fé, pois, sem fé é impossível agradecer a Deus. *Carlinha, Muito Obrigada te amo.*

Ao meu amigo *Lúcio* que sempre me incentivava na escola, fazendo-me acreditar que eu sou alguém especial. *Lúcio, muito Obrigada pelo carinho.*

Aos meus amigos e amigas da escola Antonio Peres Ferreira pelo incentivo, professores, secretaria, limpeza, cozinha, quadra, gestão, alunos e pais. Minha gratidão e carinho para com aqueles(as) que dividem e dividiram comigo minhas angústias, medos e também conquistas. Peço-lhes perdão por não explicitar o nome de todos(as), mas que, certamente, os(as) tenho na mais profunda admiração carinho e respeito. *Sempre correndo, muito obrigada.*

Aos meus amigos e amigas do curso de mestrado, assim como os nossos queridos mestres e doutores do curso, foi realmente uma experiência ímpar conhecê-los e aprender com vocês. *À vocês meu respeito e eterno agradecimento.*

A todos que direta ou indiretamente contribuíram até aqui. MUITO OBRIGADA.

“Eu mesmo tenho frequentemente lembrado que se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas”.

Bourdieu, 2005.

Resumo

Esta dissertação refere-se à presente pesquisa intitulada “Políticas Públicas e Programas Municipais para a inclusão escolar de pessoas com deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)”. Até o momento da elaboração desta dissertação, a pesquisa da bibliografia sobre o tema, revelou que ainda não existem estudos na Região Metropolitana da Baixada Santista que contemplem as Políticas Públicas e Programas Municipais para inclusão escolar de pessoas com deficiência. Por outro lado, a análise das informações contidas na base de dados do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, evidencia o aumento do número de matrículas de alunos com deficiência, na RMBS. Esses resultados parciais sugeriram inferir as seguintes questões, que orientaram a pesquisa: Como os municípios têm administrado a questão do aumento de alunos com deficiência nas unidades regulares de ensino? Quais são as políticas públicas e programas municipais, que cada município estabeleceu para nortear o trabalho realizado com este público? Existem programas específicos desenvolvidos pelas cidades que englobem professores, família, comunidade ou outros atores sociais para o atendimento dos alunos deficientes? Os objetivos foram: conhecer como cada município da Baixada Santista realiza a inclusão escolar nas redes regulares de ensino nos anos iniciais e contribuir para um melhor entendimento sobre os desdobramentos das políticas educacionais nacionais de inclusão de pessoas com deficiências, na RMBS. Especificamente, conhecer as bases de políticas públicas da educação especial de cada município; conhecer quais são os programas municipais utilizados para a inclusão de pessoas com deficiência, conhecer as estratégias desenvolvidas pelas Prefeituras para atender este público. A metodologia da pesquisa segundo Ball e Bowe (1992), consistiu na análise de textos políticos, que podem ser coerentes, claros e até mesmo contraditórios, uma vez que são resultado de disputas e acordos entre diferentes grupos que competem para controlar as representações da política. Foram utilizados procedimentos de pesquisa documental com análises de documentos oficiais, leis municipais e programas específicos.

Palavras chave: políticas públicas, pessoa com deficiência, inclusão escolar, Baixada Santista.

Abstract

This relatory make reference at present research entitled “Public Politics and Municipal Program to include disable people in the Metropolitan Region of the Baixada Santista (RMBS)”. Until the moment to the elaboration this relatory, the research of the bibliograf about the theme, revealed there is not study in the Metropolitan Region of the Baixada Santista that contemplate the Public Politics and Municipal Program to include school of the disable people. Instead of the analyse of the informations contained in the data base in the INEP – Nacional Institute of the Studys and Educacional Research Anísio Teixeira, evidence the increase of the number enrollment of the disable students, in the RMBS. This parcial results suggest infer the following questions, that guide the continualness that research: how the country have been administrated the increase the disable students in the regular school knowledge? What are the public politics and municipal program, that each country established to guide the work with this public? Are there specifcs programs developed by the country that covers teachers, family, community or another social actors to the attendance the disable students? The goals are: To known how each country of the Baixada Santista realize the school inclusion in the regulars networks of the knowledge in the inicial year and to contribute to better understanding about the developments of national educacional politics of include disable people, on RMBS. Specifically, to known the base public politics of the special education each country; To known what are the municipal program used to include disable people and to known the strategies developments by City Hall to answer this public. The methodology of research consist in analyses politics texts that according Bowe (1992) can be coherence, clear and even contradictory, are results of the contest and agrément between diferent groups that compet to control the politics representation. Used procediments of the documents research with analyses of the oficial documents, municipal laws and specifcs program.

Keywords: School Inclusion, disable people, public politics, Baixada Santista.

LISTA DE GRÁFICOS E MAPAS

Gráfico 1: Produção do GT 15 Educação Especial da ANPED sobre política educacional (1991-2010).....	22
Gráfico 2: Educação Especial – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2012.....	24
Gráfico 3 – Educação Especial Matrícula em Classes Especiais e Escolas Exclusivas – Brasil – 2012.....	26
Gráfico 4 – Educação Especial Matrícula em Classes Comuns (Alunos Incluídos) – Brasil – 2012.....	26
Mapa 1 – Estado de São Paulo.....	51
Mapa 2: Região Metropolitana da Baixada Santista – RMBS.....	52
Gráfico 5 – Porcentagem de alunos com deficiência que estudam nas escolas regulares e municipais das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista	65
Gráfico 6 - Baixada Santista Alunos com Deficiência nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental.....	66
Gráfico 7 - Baixada Santista Número de todas as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares.....	67

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Número de Matrículas na Educação Especial por Etapa de Ensino – Brasil – 2007 – 2012.....	23
Tabela 2 – Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-2012.....	25
Tabela 3 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Bertioga.....	55
Tabela 4 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Cubatão.....	56
Tabela 5 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Guarujá.....	57
Tabela 6 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Itanhaém.....	58
Tabela 7 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Mongaguá.....	59
Tabela 8 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Peruíbe.....	61
Tabela 9 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Praia Grande.....	62
Tabela 10 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Santos.....	63
Tabela 11 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – São Vicente.....	64
Quadro 1 – Síntese das Informações sobre as Diretrizes das Políticas Públicas usadas para nortear o trabalho desenvolvido das Redes de Ensino.....	72
Quadro 2 – Síntese das Informações sobre as Redes de Atendimento da Região Metropolitana da Baixada Santista.....	85
Quadro 3 – Síntese das Informações sobre os Profissionais que acompanham alunos com deficiência de cada Município da Baixada Santista.....	91
Quadro 4 – Síntese das Informações sobre as Especificidades de cada Município da Baixada Santista.....	101
Quadro 5. A – Síntese do caminho da pesquisa em Peruíbe, São Vicente, Mongaguá, Itanhaém e Praia Grande (Apêndice).....	116
Quadro 5. B – Síntese do caminho da pesquisa em Bertioga, Santos, Cubatão e Guarujá (Apêndice).....	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACES - Associação das Crianças Especiais de Santos
ADE – Arranjos de Desenvolvimento da Educação
AEE – Atendimento Educacional Especializado
AMEM - Associação do Menor Enfermo Mental
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APAEA - Associação de Pais Amigos e Educadores de Autistas
APPC - Associação dos Portadores de Paralisia Cerebral
BPC – Benefício de Prestação Continuada
CADEME - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CAEC - Centro Comunitário: Atendimento de Convivência
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CAS - Centro de Atendimento ao Surdo
CCEV - Centro de Convivência Esperança e Vida
CD – Conselho Deliberativo
CE – Complementação Educacional
CEB – Câmara de Educação Básica
CECAE - Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais
CEE – Centro de Educação Especializado
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial
CEREX - Associação de Pais Pró Centro de Recuperação
CESB - Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNEC - Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant
CONAE – Conferência Nacional de Educação
DA – Deficiente Auditivo
DE – Desempenho Excelente
DEM - Democratas
DF – Distrito Federal

DI – Desempenho Insatisfatório
DP – Desempenho Parcial
DPEE – Diretoria de Políticas de Educação Especial
DS – Desempenho Satisfatório
DV – Deficiente Visual
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EMEIEF - Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental
EPM - Escola Paulista de Medicina
EVOLUÇÃO - Associação Assistencial Social Evolução, Escola de Educação Inclusiva Célia Pfeifer
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GT – Grupo de Trabalho
GT 15 – Grupo De Trabalho Educação Especial ANPED
HTPC – Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo
IBC – Instituto Benjamin Constant
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES - Instituto Nacional da Educação dos Surdos
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LMC - Lar das Moças Cegas
MEC – Ministério da Educação
MEIMEI - Associação Espírita Seara de Jesus
NAPNE - Associação dos Portadores de Deficiência Mental
NT – Nota Técnica
NUREX - Núcleo de Reabilitação dos Excepcionais “São Vicente de Paulo”
ONU – Organização das Nações Unidas
PAR – Plano de Ações Articuladas
PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
PNE – Plano Nacional de Educação
PNEE – Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais
PP – Partido Progressista
PPD – Pessoa Portadora de Deficiência
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRP – Partido Republicano Progressista
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido da Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
RA – Região Administrativa
RM – Região Metropolitana

RMBS – Região Metropolitana da Baixada Santista

RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SACI - Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação

SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEIC - Seminário de Educação Inclusiva de Cubatão

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos

UNISANTOS – Universidade Católica de Santos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Resumo.....	09
Abstract.....	10
Lista de Gráficos e Mapas.....	11
Lista de Tabelas e Quadros.....	12
Lista de Abreviaturas e siglas.....	13
INTRODUÇÃO.....	19
1. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	30
1.1 A Abordagem de Políticas.....	30
1.2 O conceito de Políticas Públicas.....	33
1.3 Relações entre a formulação e a Implementação de Políticas Públicas.....	35
1.4 Relações existentes entre os entes Federados e o Regime de Colaboração.....	36
1.5 Sobre Inclusão e Inclusão Escolar: alunos com deficiência nas escolas regulares...	41
1.6 Políticas Públicas da Educação Especial - Documentos Internacionais.....	46
1.7 Políticas Públicas da Educação Especial – Documentos Nacionais.....	47
2. REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS).....	51
2.1 Características da Região.....	51
2.2 Inclusão escolar dos alunos com deficiências: as características de cada Município, quantidades de escola e alunos.....	53
2.2.1 Bertioga.....	54
2.2.2 Cubatão.....	56
2.2.3 Guarujá.....	57
2.2.4 Itanhaém.....	58
2.2.5 Mongaguá.....	59
2.2.6 Peruíbe.....	60
2.2.7 Praia Grande.....	61
2.2.8 Santos.....	62
2.2.9 São Vicente.....	63
2.2.10 Síntese a partir das informações pesquisadas.....	65
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS DA BAIXADA SANTISTA.....	69

3.1 Diretrizes Políticas.....	70
3.2 Rede de Atendimento	81
3.3 Profissionais.....	86
3.4 Especificidades.....	92
Considerações Finais.....	102
Apêndice	109
Anexo 1 – Bertioga.....	119
Anexo 2 - Cubatão.....	130
Anexo 3 – Mongaguá	134
Anexo 4 - Itanhaém.....	138
Anexo 5 – Peruíbe.....	147
Anexo 6 – Praia Grande.....	164
Anexo 7 – Santos.....	166
Anexo 8 – São Vicente.....	174
Anexo 9 – Guarujá.....	175
Fontes	177
REFERÊNCIAS	178

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre as políticas públicas da educação especial nasceu e foi se confirmando em várias fases da minha vida. Sempre estudei música e quando questionada sobre o futuro respondia, com certo brilho no olhar, o desejo de trabalhar com pessoas especiais, pessoas que apresentassem alguma deficiência.

Durante um curto espaço de tempo estudei com algumas pessoas com deficiência física, auditiva, intelectual, depois trabalhei com cadeirantes e surdos, e fui crescendo até que os anos se passaram e em 1999, iniciei minha vida acadêmica no curso de Educação Física e Esportes da Universidade Santa Cecília – UNISANTA, onde comecei a aprender sobre “Esportes Adaptados”, disciplina que orientava atividade física para pessoa com deficiência. Pouco tempo depois fui cursar uma pós-graduação em Fisiologia do Exercício na Escola Paulista de Medicina - EPM, na Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP, que concluí em 2005.

Sempre trabalhei na área do fitness, ginástica, dança, natação, hidroginástica e capoeira. Até que em 2008 comecei a atuar em escolas municipais, gostei do desafio. Motivada pela rotina escolar e pelos conhecimentos pedagógicos envolvidos nesta área retornei aos bancos universitários para estudar minha segunda graduação desta vez, Pedagogia que cursei na Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

Durante as aulas Educação Física na escola, realizava os “momentos de leitura”, quando recebi um aluno “surdo”, daí as minhas inquietações e dificuldades começaram. Fui então estudar Libras na Congregação Santista de Surdos, em 2010 na cidade de Santos. Depois de um ano e meio, o aluno saiu da escola. E eu?

Pois é, eu fiquei indignada, um sentimento de total abandono me dominou, pois, eu fui estudar para atender melhor meu aluno, me preparei, me esforcei, acreditava que tinha ido além, e no fim, fui deixada. Seis meses depois recebi um novo aluno surdo no primeiro ano do ensino fundamental e concluí que tudo que aprendemos com o objetivo de aprimorar nossa prática pedagógica é importante para contribuir com nosso ofício de mestre.

No segundo semestre de 2010 iniciei minha segunda pós-graduação em “Atividade Física para pessoa com deficiência” pela Universidade Aberta do Brasil – UAB vinculada com a Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, que concluí em 2012 e neste mesmo ano fui chamada para assumir o cargo de Coordenadora Pedagógica da escola em que leciono desde 2008. Foi uma experiência desafiadora e muito proveitosa.

Em fevereiro de 2014, iniciei o Mestrado em Educação pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS, e no mês de maio fui contemplada com a bolsa CAPES. Hoje tenho o privilégio de continuar meus estudos, com a presente pesquisa na área de Políticas Públicas da Educação Especial.

Com ela pretendo trazer contribuições oferecendo dados sobre o cenário da Educação Inclusiva por meio da análise dos documentos legais e programas desta modalidade de ensino dentro das escolas regulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, estudo que até o momento não foi realizado por nenhum pesquisador.

Também pretendo contribuir para que os profissionais da área da educação possam conhecer a implementação de uma política pública e sua articulação com documentos legais e programas da educação inclusiva na Região Metropolitana da Baixada Santista.

O conhecimento sobre esta temática contribui para que a sociedade conheça melhor quais políticas públicas e programas de inclusão foram implementados nos municípios da Baixada Santista. Neste sentido, é possível refletir sobre o papel da escola na vida das pessoas com deficiência e seus desdobramentos.

Considerando a complexidade da área de estudo e as peculiaridades quanto a este tema, leva-se em consideração o que afirma Krawczyk (2012, p. 10), “a preocupação com as dimensões teórica e histórica possibilitará à pesquisa interpelar as políticas educacionais e a realidade educacional concretizada como processos que carregam historicidade”. Neste sentido, pretende-se abordar as dimensões teórica e histórica, especialmente no que se refere a base legal assim como, relacioná-las a realidade concreta encontrada nos municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Iniciamos o levantamento bibliográfico deste trabalho na plataforma *scielo* e no banco de teses da CAPES, entre outros, no qual encontramos um estudo encomendado, realizado por Ferreira e Bueno (2011), intitulado “Os 20 anos do GT¹ Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação” que resgata a trajetória do GT Educação Especial desde sua criação, em 1991, até 2010.

Segundo Ferreira e Bueno (2011), em 1989, nascia o grupo de estudos coordenado pela prof. Elcie Masini, da USP, composto por pesquisadores e professores ligados à

¹ Os Grupos de Trabalho são instâncias de aglutinação e de socialização do conhecimento produzido pelos pesquisadores da área de educação. São 23 GTs temáticos, que congregam pesquisadores de áreas de conhecimento especializadas. Além de aprofundar o debate sobre interfaces da Educação, definem atividades acadêmicas das Reuniões Científicas Nacionais da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). Fonte: site da ANPEd: <http://www.anped.org.br/grupos-de-trabalho-comite-cientifico/grupos-de-trabalho/sobre-os-gts>.

Educação Especial. Apenas em 1991, na 14^a, Reunião a Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, o novo GT, cuja identidade é apresentada abaixo:

A Educação Especial tem sido objeto de grandes confusões. Queremos deixar nosso repúdio público a interpretações equivocadas que identificam educação especial como instância simplesmente legitimadora das impropriedades do ensino regular. Educação especial não é um recurso remediativo para o fracasso escolar. Configura-se como um recurso educacional que assegura aos educandos com necessidades especiais o exercício do direito à educação. Entende-se que tais educandos são os que, por razões de ordem sensorial, mental ou física, não se beneficiam das situações comuns de ensino. (FERREIRA; BUENO, 2011, p.145).

O trabalho de Ferreira e Bueno (2011) está dividido em dois períodos, o primeiro: 1991–2001, no qual do conjunto de 138 produções considerando comunicações, *pôsters*, trabalhos completos, são localizados apenas quatro estudos sobre Políticas da Educação Especial.

No segundo período: 2002–2010 é apresentado um balanço das principais tendências da produção acadêmica da Educação Especial. Os autores apresentam várias análises de 132 trabalhos. Apenas nesse segundo período, o Estado de São Paulo teve 33 trabalhos contabilizados perdendo apenas para o Rio Grande do Sul, com 34 trabalhos.

Quanto à origem, 68,2% foram realizados em Universidades Públicas, e 31,8% em Universidades Privadas. Quanto ao campo temático, 23 trabalhos abordavam o tema “Política” perdendo apenas para a temática “Escola” com 69 trabalhos.

Constata-se assim, que em 20 anos de existência do GT 15, apenas 28 trabalhos abordavam a temática “Políticas da Educação Especial” de um total de 270 trabalhos (138 e 132 - 1º e 2º período de realização da pesquisa, respectivamente).

Outro estudo encontrado ao longo do levantamento bibliográfico, foi realizado por Garcia e Michels em 2011, intitulado “A Política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT 15 – Educação Especial da ANPED”. Com a mesma lógica da pesquisa anterior, este artigo apresenta a produção do GT 15 no mesmo período, no entanto, coloca ênfase nas produções em “Políticas da Educação Especial”.

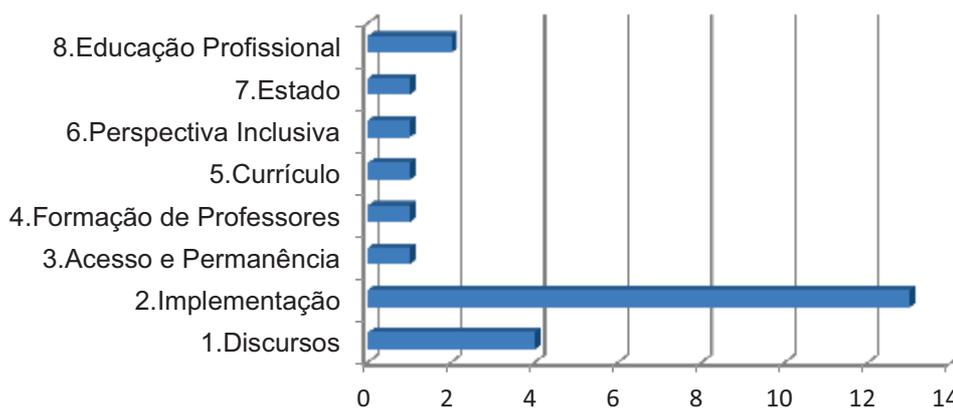
Foi possível, a partir deste trabalho, destacar a abrangência das pesquisas sobre política educacional de inclusão. Se contabilizarmos os dados, teremos os seguintes resultados: 12 trabalhos em âmbito nacional, 10 trabalhos em âmbito municipal em que são analisados os municípios de São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas, Goiânia, Porto Alegre, Belo Horizonte e Londrina; 5 trabalhos em âmbito estadual, neste nível são analisados os

estados da Bahia, Goiás, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo; e para finalizar, foram registrados 2 trabalhos cuja abrangência é supranacional: o primeiro refere-se a uma investigação no âmbito do hemisfério Sul e o segundo trata de um estudo comparativo entre Brasil/Portugal.

Michels e Garcia (2011), com relação aos temas abordados dentro desta temática Educação Especial e Políticas da Educação elaboraram 8 categorias como foco das investigações:

1. Discursos políticos,
2. Implementação de Políticas de Educação Especial,
3. Acesso e Permanência, com destaque aos indicadores sociais,
4. Formação de professores, relacionada às Políticas de Inclusão,
5. Currículo, como organização do trabalho pedagógico,
6. Perspectiva inclusiva, com a proposta de inclusão escolar,
7. Estado e Educação, com ênfase nas implicações do liberalismo sobre a constituição da Educação Especial Inclusiva,
8. Educação profissional, inserção dos deficientes no mercado de trabalho.

Gráfico 1 – Produção do GT 15 Educação Especial da ANPED sobre política educacional (1991-2010).



Fonte: GARCIA, Rosalba Maria Cardoso e MICHELS, Maria Helena. **A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPED.** p.105-124, 2011. Edição Especial. (Síntese organizada pela autora).

Conforme observado no Gráfico 1 é possível destacar a inexpressiva produção científica nos itens 3. Acesso e Permanência, 4. Formação de professores, 5. Currículo, 6. Perspectiva Inclusiva e 7. Estado.

Considerando esses achados, notamos um número expressivo de pesquisas e trabalhos dentro do item 2. Implementação de Políticas de Educação Especial, e é nesta categoria que pretendemos desenvolver nossa pesquisa.

Segundo o resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012 notamos algumas modificações importantes a respeito das matrículas de alunos com deficiência das classes especiais e escolas exclusivas para as classes comuns. A tabela abaixo traz informações sobre o número de matrículas nas classes especiais e escolas exclusivas e nas classes comuns, da Educação Especial, por etapa de Ensino, entre os anos de 2007 a 2012, dentro do nosso país.

Tabela 1 - Número de Matrículas na Educação Especial por Etapa de Ensino – Brasil – 2007 - 2012

Ano	Total Geral	Classes Especiais e Escolas Exclusivas						Classes Comuns (Alunos Incluídos)					
		Total	Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Ed. Profissional	Total	Ed. Infantil	Fundamental	Médio	EJA	Ed. Profissional
2007	654.606	348.470	64.501	224.350	2.806	49.268	7.545	306.136	24.634	239.506	13.306	28.295	395
2008	695.699	319.924	65.694	202.126	2.768	44.384	4.952	375.775	27.603	297.986	17.344	32.296	546
2009	639.718	252.687	47.748	162.644	1.263	39.913	1.119	387.031	27.031	303.383	21.465	34.434	718
2010	702.603	218.271	35.397	142.866	972	38.353	683	484.332	34.044	380.112	27.695	41.385	1.096
2011	752.305	193.882	23.750	131.836	1.140	36.359	797	558.423	39.367	437.132	33.138	47.425	1.361
2012	820.433	199.656	18.652	124.129	1.090	55.048	737	620.777	40.456	485.965	42.499	50.198	1.659
$\Delta\%$ 2011/2012	9,1	3,0	-21,5	-5,8	-4,4	51,4	-7,5	11,2	2,8	11,2	28,2	5,8	21,9

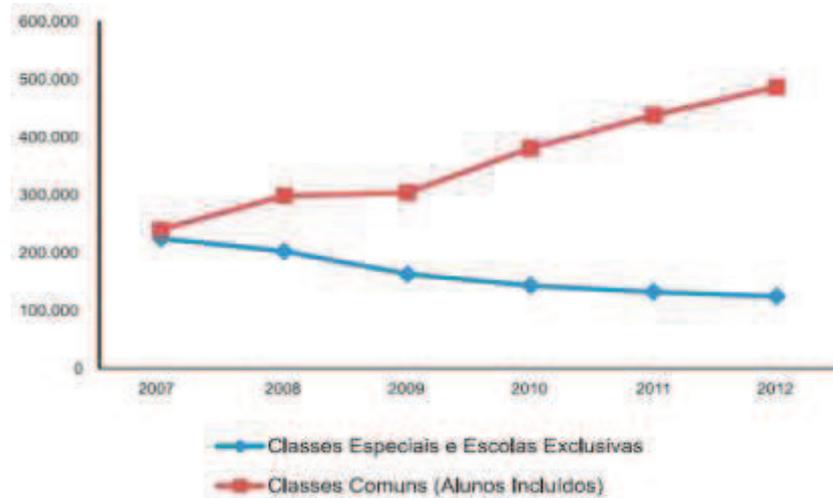
Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Conforme dados acima, podemos destacar um aumento de 9,1% no Total Geral no número de matrículas nessa modalidade de ensino (Educação Especial), que passou de 752.305 matrículas em 2011 para 820.433 em 2012.

Além do número de alunos com deficiência ter diminuído nas classes especiais e escolas exclusivas, o número de alunos nas classes comuns, só vem aumentando, o que indica uma transferência de matrículas de alunos, notamos também que novas matrículas nas classes comuns foram realizadas o que demonstra, não apenas a simples transição de alunos de uma classe para outra, mas, a existência de novas matrículas de alunos com deficiência nas classes comuns. Em outras palavras as escolas e classes comuns estão atendendo no âmbito do Brasil cada vez mais alunos com deficiência.

Gráfico 2 - Educação Especial – Número de Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil – 2007-2012



Fonte: Resumo técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

É visível a transferência de alunos das classes especiais e escolas exclusivas para as classes comuns, assim como, o número de novas matrículas de alunos com deficiência nas classes comuns (alunos incluídos) no ensino fundamental entre os anos de 2007 e 2012.

Tabela 2 – Número de Matrículas na Educação Especial por Rede de Ensino – Brasil – 2007-2012

Rede	Ano	Matrículas na Educação Especial		
		Total	Classes Especiais e Escolas Exklusivas	Classes Comuns (Alunos Incluídos)
Privada	2007	244.325	224.112	20.213
	2008	228.612	205.475	23.137
	2009	184.791	163.556	21.235
	2010	169.983	142.887	27.096
	2011	163.409	130.798	32.611
	2012	178.589	141.431	37.158
Δ% 2011/2012		9,3	8,1	13,9
Pública	2007	410.281	124.358	285.923
	2008	467.087	114.449	352.638
	2009	454.927	89.131	365.796
	2010	532.620	75.384	457.236
	2011	588.896	63.084	525.812
	2012	641.844	58.225	583.619
Δ% 2011/2012		9,0	-7,7	11,0

Fonte: MEC/Inep/Deed.

Nota: Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar e atendimento educacional especializado (AEE).

Entre as instituições privadas e públicas podemos notar na Tabela 2, que a matrícula nas classes especiais e escolas exclusivas em ambas as redes obteve um decréscimo significativo entre os anos de 2007 e 2012, de 224.112 alunos matriculados para 141.431 e de 124.358 para 58.225 alunos, respectivamente.

Já as classes comuns (alunos incluídos) nas Instituições Privadas foram de 20.213 para 37.158, e nas Instituições Públicas, este número aumentou mais de duas vezes: de 285.923 para 583.619 alunos matriculados.

Gráfico 3 – Educação Especial Matrícula em Classes Especiais e Escolas Exclusivas – Brasil – 2012

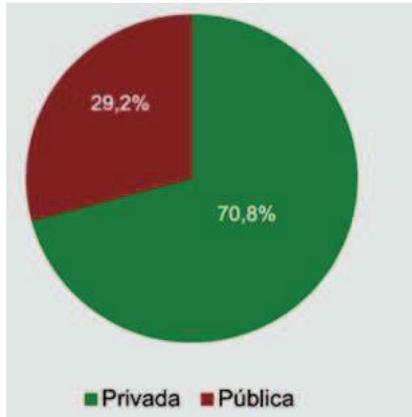
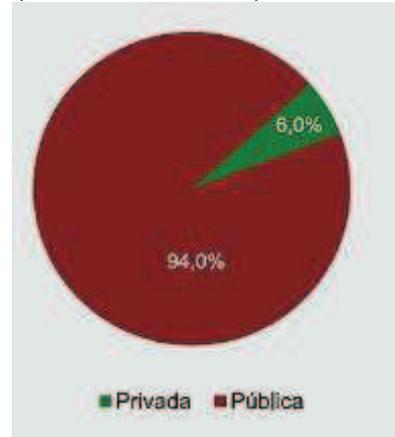


Gráfico 4 – Educação Especial Matrícula em Classes Comuns (Alunos Incluídos) – Brasil – 2012



Fonte: Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica realizado em 2012. Disponível em:

http://download.inep.gov.br/educacao_basica/centso_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf

Inserir alunos com deficiência nas classes comuns mostra-nos uma das vertentes da inclusão, não obstante, não garante a plena efetivação das políticas de inclusão. Pretendemos neste estudo abordar especificamente o ensino fundamental I, pois abordaremos as políticas de inclusão e programas que são realizados nos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente. Como se sabe, o ensino fundamental é responsabilidade dos municípios, de acordo com o artigo XX da LDBN 9394/96. A delimitação no ensino fundamental I se deve ao fato de que atuou nesse segmento desde 2008.

Segundo apontam as estatísticas os alunos com deficiência estão aumentando nas redes de ensino. A problemática aqui é: quais são as políticas públicas da educação especial, que cada município estabeleceu para nortear o trabalho realizado com este público? Como os municípios têm administrado a questão do aumento de alunos com deficiência nas unidades regulares de ensino? Existem programas específicos desenvolvidos pelas cidades para o atendimento dos alunos com deficiência que englobem professores, família, comunidade ou outros atores sociais?

O objetivo deste trabalho é conhecer quais políticas públicas orientam o trabalho desenvolvido pelos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista que atendem a inclusão escolar nas redes municipais de ensino, suas políticas de base, os

programas para educação especial, suas subdivisões de responsabilidades, suas secretarias específicas. Mostrar as abordagens feitas pelos documentos aos profissionais envolvidos direta e indiretamente nestes trabalhos, aos alunos e suas capacidades e dificuldades, assim como a comunidade escolar.

Segundo Ball e Bowe (1992), os textos políticos que expressam a política, podem tomar várias formas, textos legais oficiais, textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais entre outros. Estes textos podem ser coerentes, claros e até mesmo contraditórios, são resultado de disputas e acordos entre diferentes grupos que competem para controlar as representações da política. Nos textos políticos que analisamos observa-se como deve (em tese) acontecer o atendimento aos alunos com deficiência, nas diferentes cidades. O contexto da prática surge como possibilidade, sem que tenha sido o foco dessa pesquisa. O contexto da prática é onde a política é interpretada e recriada produzindo efeitos e consequências que podem representar transformações na sociedade e na política.

A metodologia aqui utilizada é a pesquisa documental com análises de documentos oficiais, leis municipais e programas específicos que tem como público alvo os alunos com deficiência, e informações relacionadas ao tema em questão, divulgadas pelas secretarias de educação de cada município.

De acordo com Bowe (1992), as políticas serão interpretadas diferentemente uma vez que histórias, experiências, valores, propósitos e interesse são diversos, a questão é que os autores das políticas não podem controlar os significados de seus textos.

A ciência política é um campo que agrega conhecimentos advindos de diferentes disciplinas, economia, política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas, (MARTINS, 2013). É necessário compreender que as políticas mudam conforme o contexto e que as ações implementadas também são constituídas de processos dinâmicos e complexos.

Este estudo traz uma pesquisa documental que se propôs a analisar as Políticas Públicas Educacionais específicas para atender os alunos com deficiência matriculados nas escolas regulares da Região Metropolitana da Baixada Santista. Para tanto, os procedimentos teórico-metodológicos de pesquisas estão baseados no estudo de Mainardes e Ball (2006), o ciclo de políticas que subdivide a Política em contextos de influência, contexto de produção de texto, contexto de prática e contexto de efeitos/resultados e contexto de avaliação, estes contextos serão explicados no início do capítulo 1.

Conforme Resumo Técnico do Censo escolar da educação Básica de 2012, percebemos o aumento de alunos com deficiência nas escolas regulares e públicas de ensino.

Nosso objetivo é identificar quais políticas educacionais tem orientado este trabalho, depois de identificadas, verificar qual significado cada Prefeitura da Baixada Santista tem atribuído para atender os alunos com deficiência que estudam nas escolas regulares e públicas de ensino.

Segundo Leite e Flexor (2006), as políticas públicas são o resultado de um processo político que busca alinhar as preferências dos agentes com os interesses das organizações e instituições. Os autores citam como exemplo que os homens políticos estão motivados por (re)eleições e votarão políticas que favoreçam seus eleitores; a administração e a burocracia buscam influenciar o conteúdo das políticas para promover os objetivos de suas organizações; o alto escalão tentará influenciar políticas de interesses nacionais. Demonstrando assim que todo agente político tem seu interesse específico e luta para que seu objetivo seja alcançado.

O que deveria ser comum neste embate de interesses dos agentes políticos seria a priorização do bem comum, de uma cidade, de um povo, de uma nação. Não obstante, o que encontramos frequentemente são agentes preocupados com bens de um grupo em detrimento de outro, adotando identidades e interesses particulares.

Nesta pesquisa identifica-se as ações e decisões diferentes nas cidades da Baixada Santista, o que possibilitou a algumas comparações entre elas, considerando variáveis como: os profissionais envolvidos com este público, o contexto social, a dimensão da cidade, o número de alunos com deficiência e de escolas com salas de recursos multifuncionais.

Descreveremos a seguir a organicidade desta pesquisa para melhor entendimento do leitor, visto que, abordaremos dois eixos temáticos complexos, Política Pública e Inclusão Escolar.

Iniciamos com uma conceituação sobre as Políticas Públicas na visão de Ball e Mainardes (2006), que abordam o ciclo de políticas e suas definições. Em seguida apresentaremos a conceituação de inclusão e inclusão escolar fazendo um contraste com o conceito de exclusão, chegando a esclarecer quais são as “pessoas com deficiência” referidas no título deste trabalho, para isso, estamos fundamentados nas ideias de Robert Castel (2013), Boneti (2006), Cury (2005), e Rodrigues (2006) que apresenta uma definição do termo inclusão.

Depois destes esclarecimentos, é necessária uma caracterização da Região Metropolitana da Baixada Santista, suas particularidades, como são os municípios que a compõem, suas estruturas e pontos marcantes.

E finalmente, abordaremos nosso objeto de estudo, as políticas públicas e programas municipais utilizados para garantir a inclusão escolar de pessoas com deficiência nas escolas

públicas regulares, descrevendo quais as políticas de Inclusão que encabeçam o trabalho desenvolvido nas cidades da Baixada Santista, segundo as determinações das Secretarias de Educação de cada município, relatando suas semelhanças e diferenças. Finalizamos esta dissertação de mestrado com algumas considerações que indicam caminhos para continuidade do trabalho.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO ESPECIAL

É necessário neste capítulo dar luz ao que convencionamos, segundo nossos estudos e nossas leituras, chamar de Políticas Públicas e de Educação Especial, para isso, contamos com a ajuda de várias obras de estudiosos que abordam esta temática. Também acreditamos ser importante estabelecer aqui quem são as pessoas com deficiência a qual nos referimos.

1.1 A Abordagem de Políticas

Iniciamos este tópico com o estudo de Mainardes e Ball (2006) que fazem uma abordagem significativa sobre o tema, destacando alguns contextos que pautam e orientam a pesquisa sobre políticas públicas.

Embora existam outros referenciais teóricos que tratam outras abordagens a respeito das políticas, escolhemos pautar nosso trabalho nas ideias de Mainardes e Ball, por acreditar que nos permitiriam explicitar melhor nossas inquietações e argumentações.

Estes contextos são associados a processos políticos determinados pelo ciclo de políticas e são os seguintes:

- Como inicial, o contexto de influência, que considera a disputa sobre as finalidades sociais e conceitos que adquirem maior legitimidade neste processo, assim como as influências internacionais e de grupos de interesse. (MAINARDES, 2006).
- Em seguida, temos o contexto de produção de texto em que se analisa o resultado das disputas travadas e dos acordos firmados. São os textos propriamente ditos, depois do processo demasiadamente longo de disputas, até o consenso momentâneo. (MAINARDES, 2006).

Segundo o autor,

Os textos políticos, portanto, representam a política. Essas representações podem tomar várias formas: textos legais oficiais e textos políticos, comentários formais ou informais sobre os textos oficiais, pronunciamentos oficiais, vídeos etc. Tais textos não são, necessariamente, internamente coerentes e claros, e podem também ser contraditórios. Eles podem usar os termos-chave de modo diverso. A política não é feita e finalizada no momento legislativo e os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção. (...) Assim, políticas são intervenções textuais, mas elas também carregam limitações materiais e possibilidades. As respostas a esses textos têm consequências reais. Essas consequências são vivenciadas dentro do terceiro contexto, o contexto da prática. (MAINARDES, 2006, p. 53).

- O contexto da prática onde os sujeitos que tratam, trabalham, usam, vivenciam e dependem, de certa forma, das políticas, fazem sua leitura e sua interpretação para, finalmente, colocá-las em prática. Eis aí a diferença entre texto e discurso citada por Stephen Ball, em que a primeira seria a teoria literária, representação codificada e a segunda é a incorporação do significado, pensamentos construídos e a implementação das políticas. (MAINARDES, 2006).

Segundo Ball e Bowe (1992 apud MAINARDES, 2006), os textos políticos são o resultado de disputas e acordos, pois os grupos que atuam dentro dos diferentes lugares da produção de textos competem para controlar as representações da política².

É no contexto do texto, e não de sua produção, que se insere este estudo, pois consideramos os textos prontos e fornecidos pelas secretarias de educação. Tomados esses textos políticos questionamos qual o significado, qual foi o pensamento construído, por meio dos documentos legais utilizados pelas secretarias de educação dos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, a respeito da inclusão de alunos com deficiência no ensino fundamental I séries iniciais, 1º ao 5º ano nas escolas municipais e regulares de ensino.

Criamos, ao analisar os documentos, algumas subdivisões para elucidar melhor nossas intenções de pesquisa, considerando os vários níveis de orientação à prática que eles poderiam conter, por exemplo: a prática dentro das Instituições de Ensino, ou seja, dentro da escola, a prática na sala de aula regular, a prática na sala de atendimento educacional especializado, no entanto, aqui, optamos por analisar a tradução, aos documentos legais, feita pelas Secretarias de Educação na seção de Educação Especial. Ou seja, os documentos foram produzidos pelos governos municipais e respectivas secretarias de educação. Referem-se a um nível acima das escolas, visando orientar e organizar as práticas na escola e, ainda fornecer subsídios para supervisão do trabalho desenvolvido nas redes de ensino.

Dessa forma os documentos produzidos são também prática. Ou seja, representam, em relação às diretrizes do governo federal um nível de contexto de prática.

Segundo Ball e Bowe (1992), o contexto da prática é onde a política está sujeita à interpretação e recriação e onde a política produz efeitos e consequências que podem representar mudanças e transformações significativas na política original, não são simplesmente implementadas, mas estão sujeitas à interpretação. Onde partes podem ser

² BALL, S.J.; BOWE, R. Subject departments and the "implementation" of National Curriculum policy: an overview of the issues. *Journal of Curriculum Studies*, London, v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.

rejeitadas, selecionadas, ignoradas, mal entendidas, enfim, interpretadas de maneiras diferentes.

- Ainda, Ball considera os contextos de resultados/efeitos e/o contexto da estratégia da política, o primeiro analisa as facetas e dimensões da política, questões de justiça, igualdade, liberdade em esferas gerais e específicas. O segundo tenta identificar as necessidades de um conjunto de atividades sociais além da produção das desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada. (MAINARDES, 2006). Seria o contexto que avalia a política e elabora estratégias para minimizar seus desequilíbrios.

Boneti³ (2011) corrobora com o contexto de influencia, quando considera que a gênese da ideia de uma política pública nasce, antes de tudo, do debate social entre os diversos agentes: as classes sociais, partidos políticos, movimentos sociais e os interesses individuais.

Para Boneti (2011), uma vez criado o texto de uma política, a primeira instância a se submeter, depois de sair da tutela política em mãos do poder Legislativo, é o setor dos burocratas. Estes “são os técnicos responsáveis por transformar as políticas públicas em projetos de intervenção na realidade social com medidas administrativas ou com investimentos... os burocratas também tem papel político e tendem a favorecer este ou aquele segmento social”. (BONETI, 2011, p.49).

Cabe-nos ressaltar, embora não tenha sido esse o enfoque deste estudo, o texto de Cuche (1999, p.9) que corrobora com as ideias aqui desenvolvidas no sentido de que “a noção de cultura é inerente à reflexão das ciências sociais”. O autor chama a atenção para o fato de que as diferentes culturas perpassam a convivência entre as pessoas, as relações sociais e os interesses determinados e registrados nas políticas públicas.

Cultura e política estão intimamente imbricadas, pois a política é determinada por uma cultura desenvolvida nas relações sociais, segundo Cuche⁴,

As culturas nascem de relações sociais que são sempre desiguais. Desde o início, existe então uma hierarquia de fato entre as culturas que resulta da hierarquia social. Pensar que não há hierarquia entre as culturas seria supor que as culturas existem independentemente umas das outras, sem relação umas com as outras, o que não corresponde à realidade. (CUCHE, 1999, p.143,144).

Sendo assim, as relações sociais baseadas e vivenciadas por grupos sociais que lutam por interesses diversos, determinam também o contexto de influência na elaboração das

³ em seu livro “Políticas Públicas por dentro”

⁴ Denys Cuche cita em seu livro “A noção de cultura nas ciências sociais”.

políticas públicas, que por sua vez, também são hierarquizadas pelas diferentes culturas, daí a importância de conhecer a abordagem do ciclo de políticas de Stephen Ball, que auxilia a identificar e compreender, nos diferentes contextos das políticas públicas, as complexas relações entre cultura e poder.

Frey traz uma contribuição sobre este tema fazendo uma distinção entre o que o autor chama de “padrões de política e de comportamentos que ou são peculiares de certos atores ou transcendem suas ações individuais” (FREY, 2000, p. 235). O primeiro se refere a “padrões de comportamento de indivíduos ou de atores corporativos, de unidades administrativas singulares, de partidos ou associações em contextos e situações específicos”, enquanto o segundo refere-se a “padrões de comportamento político como, por exemplo, clientelismo, paternalismo ou corrupção”. (FREY, 2000, p. 235).

O autor segue sua análise e esta condiz com as ideias abordadas por Denys Cuche sobre cultura, pois, a “dinâmica política demonstra o condicionamento de estilos políticos pelas representações de valores, pelas ideias, sentimentos e pelas orientações e atitudes predominantes na sociedade, o que comumente é subsumido sob o conceito da cultura política”. (FREY, 2000, p. 236).

Boneti (2011), explica que sempre haverá conflitos e influencias:

Em qualquer etapa, da elaboração à execução, uma política pública desperta conflitos de interesses e diferentes poderes são acionados, como é o caso do partido político, das chefias das instituições públicas, das empresas prestadoras de serviço, etc. dessa forma, as políticas públicas desde a etapa de idealização até a sua operacionalidade, envolvem pessoas e instituições de diferentes níveis, do global ao local, do presidente do FMI à diretora de uma escola primária na periferia de uma cidade, por exemplo. São intelectuais, burocratas, administradores, etc. que cada um em sua instância, entra em contato com uma determinada fase das políticas públicas, inserindo nestas um pouco de si, da instituição que representa ou do seu comprometimento com grupos sociais diversos. (BONETI, 2011, p.52).

Posto que as Políticas Públicas são determinadas e influenciadas pelas relações de poder e relações estabelecidas pela cultura de uma sociedade nas suas mais diversas instâncias ou classes, vamos nos ater ao conceito relacionando-o com as instituições municipais, neste estudo, as secretarias de educação, especificamente o setor responsável pela educação especial que atende alunos com deficiência, é o que veremos a seguir.

1.2 O conceito de Políticas Públicas

Segundo Boneti (2011), em seu livro “Políticas Públicas por dentro”, é possível compreender como políticas públicas, “ações que nascem do contexto social, mas que passam pela esfera estatal como uma decisão de intervenção pública numa realidade social, quer seja para fazer investimentos ou para uma mera regulamentação administrativa”. (BONETI, 2011, p.17 e 18).

O autor ainda diz que as políticas públicas resultam das relações de poder, constituídas entre grupos econômicos, políticos, classes sociais e outros organizadores da sociedade civil. Neste contexto, o Estado é considerado um grande agente de organização e de institucionalização que toma decisões originadas do debate entre os diversos agentes e demandadas por necessidades ou por interesses.

Neste sentido, a instituição escolar tem um papel fundamental na sociedade, não obstante, Boneti (2011), afirma seu papel homogeneizador, propondo que:

A discussão sobre o papel da homogeneização na instituição escolar está bastante esgotada na área da Pedagogia e da política educacional, mas necessário se faz resgatá-la porque se entende que ela, nesta análise, se apresenta com uma feição ampliada. A homogeneização é utilizada como parâmetro e como meta, na instituição escolar, pelas políticas educacionais e pelas políticas públicas de alteração da base técnica de produção. No processo de ensino e da aprendizagem, tanto na escola como na produção, estabelece-se metas quantitativas e qualitativas em torno de um bloco de conhecimentos. Na verdade, ao se estabelecer esta meta, busca-se homogeneizar os sujeitos sociais, **adotando uma postura indiferente com as diferenças**. Estabelece-se também parâmetros quantitativos e qualitativos em torno do conteúdo absorvido e do comportamento apreendido pelo sujeito social cuja finalidade é a busca da homogeneidade. A homogeneidade como parâmetro faz surgir, no próprio processo do repasse do conhecimento socialmente produzido, uma divisão seletiva entre os que atingem homogeneidade e os que não conseguem esta meta. O sucesso está associado a segmentos sociais culturalmente “afinados” com o saber homogêneo e requisitado no contexto das relações sociais no momento histórico específico. (BONETI, 2011, p.39).

Ao considerar a citação acima, na qual a instituição escolar tem como meta homogeneizar os sujeitos sociais, e sabendo que esta homogeneização é um processo complexo entre os indivíduos chamados “normais” ou não portadores de deficiência, inquirimos como seria possível homogeneizar indivíduos, no caso da Educação Especial, em que as diferenças são tão peculiares e as especificidades tão rigorosas e muitas vezes tão singulares?

A nosso ver homogeneizar pessoas é uma tarefa impossível, por que acreditamos que são as nossas diferenças que nos fazem semelhantes. Podemos tentar classificar, categorizar,

agrupar, não obstante, homogeneizar é e sempre será uma tentativa frustrada, pois, cada sujeito é um ser social, com individualidades e especificidades diferentes.

Não podemos falar de políticas públicas sem chamar atenção para às políticas educacionais assim como para as pessoas com deficiência, amiúde é necessário comentar as relações que existem entre a formulação de políticas públicas e sua implementação, subtema que abordaremos na seção a seguir.

1.3 Relações entre a formulação e a Implementação de Políticas Públicas.

A reflexão sobre os estudos na área das políticas públicas, e suas implicações para a metodologia de pesquisa em políticas educacionais, nos ajuda a construir estudos de caráter qualitativo, apoiados em conceitos mais substanciais, proporcionando como afirma Arretche (2001) avaliações menos ingênuas sobre o tema.

Neste sentido, Arretche (2001) diz que é grande a distância entre os objetivos e o desenho de programas, tal como foram concebidos por seus formuladores originais, a tradução de tais concepções em intervenções públicas, e, depois, como elas atingem a gama diversa de seus beneficiários e provedores. Embora essa pesquisa não tenha abordado o contexto da prática efetiva dos programas e políticas de inclusão escolar de alunos com deficiência, consideramos importante abordar esse tema, pois evidencia-se as complexas relações entre o momento da produção do texto político e da prática, assim como as inúmeras possibilidades existentes entre o explicitado no texto e o realizado.

Segundo a autora, isto ocorre porque todo e qualquer programa tem duas dimensões: a primeira trata dos objetivos e a segunda da metodologia ou estratégia utilizada para que estes objetivos sejam atingidos. A definição da metodologia é uma escolha. Isto significa que um mesmo objetivo pode ser alcançado utilizando estratégias diferentes de ação.

Estas contribuições da autora nos fazem repensar os estudos realizados em políticas públicas, e as avaliações de determinada implementação de política, ou seja, a prática de qualquer política pode ser diferente de uma região para outra, dependendo, além de outros fatores, essencialmente dos agentes envolvidos ou encarregados da implementação.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 1º o Brasil é denominado “República Federativa”, esta lei Magna afirma que ele é formado pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

Segundo Arretche (2001), em um país federativo e multipartidário, como o Brasil, em que prefeitos e governadores têm autonomia política e podem estar ligados a partidos distintos, na implementação de um Programa Federal, por exemplo, pressupõe-se cooperação

dos três níveis de governo, não obstante, ao invés de termos uma política de cooperação e compartilhamento de boas ideias e boas práticas temos uma incongruência básica de objetivos. Mesmo assim, a autora afirma que isto não pode ser visto como um problema e sim como um dado da realidade.

Em vista disso, podemos dizer que a implementação de políticas públicas é um processo que depende diretamente do agente responsável pela implementação nos mais variados locais e nas mais diferentes instâncias de um país tão multicultural como o Brasil.

Bobbio (1997), em seu livro “os intelectuais e o poder”, diz que, ainda que tivéssemos a teoria mais perfeita, completa e coerente, seria necessário que ela se adaptasse às circunstâncias.

De acordo com Arretche (2001), é possível que estratégias desenvolvidas para a implementação de políticas públicas em um determinado local sejam diferentes e até mesmo contrárias ao desenho idealizado para aquela política, devido a fatores externos que independem da vontade do implementador. São eles: metas quantitativas fixadas de acordo com os recursos, tendência mercadológica, ciclo de vida de um programa, ou até mesmo, um fato novo que não foi previsto de acordo com a especificidade local e outros fatores.

Uma questão relevante a ser feita aos implementadores é se eles conhecem de fato o programa, pois, quanto melhor o conhecerem mais próximos estarão do desenho de objetivos determinados. Uma segunda questão é sobre a posição que os implementadores têm em relação ao programa, sua aceitação aos objetivos e regras propostos, pois, caso haja discordância, os agentes elegerão suas próprias prioridades com referência à sua atuação. (ARRETCHE, 2001).

Segundo a autora, é necessário também considerar as condições institucionais para a implementação de programas, os objetivos, as regras, as diversas razões, os impedimentos, a capacidade fiscal e administrativa das agências implementadoras, os compromissos e a lealdade com a ordem política. É possível também realizar algumas vezes determinadas adaptações para viabilizar a realização dos objetivos do programa. Por esta razão, é importante estabelecer parcerias das mais diversas com a comunidade civil e com os entes das relações intergovernamentais. Sobre estas relações de colaboração e parceria falaremos a seguir.

1.4 Relações existentes entre os entes Federados e o Regime de Colaboração.

Segundo Arretche (1999), “diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição”. (ARRETCHE, 1999, p.114).

Usaremos aqui o conceito de Federalismo abordado por Almeida (1995) em que é definido como forma das relações intergovernamentais entre as unidades subnacionais e o governo central numa federação, tipificando assim a atuação do Estado Nacional quanto à definição de políticas públicas.

Segundo Conti (2010), existem algumas características que permitem identificar um Estado como Estado Federativo, entre elas a) existência de ao menos duas esferas de governo; b) autonomia das entidades descentralizadas, compreendendo a autonomia política, administrativa e financeira; c) organização do Estado expressa em uma Constituição; d) repartição de competências entre as unidades descentralizadas; participação das entidades descentralizadas na formação da vontade nacional; e f) indissolubilidade.

Neste sentido, a Constituinte do Brasil determina em seu artigo 18º que “a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil que compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. É a relação entre estes entes federados para a implementação de políticas públicas educacionais que trataremos a seguir iniciando pelo conceito de regulação.

Segundo Barroso (2005), a “regulação” seria o oposto da “regulamentação”, definindo regulação como ato de regular modo como se ajusta a ação. A diferença entre uma e outra não está na sua finalidade, mas no fato de a regulamentação ser um caso particular de regulação, uma vez que as regras estão fixadas sob a forma de regulamentos acabando muitas vezes, por terem um valor em si mesmas independente do seu uso.

Ainda segundo o autor, a referência a um “Estado regulador” pressupõe, o reconhecimento e a existência de unidades autônomas no sistema e a utilização desta expressão como uma modernização da administração na educação pública.

Segundo Farenzena e Marchand,

A regulação nos coloca, assim, a ideia de que uma política proposta por um governo central, ou Federal, por exemplo, não define tudo de antemão, mas que há espaço para ajustamentos que dependem das situações concretas de relação entre esse governo e as instâncias subnacionais, bem como às características dos contextos locais. O processo de regulação compreende, portanto, de um lado, a produção de regras que orientam o funcionamento de dado sistema e, de outro, o (re) ajustamento da diversidade de ações dos atores em função dessas mesmas regras. (FARENZENA e MARCHAND, 2014, p. 792-793).

Neste sentido, a regulação não deixa de produzir regras que orientam um determinado sistema, no entanto, estas regras podem ser flexíveis conforme as necessidades do sistema, podendo haver reajuste das ações dos atores relacionados com o processo, caso necessário.

Conforme o artigo 211 da Constituição “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino...”.

De acordo com Farenzena e Marchand,

A palavra regime significa método ou sistema político pelo qual se rege uma administração ou uma nação, ou ação de reger (governar, administrar), e colaboração significa ação ou efeito de colaborar (trabalhar com o outro, cooperar), ajudar. Assim, regime de colaboração é um modo de governar, administrar de forma cooperativa, ou seja, União, Estados e Municípios, componentes da República Federativa do Brasil, devem colaborar entre si para administrar a oferta da educação e, assim, garantir o direito à Educação (FARENZENA E MARCHAND, 2014, P. 798).

Não obstante, existe uma falta de regulamentação do regime de colaboração no Brasil, que não ocorreu por falta de tentativas. De acordo com Cassini (2010) desde o ano da Constituição Brasileira até 2010 foram elaborados cinco projetos de lei que abordavam o regime de colaboração na educação todos, de iniciativa do Poder Legislativo, no entanto, não houve debate sobre a matéria, sendo assim, foram arquivados sem relatoria pelo fim de legislatura ou por trâmite indevido.

Um documento que pode nos ajudar a pensar sobre o regime de colaboração é o Parecer CNE/CEB nº 9 de 2011, cujo tema: “análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação”, é bastante relacionado com o tema desenvolvido neste tópico.

Este documento afirma que é preciso que o Estado se organize para garantir uma educação de qualidade social para todos, sendo este um desafio nacional a ser vencido. Este documento afirma também que o primeiro passo, nesse sentido, foi a Emenda Constitucional nº 59/2009, promulgada em 14 de novembro de 2009, que altera o artigo 214, estabelecendo que o Plano Nacional de Educação, de duração decenal que tem como objetivo articular o Sistema Nacional de Educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas, e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

Segundo Farenzena e Marchand cabe à União,

Organizar, manter e financiar a rede pública federal de ensino e assistir técnica e financeiramente os governos subnacionais. A prestação de assistência financeira e técnica aos estados e municípios deve garantir equalização de oportunidades e padrão mínimo de qualidade de ensino, para que, assim, a União desempenhe o papel redistributivo e supletivo em matéria educacional que lhe é atribuído pela Constituição e pela LDB. As atribuições de Estados e Municípios na educação, portanto, devem ser apoiadas pela União. (FARENZENA E MARCHAND, 2014, p. 799).

Segundo o Parecer 9/2011, é necessário construir um Sistema Nacional de Educação com objetivo de se por em prática o regime de colaboração, incorporando mecanismos capazes de fortalecê-lo, não só na esfera vertical, União, Estados e Municípios, como na horizontal, ou seja, entre os Municípios, tomando como referência a organização territorial do Estado.

O Parecer 9/2011 tem como objetivo:

Analisar a proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração entre entes federados, basicamente entre Municípios, numa espécie de colaboração horizontal, mediante arranjos de desenvolvimento da educação (ADE). Isto significa trabalhar em rede, onde um grupo de Municípios com proximidade geográfica e características sociais e econômicas semelhantes busca trocar experiências e solucionar conjuntamente dificuldades na área da educação, trabalhando de forma articulada com os Estados e a União, promovendo e fortalecendo a cultura do planejamento integrado e colaborativo na visão territorial e geopolítica. (BRASIL, MEC, CNE, 2011).

Este trabalho em rede na concepção de arranjos educacionais proposto pelo Parecer 9/2011 constitui uma forma possível de se efetivar o regime de colaboração previsto no artigo 211 da Constituição Federal. É importante ressaltar que os arranjos de desenvolvimento da educação (ADE) estão em consonância com a visão e os princípios estabelecidos no documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE – 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação, Brasília (DF) 2010). (BRASIL, 2011, p. 4).

Os arranjos de desenvolvimento da educação representam uma das formas de colocar em prática o regime de colaboração. É importante, inicialmente, que os municípios participantes do arranjo identifiquem os indicadores educacionais mais relevantes para melhorar a qualidade da educação local. Isto significa, por sua vez, a necessidade de se levantar todas as informações, com base nos instrumentos oficiais, tais como Censo Escolar, Pnad/IBGE, Prova Brasil, Plano de Ações Articuladas (PAR), entre outros, que possam assim retratar de forma ampla tais indicadores. (BRASIL, 2011, p. 10)

Segundo o Parecer 9/2011, o PAR, Plano de Ações Articuladas, é elaborado tomando como referência quatro dimensões: (a) gestão educacional, (b) formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, (c) práticas pedagógicas e avaliação, e (d) infraestrutura física e recursos pedagógicos.

Segundo o documento norteador das políticas Nacionais (2011), o PAR é a primeira ferramenta de diagnóstico e planejamento da educação local, pois, permite que cada município conheça a sua condição do sistema educacional local e também é usado como base para definições de estratégias e financiamento por parte do próprio Ministério.

De acordo com Farenzena e Marchand (2014), com relação ao PAR municipal, a cada indicador existe uma ação correspondente e a cada ação existe um conjunto de ações complementares, umas a serem executadas pelo município e outras pelo MEC.

Segundo Arretche (1999), os entes federativos, estados e municípios dotados de autonomia política e fiscal, assumem funções de gestão de políticas públicas ou por iniciativa própria ou por adesão a algum programa proposto por outro nível de governo, ou ainda, por expressa imposição constitucional.

A autora fala sobre as exigências para a adesão em programas federais:

O desenho do programa federal apresenta poucas exigências para a adesão. Na verdade, as exigências do MEC apenas referendam o que estados e municípios já deveriam fazer: estar em dia com os impostos federais, cumprir a vinculação constitucional de gasto e criar conselhos de alimentação escolar. Mas, o que é mais importante, o programa federal acrescenta recursos automáticos aos cofres locais — vale dizer, recursos que não estão sujeitos à negociação política —, cujos montantes serão tanto maiores quanto maiores forem às populações escolares sob sua responsabilidade. Ou seja, o nível de governo que tiver bancos escolares e cumprir as exigências para inscrever-se junto ao FNDE estará apto a receber os recursos federais. (ARRETCHE, 1999, p.119).

Mesmo assim, Arretche, (1999, p.119), diz que “a existência de um programa ou a disposição do nível de governo interessado é uma condição necessária, mas não suficiente para que ocorra a descentralização”.

Como podemos notar existe uma complexa relação entre os entes federados e o regime de colaboração, sendo assim, na Região Metropolitana da Baixada Santista, a implementação de Políticas e Programas da Educação Especial varia conforme: número de alunos, número de escolas, número de efetivo profissional, programas desenvolvidos, e as ações que cada município desenvolve, além, é claro, de seus recursos financeiros destinados à educação com o auxílio do Governo Federal.

Tão importante quanto o financiamento da educação, é saber identificar e explicar sobre qual inclusão estamos falando, o que seria esta educação inclusiva que se compromete a receber alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino, é o que veremos a seguir.

1.5 Sobre inclusão escolar: alunos com deficiência nas escolas regulares.

Antes de chegarmos ao conceito de inclusão escolar vamos dividir em duas partes esta sessão, a primeira cita alguns documentos oficiais que abordam o termo que se refere aos alunos com deficiência e a segunda tentará conceituar a inclusão a partir da exclusão.

É necessário citar o documento da Secretaria de Educação Especial “Marcos Políticos Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” publicado em 2010, pois, possui valiosas informações sobre o tema, motivo pelo qual faremos referências a este documento nos próximos parágrafos.

A educação especial teve início no período imperial com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que em 1891 passou a se chamar Instituto Benjamin Constant – IBC. Depois disso, outras instituições também foram criadas, como o Instituto Imperial dos Surdos-Mudos. (BRASIL, 2010).

O termo “excepcionais” era usado para denominar os alunos com deficiência, na década de 1960 por força da lei n. 4.024/61 que previa o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. Dez anos depois, na lei n. 5.692/71 que alterou a LDB, definiu “tratamento especial” para “alunos com deficiências” físicas e mentais, reforçando a exclusão pelo uso do termo tratamento especial. (BRASIL, 2010).

A lei 7.852/89 dispõe sobre as “pessoas portadoras de deficiência” (ppd). Em 1994 na Declaração de Salamanca o termo utilizado era “pessoas com necessidades educacionais especiais” (pnee). Com esta declaração a abrangência do termo também teve certa diferença passando a se referir além das crianças portadoras de deficiências, àquelas que apresentam defasagem idade série, às que trabalham forçadamente, às que vivem nas ruas, às que moram distantes de quaisquer escolas, às que vivem em condições de extrema pobreza ou desnutridas, às que são vítimas de guerra ou conflitos armados, às que sofrem de abusos contínuos físicos, emocionais e sexuais, ou às que simplesmente estão fora da escola, por qualquer motivo.

Pela primeira vez, um capítulo da lei foi destinado a este público na vigente lei de diretrizes e bases da educação nacional, a LDB n° 9.394/96, na qual o termo utilizado é

“educandos com deficiência”. Depois disso, as demais publicações legislativas ora citam portador de deficiência ora pessoa com deficiência.

O documento mais recente que pode ser citado aqui é o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que foi sancionado em junho de 2014 com a Lei 13.005. O PNE define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos. Em sua meta 4 estabelece que:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (MEC, 2014).

Segundo este documento o termo atualmente é população de 4 a 17 anos com deficiência, em outras palavras, criança ou adolescente com deficiência.

Não obstante, é importante ressaltar que o termo “pessoa com deficiência” veio da Convenção sobre os Direitos das pessoas com deficiência, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007 e instituído no Brasil pelo decreto n. 186 de 2008 que aprova o texto da referida Convenção.

O artigo do GT 15 que analisa a Política de Educação Especial no Brasil de 1991 a 2011 de Garcia e Michels, que analisou em 20 anos a produção de trabalhos sobre as políticas de Educação Especial, verificou-se com as análises deste artigo a mudança do termo “integração” usado até 2001 e substituído por “inclusão” a partir de 2002, qualificando a educação como “inclusiva”.

O primeiro conceito de “integração” era usado no sentido da integração institucional e em oposição à “segregação”. O conceito “inclusão” foi antagônico ao de “exclusão” e na área das políticas de inclusão escolar a educação foi qualificada como “inclusiva” e a Educação Especial como “educação especial inclusiva”.

Este trabalho se limita a abordar apenas os alunos com deficiência inseridos no quadro de inclusão das secretarias de educação da Baixada Santista, desde que a própria secretaria de educação especial contabilize os alunos como da rede. Sendo assim, quando falamos de inclusão aqui, estamos nos referindo especificamente a este grupo, apenas por uma questão metodológica, uma vez que trabalharemos com dados estatísticos sobre este grupo especificamente.

No desenvolvimento da segunda parte, abordamos o conceito inclusão, segundo nossa pesquisa, vários autores como Boneti (2006), Castel (2013), Rodrigues (2006) e Cury (2005) dizem que inclusão é um discurso e teve início a partir do conceito de exclusão social.

Boneti (2006) diz que esta noção aparece no momento em que o sistema econômico quebra sua homogeneidade, impondo um processo de individualização. Inclusão como discurso utilizado para designar aqueles que não são pertencentes às classes dominantes, um discurso para se referir aos marginalizados socialmente.

O autor cita dois ingredientes arraigados que compõem o conceito inclusão. O primeiro é a “noção” de estar excluída (estar fora) e depois incluída (estar dentro) de um contexto. O segundo é que à pessoa “incluída” seria aquela juridicamente cidadã, que participa e usufrui dos direitos sociais básicos.

Segundo Castel, (2013) o pensamento e a luta contra a exclusão correspondem finalmente, a um tipo clássico de fiscalização da ação social: delimitar zonas de intervenção que podem dar lugar às atividades de reparação.

No caso dos alunos com deficiência, que passaram boa parte de sua história, marginalizados da convivência social em áreas consideradas comuns e de direito de todos, o discurso da inclusão começa com a inserção destes no ambiente escolar, no entanto, estar nas classes comuns não significa que existam condições dignas de convivência, aprendizagem e crescimento (intelectual, pessoal e social) entre todos os alunos.

Neste sentido a presença de alunos com e sem deficiência na mesma sala de aula ou no mesmo ambiente escolar não pode ser o único referencial para considerar que alunos com deficiência estejam incluídos na escola regular ou mesmo que a inclusão escolar dos alunos com deficiência está posta de maneira que entendamos completa e concretizada.

Segundo Castel (2013), a tradição da ajuda social se desdobra caracterizando “população-alvo” a partir de um déficit preciso, assim foi cristalizada como categoria cada vez mais numerosa de populações advindas de um regime especial: inválidos, deficientes, idosos, “economicamente frágeis”, crianças em dificuldade, famílias monoparentais, etc.

Segundo Castel:

A referência aos “excluídos” poderia, assim, representar a abertura de uma nova categoria, mais ampla e mais indeterminada, sem dúvida, mas advinda também de uma intervenção especializada. Categorizando-se e isolando-se populações com problemas, criam-se os meios de uma tomada de responsabilidade específica e cuidadosamente focada, economizando-se ações mais ambiciosas, mas também mais custosas, e para as quais não se dispõe de tecnologias profissionais próprias. (CASTEL, 2013, p.39 e 40).

Segundo Castel (2006), os excluídos não compõem um grupo homogêneo, mas trata-se de indivíduos separados, indivíduos com vários problemas sociais entre eles, a pobreza, a falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos de existência. Neste sentido, Castel (2006), não vê a exclusão social como uma categoria de análise e sim como uma problemática social.

A implementação das políticas e programas pode ser realizada de várias maneiras diferentes, fazendo com que esta “inclusão” seja executada de diversas formas.

Para Boneti (2011), a noção de inclusão é uma problemática social, a da exclusão. De acordo com o autor,

A noção inclusão traz atrelada consigo um preceito do positivismo clássico, o de ver o social por meio das ações individuais, sem considerar o todo. A utilização da expressão inclusão referindo-se a ações de promoção da igualdade social não se mostra afinada com a discussão atual em relação ao resgate das diferenças e do multiculturalismo. Ao se falar em inclusão pressupõe-se haver um projeto social acabado, um modo de ser e de agir determinado, cabendo às políticas públicas de inclusão social inserir neste modo de ser correto e acabado as pessoas que permanecem fora. (BONETI, 2011, p.92).

Assim Boneti (2006, p. 188) estabelece que “inclusão, antes de se constituir uma noção ou conceito de uma ação positiva (em oposição à exclusão) e se constitui em um discurso”.

Segundo Cury (2005),

Incluir vem do latim: *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço/lugar”. Esse verbo latino, por sua vez, é a síntese do prefixo *in* com verbo *cludo*, *cludere*, que significa “fechar, encerrar”. Participa da origem desse verbo um substantivo em português. Trata-se do termo “claustro”. Claustro é um espaço do qual alguns já “fazem parte” como “espaço delimitado, murado, rodeado”. Aliás, o claustro lembra uma parte de um mosteiro, próprio da vida conventual, espaço por vezes interdito a leigos e seculares. Incluir será, pois, “entrar no claustro”, adentrar um lugar até então fechado e que, por encerrar determinadas vantagens, não era, até então, compartilhado com outros. A expressão popular brasileira não hesitaria em aproximar tais termos do “entrar no baile”. E a canção que expressa o desejo do sujeito de entrar no circo, isto é, na festa, lamenta que “todo mundo vai ao circo, menos eu, menos eu...”. Os excluídos são os “barrados no baile”. Nesse sentido, há uma dialética entre a inclusão (o de dentro) e a exclusão (o de fora) como termos relacionais em que um não existe sem o outro. Excluir é tanto a ação de afastar como a de não deixar entrar. No entanto, não se pode deixar de dizer que o preso, excluído do convívio social, é também um incluído nas grades prisionais. (CURY, 2005, p. 14).

Segundo Boneti (2011),

Incluir, portanto, significa direcionar a ação do indivíduo, fazendo dele agente passivo de algo já construído, desconhecendo-se inserção deste indivíduo no social e a sua atuação no coletivo, contribuindo com a construção e reconstrução da coletividade. Neste caso, a expressão incluir, ao se referir às ações de promoção da igualdade social, deveria ser substituída pela expressão acesso, acesso aos bens e saberes socialmente construídos, isto porque entende-se que as políticas de promoção da igualdade se materializam mediante ações coletivas e não puramente individuais. (BONETI, 2011, p.92).

Este discurso, de inclusão que se opõe a exclusão pode ser usado para diversas realidades como vimos anteriormente, contudo, o que queremos focar neste estudo é a inclusão escolar que acontece nas Secretarias de Educação da Região Metropolitana da Baixada Santista, para atender alunos com deficiência nas escolas regulares e municipais de ensino fundamental I, de 1º ao 5º ano.

Segundo RODRIGUES (2006),

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais nada, rejeitar por princípio a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação. (RODRIGUES, 2006, p. 301).

..

Para compreender a inclusão escolar é necessário repensar a educação, e lembrar que a inclusão está em construção e transformação, trata-se de um processo que precisa ser revisado constantemente para evitar mecanização, reprodução e exclusão.

Os sistemas escolares precisam centrar-se nos alunos com e sem deficiência e considerar suas potencialidades nos contextos pedagógico e social. Para isso rever as próprias regras como instituição de ensino e as práticas pedagógicas constantemente é caminhar para minimizar a exclusão.

Decorrida esta discussão conceitual, nos perguntamos se as políticas e programas de inclusão desenvolvidos na Região Metropolitana da Baixada Santista são ou estão orientadas pelo conceito de inclusão escolar que refere-se a uma reorganização constante dos sistemas de ensino?

Para responder esta questão é necessário conhecer as políticas e programas que pautam o trabalho desenvolvido com este público na Baixada Santista. Conhecer as políticas públicas

e os documentos legais internacionais e nacionais que se referem às pessoas com deficiência, o que descrevemos a seguir de maneira sintética.

1.6 Políticas Públicas da Educação Especial - Documentos Internacionais

Tentaremos aqui sistematizar os subsídios legais para a Educação Especial, fazendo um levantamento das políticas e dos documentos que foram criados pensando neste tema.

Temos como ponto de partida a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), que em seu artigo 2º diz que “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades... sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”. O termo “toda pessoa sem distinção” inclui o portador de necessidades especiais.

As orientações advindas da declaração de direitos humanos deram força aos documentos internacionais. Documentos como a Declaração de Jomtien – Tailândia (UNESCO 1990), a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), Convenção de Guatemala (UNESCO, 1999), Declaração de Montreal (UNESCO, 2001) e UNESCO (2008).

A Declaração de Jomtien (1990) tem em seu artigo 3º o seguinte cabeçalho “Universalizar o acesso à Educação e promover a equidade”. Na linha 5 é onde constatamos a primeira referência, neste documento sobre as pessoas portadoras de deficiência com o seguinte texto:

As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (UNESCO, 1990, p. 02).

A Declaração de Salamanca (1994) inicia esboçando cinco itens que são congregados e proclamados por seus idealizadores, e em seu item três recomenda que todos os governos adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. Também endossam no item quatro a perspectiva de escolarização inclusiva e apoiam o desenvolvimento da educação especial como parte integrante de todos os programas educacionais. A Declaração de Salamanca aborda orientações para ações em nível regional, nacional e internacional, aborda política e organização, atingindo fatores relativos à escola, recrutamento e treinamento de educadores entre outros fatores diversos (UNESCO, 1994).

A Declaração de Guatemala (1999) originou-se da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, tem como compromisso reafirmar que as pessoas portadoras de deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas à discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano (UNESCO, 1999).

A Declaração de Montreal (2001) prima para que todos os setores da sociedade recebam benefícios da inclusão e sejam responsáveis pela promoção e pelo progresso do planejamento e desenho inclusivos, determinando que o Congresso enfatize a importância do papel dos governos em assegurar, facilitar e monitorar a transparente implementação de políticas, programas e práticas, incorporando nos currículos de todos os programas de educação e treinamento (UNESCO, 1999).

Estes documentos deram base às Políticas Públicas Nacionais e fazem referência em seu preâmbulo à estas Declarações e Convenções.

1.7 Políticas Públicas da Educação Especial – Documentos Nacionais

Segundo o documento intitulado de Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva (2008):

No Brasil o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008, p. 01).

Este documento é bastante claro com relação à evolução histórica das políticas anteriores ao ano de 2008, deixando uma trajetória legislativa nacional sobre a Educação Especial.

De acordo com o estudo de Mantoan, “A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar”, e educação especial no Brasil só foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das “Campanhas”, estas campanhas tinham como objetivo atender a cada uma

das deficiências, a CESB, Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro é apenas um exemplo das várias campanhas realizadas na época.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 1961 o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61, apontando o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino. (BRASIL, 2008).

Diz ainda que a Lei nº 5.692/71, que alterou a LDBEN de 1961, ao definir “tratamento especial” para os alunos com deficiências físicas não promoveu a organização de um sistema de ensino capaz de atender às necessidades educacionais especiais e acabou reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais. (BRASIL, 2008).

Segundo o artigo de Mantoan, “A Educação Especial no Brasil”, em 1972, foi constituído, no Ministério da Educação e Cultura, MEC, o Grupo-Tarefa de Educação Especial que contava com vários especialistas da área, dentre eles James Gallagher, convidado pelo grupo a estar no Brasil. Assim foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira. Em seguida foi criado o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. (BRASIL, 2008), mais tarde a Secretaria de Educação Especial – SEESP foi incorporada à SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

A Constituição Federal de 1988 define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55º, depois que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. (BRASIL, 1990).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59º os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades, assim como assegurar a terminalidade, a aceleração de estudos e a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V).

Depois da LDB foram promulgadas diversas leis, decretos e resoluções que tratam o tema em questão, no entanto, a supracitada lei usa termos muito abrangentes e genéricos que abrem alguns precedentes para o atendimento “preferencialmente” na rede regular de ensino, “quando necessário” haverá serviços de apoio especializado, na escola regular, ou seja, afirma um direito, (serviço de apoio especializado), mas, não especifica qual direito é este, que tipo de apoio especializado que está se referindo, isso dá margem para várias interpretações.

Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. (BRASIL, 1999).

Na Resolução CNE/CEB n.2 de 11 de setembro de 2001, afirma em seu art. 2º que, os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e cabe “às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurado às condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. Se, cabe a cada escola organizar-se, percebemos as inúmeras possibilidades de atendimentos e caminhos para executar o discurso da inclusão. Na sequência temos a lei 10.436/02 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o decreto n. 5.626/05 que a regulamenta.

Com tantas possibilidades e leques de atendimento, a Resolução n. 4/09, estabelece como foco a orientação sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE), o que limita de certa forma, os atendimentos às salas de recursos multifuncionais. Quando anteriormente era demasiadamente abrangente, agora é restrito à uma sala equipada com um professor especialista. Obviamente, não impede a formação de equipe multidisciplinar, assim como não impede que o atendimento seja feito em outros lugares, mas restringe bastante outras possibilidades outrora determinadas por lei.

Neste momento, refletimos sobre muitas informações relevantes para este trabalho, inicialmente a abordagem de políticas que fala sobre o contexto de prática o qual trata da implementação de políticas que estamos abordando. Refletimos também sobre o que consideramos Política, afinal existem várias linhas conceituais que definem política, no entanto, abordamos as consideradas políticas públicas.

As relações entre os entes federados e o regime de colaboração, que nos auxiliam a pensar nas relações horizontais entre os municípios e verticais entre os entes federados, União, Estado e Municípios. O conceito de inclusão partindo da exclusão social para embasar

o conceito do discurso da inclusão. E as Políticas Públicas da Educação Especial abordando documentos internacionais e nacionais, para refletirmos sobre a segregação, a integração, o preconceito e a história de lutas por espaço na sociedade, espaço este que a cada dia precisa ser conquistado.

Agora vamos conhecer a Região Metropolitana da Baixada Santista, cada município e suas especificidades.

2. REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA (RMBS)

Para iniciar este capítulo é necessário caracterizar o que chamamos de Região Metropolitana da Baixada Santista, onde está situada e algumas das suas particularidades, assim como, abordar informações relevantes sobre as nove cidades que compõem esta região.

2.1 Características da Região.

A Região Metropolitana da Baixada Santista está situada no Estado de São Paulo conforme mapa abaixo:

Mapa 1 – Estado de São Paulo



Fonte: http://7a12.ibge.gov.br/images/7a12/estados/sao_paulo.pdf. Acesso em: 25 set. 2014.

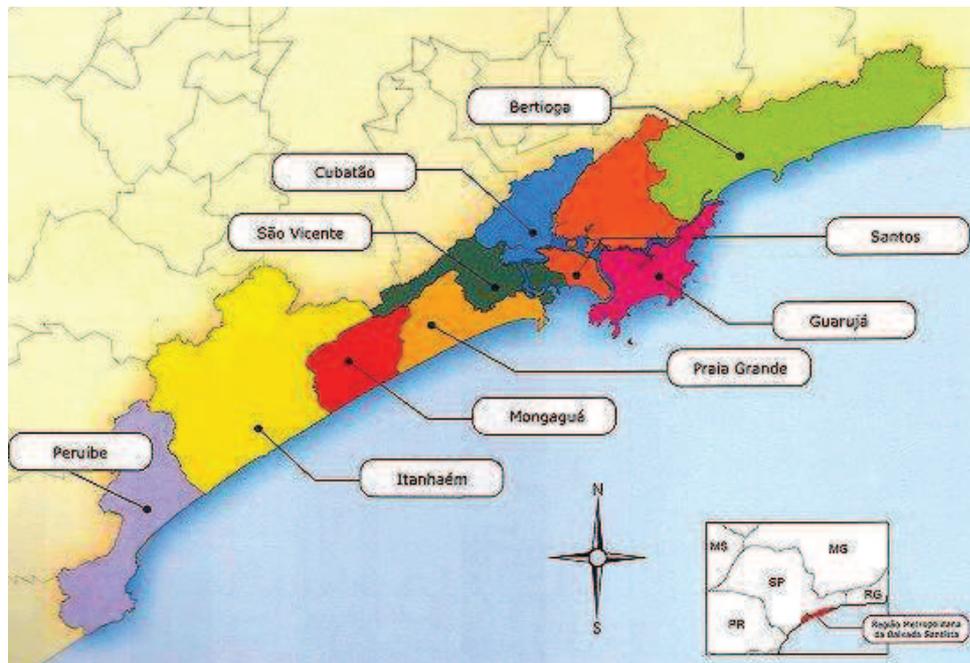
O trabalho de “Caracterização Socioeconômica das Regiões do Estado de São Paulo – Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)” realizado pelo Governo do Estado junto com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional em novembro de 2011, apresenta um estudo detalhado das Regiões Administrativas-RA e Metropolitanas-RMs paulistas no campo econômico, demográfico, social e de rede urbana, segundo consta em sua apresentação, tem como objetivo: “conhecer cada uma das regiões, auxiliando o Governo Estadual a adequar suas políticas às principais características regionais”. (SÃO PAULO, 2011, p. 5)

Este documento explicita que:

A Baixada Santista é a área de ocupação mais antiga do Estado de São Paulo e uma das primeiras do Brasil Colônia. Desde seus primórdios, a região esteve ligada às atividades portuárias, mas, somente com a abertura dos portos brasileiros ao comércio exterior, em 1808, é que seriam ampliadas as relações comerciais e a navegação de cabotagem com outros portos, com base na movimentação do açúcar. (SÃO PAULO, 2011, p.11)

Também é categórico ao afirmar que a “Região Metropolitana da Baixada Santista é formada por nove municípios localizados no centro da porção atlântica do Estado de São Paulo: Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e a sede regional Santos” (SÃO PAULO, 2011, p. 9).

Mapa 2 - Região Metropolitana da Baixada Santista - RMBS



Fonte: <http://ricosurf.com.br/noticias/meio-ambiente/rico-conhece-o-mega-projeto-que-ira-beneficiar-praias-da-baixada-santista/>. Acesso em: 20 nov. 2014.

A economia da Baixada Santista teve início com as exportações de produtos para a Europa, predominantemente o café.

A partir de 1822, com a independência do Brasil, cresceu as exportações brasileiras, culminando, em 1845, com o primeiro grande embarque para a Europa do produto agrícola que se tornava predominante na economia paulista, o café. Com o ciclo do café, o Porto e o município de Santos – onde o produto era re-beneficiado e preparado para o embarque e onde eram emitidos os certificados de garantia e, em bancos internacionais, descontados os títulos dos exportadores - ganharam importância econômica nos contextos estadual e nacional. (SÃO PAULO, 2011, p.11).

Houve expansão na cultura cafeeira, desencadeando assim, aumento de cargas e a necessidade iminente de melhorar o transporte, em 1864 foi construída a São Paulo *Railway*, impulsionando a urbanização da cidade. (SÃO PAULO, 2011).

Além disso, houve no início do século XX, obras voltadas à produção industrial, na cidade de Cubatão, Usinas e Rodovias foram contruídas, entre elas a Estrada Velha Caminho do Mar, em 1922, a Usina Henry Borde em 1926, a Rodovia Anchieta em 1947, a Refinaria de Petróleo Presidente Bernardes em 1955, e a Cia. Siderúrgica Paulista-Cosipa, em 1953. (SÃO PAULO, 2011). Houve um crescimento da região que ofertava serviços portuários, de energia, turismo e lazer e bens da indústria de base refletindo na economia da região.

Atualmente a “indústria extrativa, extração de minerais não metálicos voltados para construção civil e exploração de petróleo e gás, vem ganhando força”. (SÃO PAULO, 2011, p.13).

De acordo com a Secretaria de Planejamento:

Os municípios da Baixada vem tendo um crescimento elevado do PIB(...). A região vem apresentando taxas de crescimento populacional e taxas anuais de migração, nas últimas décadas, superiores às do conjunto do Estado, em especial os municípios de Bertioga, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe, que receberam a maior proporção de turistas de veraneio, após a construção da segunda pista da Rodovia Imigrantes, dinamizando a economia local. Outro fator que contribui para as altas taxas de migração, é o fato das estâncias da RMBS terem atraído pessoas que, após a aposentadoria, decidiram deixar os grandes centros e viver num litoral não muito distante. (SÃO PAULO, 2011, p. 13).

2.2 Inclusão escolar dos alunos com deficiências: as características de cada Município, quantidades de escola e alunos.

De acordo com as tabelas retiradas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, (INEP), 2013, podemos ter uma ideia abrangente a partir dos indicadores quantitativos dos alunos com deficiência matriculados nos quadros educacionais dos municípios que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista.

Também realizamos uma busca sobre a quantidade de escolas que cada município possui e suas dependências administrativas com o intuito de comparar esses dados.

Para esta pesquisa foram assinalados os seguintes itens no filtro de busca:

- Dependência administrativa: Privada, municipal ou estadual;
- Situação de funcionamento: em atividade;

- Modalidade: ensino regular;
- Etapa: ensino fundamental 8 anos e ensino fundamental 9 anos.

Também recolhemos alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre a área (em quilômetros quadrados), população e estimativa para 2013 (em número de habitantes), nome completo dos prefeitos e aniversário da cidade. A apresentação dos municípios está em ordem alfabética apenas para nossa organização.

O público aqui relacionado como aluno com deficiência matriculado nas escolas regulares da Região Metropolitana da Baixada Santista, está de acordo com o que rege na Resolução 4/2009 que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado em seu artigo 4º especifica quais são as pessoas com deficiência que serão atendidas nas salas de recursos multifuncionais.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 01).

2.2.1 Bertiooga

A cidade de Bertiooga⁵ possui uma área da unidade territorial de (km²) 490,148, os nascidos em Bertiooga são chamados de bertiooguenses. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 47.645 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 53.679 habitantes. O prefeito que administra a cidade atualmente é o senhor José Mauro Dedemo Orlandini que pertence ao partido dos Democratas que faz coligação com PP, PMDB, DEM, PV. Prefeito reeleito em 2012 no 1º turno com 11.372⁶ votos, equivalente a 51,36% de votos da cidade.

⁵ Dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350635&search=sao-paulo|bertiooga>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

⁶ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/sp/12111953-orlandini.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o município de Bertiooga conta com 15 escolas municipais, 9 estaduais e 7 particulares para atender especificamente os alunos matriculados no Ensino Fundamental, anos finais e iniciais.

Tabela 3 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Bertiooga

Número de Alunos Matriculados - Bertiooga							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
BERTIOGA	Estadual	0	3965	0	41	41	25%
	Municipal	4122	0	108	0	108	65%
	Privada	433	491	11	7	18	11%
	Total	4555	4456	119	48	167	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

Na esfera municipal da cidade de Bertiooga temos 108 alunos, o que representa 65% do total de alunos com deficiência, matriculados em 2013 nas escolas regulares e municipais, inseridos no quadro da educação especial. Segundo a tabela acima não há nenhum aluno nos anos finais, na esfera municipal, pois, na cidade o ensino fundamental II, 6º ao 9º ano, é de responsabilidade do Estado, esta característica na escolaridade é peculiar da cidade. Todas as outras oito cidades da Baixada Santista tem o ensino fundamental I e II como incumbência do município, apenas no município de Bertiooga esta realidade é distinta, afinal de contas à cidade foi emancipada em 1991, sendo assim, é uma cidade nova e está em processo de crescimento e adequações.

De acordo com a tabela o percentual apresentado indica que mais da metade dos alunos com deficiência estuda nas escolas da prefeitura, uma pequena parcela, 25% nas escolas do Estado e apenas 11% dos alunos com deficiência estudam na rede privada de ensino.

Os alunos dos anos finais estão na rede estadual e na rede privada, 41 e 7, respectivamente. Em outras palavras, existem alunos com deficiência matriculados nos anos finais em Bertiooga, no entanto, não é a Prefeitura que administra diretamente esta etapa de ensino.

2.2.2 Cubatão

O município de Cubatão⁷ possui uma área da unidade territorial (km²) de 142.879, no último censo realizado em 2010 tinha uma população de 118.720 habitantes e estimava-se para 2013 atingir o número de 125.178 habitantes. Os nascidos em Cubatão são Cubatonenses, popularmente são chamados de Cubatenses, a prefeitura é administrada pela senhora Marcia Rosa de Mendonça Silva, do Partido dos Trabalhadores, PT e coligação com PRB / PDT / PT / PMDB / PTN / PSC / PPS / PSDC / PHS / PTC / PV / PSD / PT do B. prefeita reeleita em 2012 com 39.969⁸ votos, equivalente a 55,36 % dos eleitores da cidade.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP o município de Cubatão conta com 29 escolas municipais, 10 estaduais e 7 particulares para atender especificamente os alunos matriculados no Ensino Fundamental anos finais e iniciais.

Tabela 4 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Cubatão

Número de Alunos Matriculados – Cubatão							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
CUBATÃO	Estadual	1281	2873	47	116	163	32%
	Municipal	7048	4962	215	127	342	66%
	Privada	823	586	9	3	12	2%
	Total	9152	8421	271	246	517	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

No município de Cubatão, em relação aos alunos com deficiências, temos novamente, uma ênfase das matrículas na esfera municipal, contando com 215 e 127 alunos dos anos iniciais e finais respectivamente, o que representa 66% dos alunos com deficiência no ensino regular de responsabilidade da Prefeitura. A rede privada conta com apenas 12 alunos e a rede

⁷ Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351350&search=sao-paulo|cubatao>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

⁸ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/sp/09041959-marcia-rosa.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

estadual apenas 163 alunos, números bastante inferiores aos observados na dependência municipal que totaliza 342 alunos.

2.2.3 Guarujá

No dia 30 de junho de 1934 a cidade recebeu o título de Estância Balneária⁹ e em 1947 passou a ser considerado município. Na década de 1970 ficou conhecida como “Pérola do Atlântico”.

A cidade do Guarujá¹⁰ tem uma área da unidade territorial (km²) 143.454, a população em 2010 era de 290.752 habitantes estimando-se para 2013 um número aumentado de 306.683 habitantes. Os nascidos no Guarujá são chamados guarujaenses e esta cidade está sob a administração da senhora Prefeita Maria Antonieta de Brito do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB, coligação PRB / PMDB / PSC / PHS / PTC / PPL / PC do B. Eleita em 2012 no 2º turno com 106.415¹¹ votos, equivalente a 64,25% dos eleitores da cidade.

Tabela 5 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Guarujá

Número de Alunos Matriculados – Guarujá							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
GUARUJÁ	Estadual	7307	10590	57	106	163	18%
	Municipal	12718	9217	433	238	671	73%
	Privada	3162	2069	63	16	79	9%
	Total	23187	21876	553	360	913	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

No município do Guarujá os matriculados na Educação Especial também estão concentrados em sua maioria na esfera municipal com 433 alunos nos anos iniciais e 238 nos

⁹ Dados disponíveis em: <http://portal.guaruja.sp.gov.br/>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

¹⁰ Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351870&search=sao-paulo|guaruja>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

¹¹ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/sp/19041969-antonieta.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

anos finais. Entre a esfera privada e a estadual, nos anos iniciais, temos uma pequena diferença: 6 alunos e nos anos finais a diferença é de 90 alunos matriculados.

Segundo o INEP a cidade conta com 30 escolas municipais, 35 escolas estaduais, 19 particulares para atender o Ensino Fundamental, anos iniciais e finais. Segundo os dados os 73% de alunos com deficiência atendidos, nas escolas regulares, pelo município estão distribuídos nas 30 escolas municipais da cidade.

2.2.4 Itanhaém

A cidade de Itanhaém¹² possui uma área da unidade territorial de (km²) 601.670. Os nascidos em Itanhaém são chamados de itanhaenses. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 87.057 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 93.696 habitantes. O prefeito que administra a cidade atualmente é o senhor Marco Aurélio Gomes da Silva, pertence ao PSDB, foi eleito em 2012 com 22.013¹³ votos, o que equivale a 45,80% do total de votos válidos.

Tabela 6 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Itanhaém

Número de Alunos Matriculados - Itanhaém							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
ITANHAÉM	Estadual	29	2160	0	26	26	7%
	Municipal	6894	4338	167	184	351	91%
	Privada	521	457	3	5	8	2%
	Total	7444	6955	170	215	385	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

No município de Itanhaém temos matriculado na educação especial, nos anos iniciais e finais, no âmbito municipal: 167 e 184, respectivamente, o equivalente a 91% dos alunos com deficiência nas escolas municipais, o que deixa inexpressiva a quantidade total de alunos na

¹² Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352210&search=sao-paulo|itanhaem> Acesso em: 19 de jun. 2014.

¹³ Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/santos-regiao/eleicoes/2012/noticia/2012/10/marco-aurelio-e-eleito-o-novo-prefeito-de-itanhaem-sp.html>. Acesso em: 20 de nov. 2015

rede estadual e privada de Itanhaém, 26 e 8 alunos, respectivamente, não completando 10% de alunos no mesmo nível de escolaridade, mas em outro âmbito administrativo.

A cidade, para atender os alunos do ensino fundamental de anos iniciais e finais, conta com 31 escolas municipais, 11 escolas estaduais e 10 particulares perfazendo um total de 52 escolas. É possível extrair dos dados que as 351 crianças e adolescentes com deficiência estão distribuídas nas 31 escolas municipais da cidade.

2.2.5 Mongaguá

A cidade de Mongaguá¹⁴ possui uma área da unidade territorial de (km²) 142.005. Os nascidos em Mongaguá são chamados de mongaguanos. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 46.293 habitantes. Estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 50.641 habitantes. O prefeito eleito foi o senhor Paulo Wiazowski Filho, pertencente ao Democratas, coligação PSL / PSC / DEM / PSB / PSD. Eleito em 2012 com 12.039¹⁵ votos, equivalente a 66, 93% dos votos válidos. No entanto, teve mandato cassado em 2013, por fazer propaganda eleitoral em locais e prazos proibidos, a cidade passou a ser administrada pelo atual prefeito o Sr. Artur Parada Prócida (PSDB).

Tabela 7 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Mongaguá

Número de Alunos Matriculados - Mongaguá							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
MONGAGUÁ	Estadual	48	77	0	0	0	0%
	Municipal	3852	3717	49	65	114	62%
	Privada	286	260	68	1	69	38%
	Total	4186	4054	117	66	183	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

O município de Mongaguá conta com 22 escolas municipais, 3 escolas estaduais e 5 particulares para atender os alunos do Ensino Fundamental anos iniciais e finais.

¹⁴ Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353310&search=sao-paulo|mongagua>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

¹⁵ Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/2012/candidatos/2012/prefeito/sp/15081967-paulinho.htm>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

Mongaguá é um dos municípios com menor quantidade de matriculados na educação especial nos anos iniciais no âmbito municipal, com apenas 49 alunos, prevalecendo o âmbito privado com 68 matrículas o que não acontece em nenhum outro município da Baixada Santista, conta também com 1 aluno nos anos finais na rede privada e 65 alunos dos anos finais na esfera municipal.

No entanto, se observamos as relações de percentual, a tabela indica que 62% dos alunos com deficiência estudam nas escolas 22 escolas municipais da cidade, o que indica uma predominância de alunos com deficiência, neste âmbito administrativo, mesmo a rede privada apresentando 38% das matrículas de alunos com deficiência especialmente nos anos iniciais.

2.2.6 Peruíbe

A cidade de Peruíbe¹⁶ foi emancipada em 1959, a Prefeitura administra 324.140 quilômetros quadrados de área, sendo 97 deles em área urbana, possui também 32 quilômetros de praias.

Segundo dados do IBGE os nascidos em Peruíbe¹⁷ são chamados de peruibenses. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 59.773 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 63.815 habitantes. A prefeita que administra a cidade atualmente é a Sra. Ana Maria Preto pertencente ao Partido Trabalhista Brasileiro PTB, coligação PP, PDT, PTB, PMDB, PTN, PR, DEM PRTB, PHS, PMN, PTC, PV, PSOL, PC do B, PT do B. Eleita em 2012 com 13.827¹⁸ votos, equivalente a 38,30% dos votos válidos.

Segundo o Inep, Peruíbe conta com 31 escolas que atendem o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, sendo, 19 escolas municipais, 12 escolas estaduais e 10 escolas particulares.

Em Peruíbe a maior quantidade de alunos matriculados na educação especial está nos anos finais na esfera estadual contando com 125 alunos, o equivalente a 43% dos alunos com deficiência da cidade. Este percentual de alunos com deficiência na esfera Estadual, só ocorre nesta cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista.

¹⁶ Dados disponíveis em: <http://www.peruibe.com/peruibe.php>. Acesso em: 19 de junho de 2014.

¹⁷ Dados extraídos do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE, disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353760&search=sao-paulo|peruibe>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

¹⁸ Disponível em: <http://www.eleicoes2012.info/ana-preto/>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

Nos anos iniciais e finais, o âmbito municipal prevalece com 86 e 11 matrículas, respectivamente, o que representa 33% dos alunos com deficiência, distribuídos nas 19 escolas municipais da cidade. Nas escolas privadas estão matriculados 24% dos alunos com deficiência, conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 8 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Peruíbe

Número de Alunos Matriculados - Perúibe							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
PERUÍBE	Estadual	43	3912	0	125	125	43%
	Municipal	4773	382	86	11	97	33%
	Privada	716	611	69	1	70	24%
	Total	5532	4905	155	137	292	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

2.2.7 Praia Grande

A cidade de Praia Grande¹⁹ segundo dados do IBGE possui uma área da unidade territorial de (km²) 147.065. Os nascidos em Praia Grande são chamados de praia-grandenses. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 262.051 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 287.967 habitantes. O prefeito que administra a cidade atualmente é o senhor Alberto Pereira Mourão, que pertence ao Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB, coligação PRB / PP / PDT / PTB / PMDB / PSL / PR / PPS / DEM / PRTB / PHS / PMN / PTC / PSB / PRP / PSDB / PSD. Eleito em 2012 com 78.627²⁰ votos 62,45% dos votos válidos.

Segundo o INEP, Praia Grande conta com 104 escolas que atendem o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, sendo, 46 escolas municipais, 23 escolas estaduais e 35 escolas particulares.

¹⁹ Dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354100&search=sao-paulo|praiagrande>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

²⁰ Disponível em: <http://www.eleicoes2012.info/mourao-45/>. Acesso em: 20 de nov. 2015.

Tabela 9 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Praia Grande

Número de Alunos Matriculados – Praia Grande							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
PRAIA GRANDE	Estadual	20	8214	1	78	79	9%
	Municipal	19067	8408	679	102	781	87%
	Privada	3144	2397	24	17	41	5%
	Total	22231	19019	704	197	901	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

Iniciando nossas análises neste município, podemos notar que a maior parte dos alunos matriculados nas escolas regulares públicas tanto nos anos iniciais quanto nos anos finais. Concentram-se na esfera municipal 679 alunos da educação especial dos anos iniciais e 102 anos finais, estes números representam 87% dos alunos com deficiência atendidos nas escolas regulares da cidade.

Temos na tabela, uma representação ligeiramente ínfima na matrícula dos nos anos iniciais, na rede estadual: apenas 1 embora nos anos finais esta análise seja bem diferente, pois, a rede apresenta 78 alunos matriculados se comparados com a rede privada com 24 nos anos iniciais e 17 nos anos finais.

2.2.8 Santos

A cidade de Santos²¹ segundo dados do IBGE possui uma área da unidade territorial de (km²) 280.674. Os nascidos em Santos são chamados de santistas. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 419.400 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 433.153 habitantes. O prefeito que administra a cidade atualmente é o senhor Paulo Alexandre Pereira Barbosa, pertencente ao Partido da Social Democracia Brasileira, PSDB, coligação com PRB / PTB / PSC / PR / PPS / DEM / PHS / PTC / PRP / PSDB. Eleito em 2012 com 144.827 votos, equivalente a 57,91% dos votos válidos.

²¹ Dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354850&search=sao-paulo|santos> Acesso em: 19 de jun. 2014.

Segundo o INEP Santos conta com 143 escolas que atendem o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, sendo, 38 escolas municipais, 19 escolas estaduais e 86 escolas particulares.

Tabela 10 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – Santos

Número de Alunos Matriculados – Santos							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1ª a 4ª série e Anos Iniciais	5ª a 8ª série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
SANTOS	Estadual	227	7518	5	229	234	13%
	Municipal	14398	4471	495	203	698	39%
	Privada	9831	8240	635	224	859	48%
	Total	24456	20229	1135	656	1791	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

No município de Santos as informações da tabela acima permitem identificar uma situação bem diferenciada dos outros municípios da Região. Temos uma diferença de apenas 21 alunos com deficiência nos anos finais entre a rede municipal e privada que contam com 203 e 224 alunos, respectivamente. Também contamos com uma diferença de 140 alunos com relação aos anos iniciais nas esferas municipal e privada, prevalecendo às matrículas nas escolas privadas: 495 e 635, respectivamente. Não podemos deixar de notar que a rede Estadual conta a maior quantidade de alunos nos anos finais em relação à rede privada e municipal, embora a diferença no número de alunos não seja tão expressiva. O Estado também conta com o menor número de alunos nos anos iniciais apenas 5.

Apenas na cidade de Santos que encontramos um maior número de alunos com deficiência 48% matriculados nas escolas privadas, em nenhuma outra cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista, encontramos situação semelhante.

2.2.9 São Vicente

A cidade de São Vicente²² segundo dados do IBGE possui uma área da unidade territorial de (km²) 147,893, os nascidos em São Vicente são chamados de vicentinos. Segundo o último censo realizado em 2010 a população era de 332.445 habitantes, estimou-se para 2013 um número um pouco maior com 350.465 habitantes. O prefeito que administra a cidade atualmente é o senhor Luís Claudio Bili Lins da Silva, do Partido Progressista - PP, coligação PP / PRTB / PT do B. Eleito em 2012 com 92.737²³ votos, equivalente a 51,42% dos votos válidos.

Segundo o INEP São Vicente conta com 103 escolas que atendem o Ensino Fundamental anos iniciais e finais, sendo, 42 escolas municipais, 20 escolas estaduais e 41 escolas particulares.

Tabela 11 - Resultados Finais do Censo Escolar 2013 – São Vicente

Número de Alunos Matriculados – São Vicente							
Município	Âmbito	Ensino Fundamental		Educação Especial (Alunos de Escolas Especiais, Incluídos)			
		1 ^a a 4 ^a série e Anos Iniciais	5 ^a a 8 ^a série e Anos Finais	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de alunos com deficiência	Percentual
SÃO VICENTE	Estadual	705	7189	9	84	93	8%
	Municipal	20978	8924	810	132	942	79%
	Privada	4441	3273	71	79	150	13%
	Total	26124	19386	890	295	1185	100%

Fonte: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. 2013.

Em São Vicente a quantidade de alunos está concentrada na rede Municipal tanto nos anos iniciais com 810 alunos, quanto nos anos finais 132 alunos, o que corresponde a 79% dos alunos com deficiência que são atendidos nas escolares regulares do município. Nas outras redes estadual e privada temos uma pequena representação um total de 93 e 150 alunos, respectivamente, o equivalente a 21% dos alunos com deficiência que estudam nos outros âmbitos administrativos da cidade.

²² Dados do INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS – IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355100&search=sao-paulo|sao-vicente>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

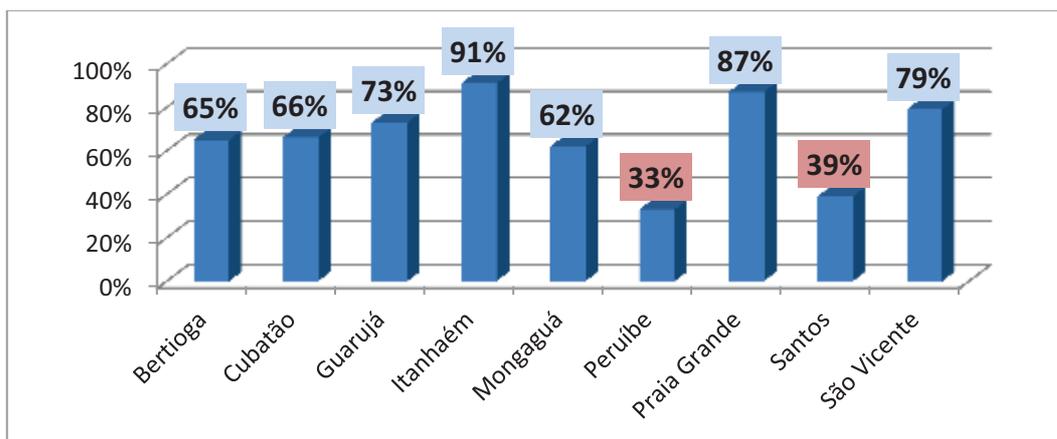
²³ Disponível em: <http://www.eleicoes2012.info/bili/>. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

Nota-se uma concentração de alunos com deficiência na rede municipal de ensino na maioria das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista, com apenas duas exceções: a cidade de Peruíbe que possui 43% dos alunos com deficiência sobre a responsabilidade do Estado (125 alunos nos anos finais) e a cidade de Santos com 48% de alunos com deficiência na rede Privada (859 alunos nos anos iniciais e finais).

2.2.10 Síntese a partir das informações pesquisas

Depois de descritas todas as informações acima, a respeito de cada município da Região Metropolitana da Baixada Santista, notamos a necessidade de sintetizar para melhor entendimento do leitor as principais informações descritas no texto, sendo assim, apresentaremos agora em gráficos e tabelas tais informações.

Gráfico 5 – Porcentagem de alunos com deficiência que estudam nas escolas regulares e municipais das cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista



Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>.

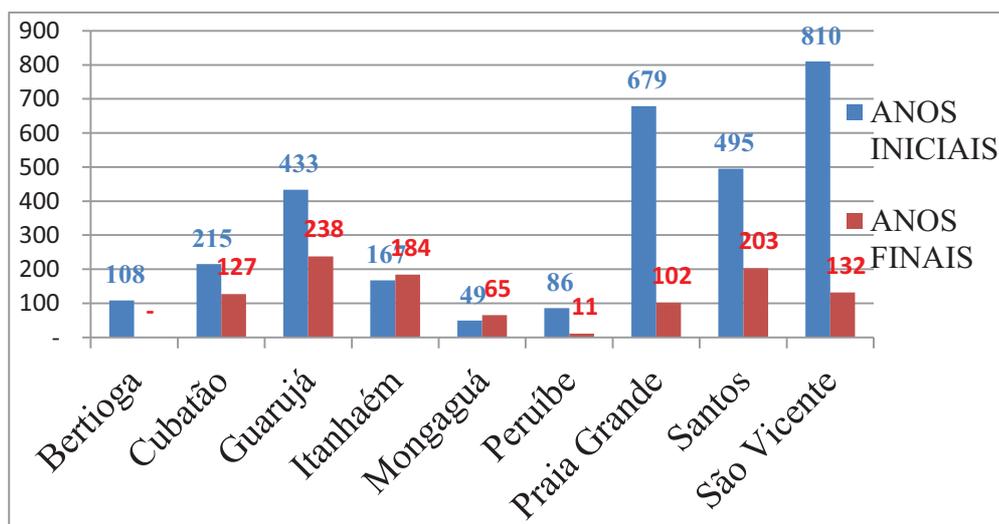
O gráfico acima sintetiza as informações em porcentagem a respeito do número e alunos com deficiência que são atendidos no âmbito municipal, foco deste trabalho e nos anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Podemos perceber que:

- 65% dos alunos com deficiência na cidade de Bertioga estudam nas escolas regulares do município,
- 66% dos alunos com deficiência na cidade de Cubatão estudam nas escolas regulares do município,

- 73% dos alunos com deficiência na cidade de Guarujá estudam nas escolas regulares do município,
- 91% dos alunos com deficiência na cidade de Itanhaém estudam nas escolas regulares do município,
- 62% dos alunos com deficiência na cidade de Mongaguá estudam nas escolas regulares do município,
- 33% dos alunos com deficiência na cidade de Peruíbe estudam nas escolas regulares do município, só perdendo para o Estado 43%, alunos dos anos finais,
- 87% dos alunos com deficiência na cidade de Praia Grande estudam nas escolas regulares do município,
- 39% dos alunos com deficiência na cidade de Santos estudam nas escolas regulares do município, só perdendo para a rede Privada 48%, alunos dos anos iniciais e finais,
- 79% dos alunos com deficiência na cidade de São Vicente estudam nas escolas regulares do município,

Gráfico 6 - Baixada Santista Alunos com Deficiência nos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental



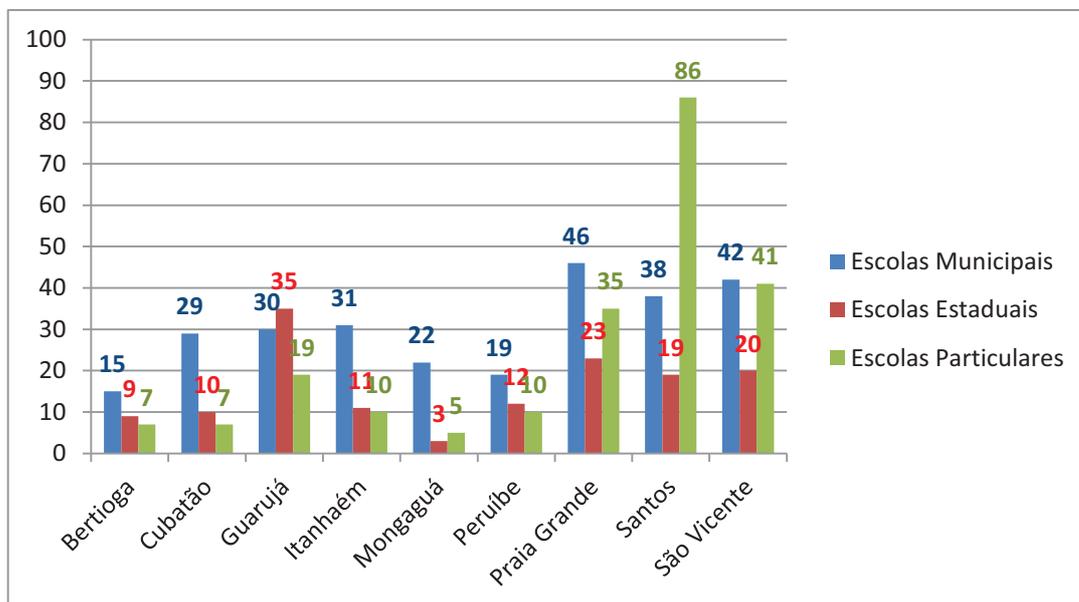
Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>.

Percebe-se uma concentração de alunos com deficiência nos anos iniciais do ensino fundamental, ou seja, a quantidade de alunos nos anos finais é pequena se comparada com os alunos de 1º ao 5º ano.

Nota-se uma concentração de escolas municipais nas cidades de Praia Grande com 46 escolas, uma concentração de escolas estaduais na cidade de Guarujá 35 mais do que em todas as outras da Baixada Santista e uma concentração de escolas particulares na cidade de Santos 86 mais do que em todas as outras da Baixada Santista.

Quando visualizamos o total de escolas, juntas num único gráfico, percebemos a prevalência de três municípios da Baixada Santista, Praia Grande, Santos e São Vicente.

Gráfico 7 - Baixada Santista Número de todas as Escolas Municipais, Estaduais e Particulares



Fonte: síntese, elaborada pela autora, das informações pesquisadas no site do INEP. <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>.

Até o presente momento, este trabalho, limitou-se apenas a apresentar à pesquisa de fundamentação teórica e a pesquisa nas bases de dados qualitativos e quantitativos, com o objetivo de tratar as informações principais das redes de ensino fundamental, da Região Metropolitana da Baixada Santista, percorremos este caminho para que o leitor possa compreender os conceitos de Política e de Inclusão, conhecer uma caracterização geral sobre o território, a população e a rede escolar, assim como conhecer algumas particularidades das cidades da Baixada Santista.

Retomamos agora algumas de nossas inquietações e problemáticas apresentadas no início deste trabalho, quais são as políticas públicas da educação especial, que cada município estabeleceu para nortear o trabalho realizado com este público? Como os municípios têm administrado a questão do aumento de alunos com deficiência nas unidades regulares de

ensino? Existem programas específicos desenvolvidos pelas cidades para o atendimento dos alunos com deficiência que englobem professores, família, comunidade ou outros atores sociais?

No capítulo a seguir, organizamos os dados da pesquisa de campo em eixos de análises, possibilitando a apresentação destes dados e o cotejamento dos mesmos.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E PROGRAMAS MUNICIPAIS DA BAIXADA SANTISTA

Antes de apresentarmos os eixos de análises faremos um breve relatório descritivo sobre a obtenção dos dados e os procedimentos metodológicos divididos em quatro fases.

1º fase: informações sobre as prefeituras

A coleta de dados teve início com a pesquisa em sites simples como o “google” onde colocamos o nome de cada prefeitura e cidade. Assim obtivemos informações importantes a respeito das várias Secretarias de Educação da Baixada Santista dados como: nome da prefeitura, endereço, telefone, nome do Secretário ou Secretária de Educação. Depois de organizar todas estas primeiras informações partimos para a segunda fase: contato telefônico.

2º fase: contato telefônico

Por meio de contato telefônico foi possível falar com todas as Secretarias de Educação da Baixada Santista e ratificar ou retificar as informações obtidas no site de busca simples. Fomos atendidos e orientados pela maioria das Prefeituras a enviar um e-mail para um dos assessores ou um representante do Secretário de Educação com as informações sobre o projeto de pesquisa, uma carta de apresentação e um requerimento de autorização para realizar a pesquisa, dirigido ao Secretário de Educação. Então preparamos todos esses documentos que explicavam e apresentavam:

Apenas as cidades de Cubatão e Peruíbe foram contatadas mais tarde, pois, durante este tempo não conseguimos falar com seus dirigentes por causa de eventuais compromissos que estes tiveram adiando temporariamente o contato por telefone.

Depois dessas conferências de informações e instrução iniciamos a terceira fase que tratou do envio dos documentos solicitados.

3º fase: envio de documentos.

Os documentos foram enviados para oito municípios Bertioga, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Praia Grande e Santos, Cubatão e Peruíbe, apenas o município de São Vicente foi contatado posteriormente, pois, segundo as orientações recebidas por telefone era necessário comparecer ao protocolo da prefeitura e preencher um formulário específico para autorização de pesquisa, anexando neste formulário os documentos que foram encaminhados via e-mail para as demais prefeituras: projeto de pesquisa, carta de apresentação e requerimento de autorização dirigido ao Secretário de Educação.

4º fase: Devolutivas das Prefeituras

Esta foi uma das fases de maior expectativa da pesquisa, pois era necessário aguardar as devolutivas das prefeituras. Finalmente, o telefone começou a tocar e recebemos as devolutivas das cidades. Neste capítulo, apresentaremos quatro eixos de análises para apresentar a coleta de dados feita nesta pesquisa.

O primeiro eixo chama-se “Diretrizes Políticas” nossa intenção é responder a primeira pergunta de nossa problematização: quais as políticas públicas que norteiam o trabalho desenvolvido em cada município? Citar e analisar as leis, decretos, pareceres, programas e as documentações citadas pelas Secretarias de Educação na Divisão de Educação Especial da Região Metropolitana da Baixada Santista durante a fase de coleta de dados que norteiam o atendimento aos alunos deficientes.

O segundo eixo chama-se “Rede de Atendimento” onde colocamos as características estruturais de cada prefeitura com relação ao atendimento básico dispensado aos alunos com deficiência: número de escolas, número de alunos com deficiência, número de salas de atendimento educacional especializado, número de salas específicas para o atendimento de alunos com deficiência auditiva ou visual.

O terceiro eixo “Profissionais” informa sobre os envolvidos direta e indiretamente no atendimento aos alunos com deficiência: profissionais de apoio, profissionais que trabalham em setores diferentes do setor da educação e diversas nomenclaturas para as funções desempenhadas por esses profissionais, que, muitas vezes, designam as mesmas funções nas diferentes redes.

O quarto eixo de análise trata das “Especificidades”: os tipos de atendimentos, programas, projetos ou mesmo condutas diferenciadas que cada rede adotou para atender os alunos com deficiência nas escolas regulares de ensino fundamental I, 1º ao 5º ano.

3.1. Diretrizes Políticas

Dentre as nove cidades que compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista, todas elas afirmaram seguir como norteadora do trabalho com os alunos com deficiência, nas escolas regulares todas as Políticas instituídas pelo Governo Federal.

Isto significa traçar um caminho legislativo, baseado em leis específicas e vários documentos legais. Aqui vamos tratar apenas de algumas, pois, seria necessário um capítulo bastante extenso para desenvolver este item.

Inicialmente a Constituição Federal de 1988 que garante a educação como direito de todos sem qualquer discriminação. A mesma ainda afirma que é do Estado o dever de garantir

atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, mesmo que, “preferencialmente” nas escolas regulares esta condição de “preferencial” já causou e ainda causa muitos embates, pois, a inclusão defende a bandeira de que os alunos com deficiência devem estar inseridos nas escolas regulares para haver inclusão.

Estar na sala de aula regular não garante a inclusão dos alunos com deficiência. Para que a inclusão ocorra é necessário garantir acesso diminuindo ou minimizando as barreiras arquitetônicas, garantir as condições mínimas de permanência, além de condições adequadas para que o aluno com deficiência possa se sentir parte da classe, para isso, materiais pedagógicos, profissionais de apoio e atenção especializada são indispensáveis para a oferta de qualidade deste atendimento.

Além da Constituição Federal existem diversas outras leis como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96 que possui um capítulo específico para tratar a respeito dos alunos com deficiência outras leis que tratam sobre a acessibilidade (Lei nº 10.098/94), a Língua Brasileira de Sinais (Lei nº 10.436/02) como direito aos alunos com deficiência auditiva. Decretos que garantem os direitos das pessoas com deficiência (Decreto nº 186/08) documentos que dispõem sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094/07) e vários outros decretos.

Existem as Portarias que falam sobre os critérios de acessibilidade, a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais, os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições, a Instituição da Secretaria de Educação Especial/SEESP, a Comissão Brasileira do Braille entre outros.

Existem as Resoluções que tratam sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, à duração e a carga horária de cursos, o prazo de conclusão dos cursos de graduação. Isto, sem contar os documentos internacionais que influenciaram alguns dos documentos nacionais citados acima, a Declaração de Salamanca, a Convenção da Guatemala, a Declaração dos Direitos das pessoas Deficientes, a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão entre outras.

No caso das cidades da Baixada Santista mesmo seguindo todas estas legislações Federais vamos ressaltar algumas que foram citadas pelas Secretarias de Educação.

Segue abaixo o quadro com a respectiva ênfase legislativa que cada cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista preconizou como Política Pública de base para o seu trabalho com os alunos com deficiência nas escolas regulares.

Quadro 1 – Síntese das Informações sobre as Diretrizes das Políticas Públicas usadas para nortear o trabalho desenvolvido das Redes de Ensino

MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA		Políticas Públicas	Ênfase
1	Peruíbe	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Resolução nº 04/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o AEE e a Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”
2	São Vicente	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Resolução nº 04/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o AEE. Plano "Viver sem limites" e a Coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”
3	Mongaguá	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Resolução nº 04/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o AEE. Plano Municipal de Educação da cidade
4	Itanhaém	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Resolução nº 04/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o AEE
5	Praia Grande	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Plano Viver Sem Limites e Nota Técnica n. 55/2013 que dá orientações sobre a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
6	Bertioga	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Nota Técnica n. 55/2013 que dá orientações sobre a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE).
7	Santos	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e a Resolução nº 4/2009.
8	Cubatão	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Resolução nº 04/2009 - Institui Diretrizes Operacionais para o AEE
9	Guarujá	Todas as estabelecidas pelo Ministério da Educação - MEC	Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Decreto 6.571/2008 e a Resolução nº 04/2009.

Fonte: síntese das informações desenvolvidas no eixo 1: “Diretrizes Políticas”.

As cidades de Peruíbe, São Vicente, Mongaguá, Itanhaém, Santos, Cubatão e Guarujá citaram a *Resolução n° 04/2009 que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado* que no seu artigo 2° explicita a função do AEE:

O AEE tem como **função complementar ou suplementar a formação do aluno** por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Parágrafo único. Para fins destas Diretrizes, consideram-se recursos de acessibilidade na educação àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de comunicação e informação, dos transportes e dos demais serviços. (Redação dada pela resolução n° 4, 2009).

Neste documento encontramos algumas orientações sobre o AEE os níveis de ensino ao qual ele é destinado (art. 3°), quem são os alunos considerados público-alvo deste atendimento (art. 4°), local do atendimento e recursos financeiros para o mesmo (art.5° ao 8°), o plano de atendimento e orientações, orientações sobre o projeto político pedagógico das unidades (art. 9° ao 11°), habilitação e atribuições do professor especialista que fará atendimento nas salas de recursos.

Esta resolução é bastante específica ao Atendimento Educacional Especializado e apenas as cidades de Praia Grande e Bertioga não citaram a sua utilização o que não significa o desconhecimento ou mesmo o não cumprimento de suas determinações como veremos no decorrer desta pesquisa.

A cidade do Guarujá foi à única que fez menção ao *Decreto 6.571/08, que dispõe sobre o atendimento educacional especializado*, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da lei 9.394, e acrescenta dispositivo ao Decreto 6.253/2007.

No entanto, este Decreto 6.571/08, foi revogado pelo Decreto 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial o atendimento educacional especializado e dá outras providências.

Ambos os Decretos 6.571/08 e 7.611/11 apresentam um texto muito semelhante afirmando que a União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, também apresentam os objetivos do AEE que reforçam as semelhanças entre estes documentos. Apenas a parte em negrito logo abaixo foi acrescentada no decreto de 2011 ainda assim, a coerência entre um e outro não foi prejudicada.

- I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e **garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;**
- II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e
- IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino. (Redação dada pelo Decreto 7.611 de 2011, grifos nossos).

Ambos fazem alterações ao Decreto 6.253/07 que dispõe sobre o FUNDEB, o Decreto 6.571/08 acrescenta o artigo 9º-A admitindo a partir de 1º de janeiro de 2010 a distribuição de recursos do FUNDEB na matrícula dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado sem prejuízo da matrícula na educação básica regular. Mesmo revogado pelo Decreto 7.611/11 esta afirmação reaparece no art. 9º-A com outras palavras, mas com o mesmo significado, afirmando que para efeito de distribuição dos recursos do FUNDEB será admitida dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado.

O ponto de distorção entre um e outro documento Decreto 6.571/08 e 7.611/11, está nas alterações que ambos fazem ao Decreto 6.253/07, sobre FUNDEB. Enquanto o primeiro apenas acrescenta o artigo 9º-A, o segundo mantém o artigo 9º-A e em seu artigo 8º modifica o artigo 14º do Decreto 6.253/07,

Art. 14. Admitir-se-á, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas efetivadas na educação especial oferecida por instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na educação especial, conveniada com o Poder Executivo competente.

§ 1º Serão consideradas, para a educação especial, as matrículas na rede regular de ensino, em classes comuns **OU em classes especiais** de escolas regulares, e em **escolas especiais ou especializadas**. (Redação dada pelo Decreto 7.611 de 2011, grifos nossos).

A inserção desta redação traz um retrocesso de todo o processo de inclusão dos alunos com deficiência em espaços outrora destinados a eles e abre uma grande brecha para que eles sejam retirados das escolas comuns para as escolas ou classes especiais, restringindo mais uma vez o direito e a qualidade da educação dispensada aos alunos com deficiência.

O que muitas vezes parece ser apenas uma simples modificação de uma redação da legislação pode resultar em exclusão dos alunos com deficiência. Daí a importância da sociedade civil participar das votações e acompanhar todas as fases para a implantação de

determinados projetos de leis que prometem avanços em todas as áreas da educação, no entanto, algumas poucas palavras podem resultar em grandes perdas que historicamente já haviam sido superadas.

Para desenvolver o trabalho de atendimento do aluno com deficiência na perspectiva inclusiva nas escolas regulares, a rede de Praia Grande tem como diretrizes as Políticas Públicas instituídas pelo Governo Federal dando como referência o site do Ministério de Educação – MEC. Toda a legislação e especialmente o Plano Viver Sem Limites que foi lançado a partir do decreto 7.612 de 17 de novembro de 2011 que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a nota técnica n. 55/2013 que dá orientações sobre a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na perspectiva da Educação Inclusiva.

Este último documento *Nota Técnica*²⁴ n° 55 de 2013 que orienta à atuação dos Centros de AEE na perspectiva da educação inclusiva foi citado pelas cidades de Bertioga e Praia Grande como documento norteador do trabalho.

A Nota Técnica é um documento onde consta a fundamentação legal, institucional e histórica sobre determinada política pública, projeto de lei ou outro objeto de interesse da equipe que a formula. A nota 55 de 2013 está dividida em sete partes: I - Fundamentos legais, políticos e pedagógicos, II - Atendimento Educacional Especializado, III - Financiamento do AEE nas redes públicas, IV - Convênio entre a Secretaria de Educação e Centros de AEE, V - Organização dos Centros de AEE, VI – Atribuição do professor do AEE e VII – Projeto Político Pedagógico – PPP dos Centros de AEE.

Sua principal finalidade é orientar a atuação dos Centros de Atendimento Educacional Especializado para isso na primeira parte se coloca em concordância com os marcos legais, políticos e pedagógicos dos documentos anteriores a ela, dentre eles, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, o Decreto 7.611 de 2011 que dispõe sobre o financiamento do AEE, a Resolução CNE/CEB n° 4 de 2009, que já abordamos aqui, a Resolução CD/FNDE n° 10 de 2013 que dispõe sobre o repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE.

²⁴ Uma nota técnica (NT) é um documento com a fundamentação legal, institucional e histórica sobre determinada política pública, projeto de lei ou outro objeto de interesse da equipe que a formula. Nela, são apresentados os possíveis entraves e as propostas de soluções a problemas relacionados ao tema central da NT. Em geral, é acompanhada de dados estatísticos, estudos de caso, jurisprudência e outras informações complementares e necessárias à sustentação do argumento utilizado ao longo da análise, a nota técnica 55 foi assinada pela Diretora de Políticas de Educação Especial, senhora Martinha Clarete Dutra dos Santos DPEE/SECADI/MEC. Disponível em: <http://secretariageral.gov.br/iniciativas/mrosc/notas-tecnicas>. Acesso em: 19 de dez. de 2015.

Baseado nestes documentos a nota técnica nº 55 compreende cinco afirmações a primeira diz que é o poder público que deve assegurar o acesso ao sistema educacional inclusivo em todos os níveis, só nos resta saber qual sistema seria este, aliás, talvez a questão mais adequada fosse se na educação brasileira, temos um “sistema educacional inclusivo” para tratar alunos com deficiência.

A segunda afirmação é que a deficiência é um conceito em evolução que resulta da interação entre as pessoas com limitação física, intelectual ou sensorial e as barreiras ambientais e atitudinais que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade. Não apenas o conceito deficiência está em evolução, pois, ainda presenciamos o desrespeito com o cidadão com deficiência, locais de acesso e permanência apenas para este público corriqueiramente são invadidos e quando realmente é necessário que uma pessoa com deficiência faça uso destes espaços, está sendo ocupado por um cidadão comum que ainda não evoluiu para a realidade de um mundo que comporta tanto pessoas com quanto pessoas sem deficiência, mas, sobretudo, pessoas.

Os sistemas de ensino devem garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, esta é a terceira afirmação que a nota técnica faz em seguida afirma que a educação especial é uma modalidade de ensino transversal aos níveis, etapas e modalidades, o que corrobora com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Segundo a nota técnica na sua última afirmação o Atendimento Educacional Especializado é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino regular.

Na segunda parte do documento existem algumas orientações específicas sobre o AEE que deverá ser realizado nas salas multifuncionais da própria escola ou em outra no contraturno, que é uma forma de complementar ou suplementar e não substitui a escolarização dos estudantes. É responsabilidade do AEE a organização e disponibilidade de recursos e serviços pedagógicos e de acesso para o atendimento às necessidades educacionais específicas.

Na terceira parte da nota técnica encontramos a organização sobre o financiamento da educação especial a dupla matrícula assegurada pelo Decreto nº 6.253/07 em seu artigo 9º-A “Para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, será admitida a dupla matrícula dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional

especializado”, o PDDE que anualmente é distribuído para as escolas também prevê o custeio de despesas, manutenção e pequenos investimentos para as escolas que ofertem educação especial, o PNAE – Programa Nacional da Alimentação Escolar, para o atendimento de estudantes matriculados nos Centros de AEE.

Na quarta parte encontramos os convênios entre a Secretaria de Educação e os Centros de AEE que devem cumprir diversos requisitos como autorização de funcionamento, prestação de serviços de acordo com as demandas da rede de ensino, atendimento aos interesses do público específico, aprovação do PPP dentre outros. Na quinta parte temos a organização dos Centros de AEE, elaboração do PPP, atendimentos e registros no Censo Escolar, na sexta parte temos, as atribuições do Professor do AEE que é quem atua diretamente com o aluno com deficiência para tanto este profissional participa da elaboração do PPP, elabora, executa e avalia o Plano de AEE dos estudantes, além de realizar os atendimentos aos estudantes faz todo o acompanhamento dos recursos pedagógicos, estabelece parcerias com os professores da sala regular de ensino orientando estes e os familiares objetivando ampliar as habilidades, independência e autonomia dos estudantes com deficiência.

Na última parte encontramos orientações sobre o PPP – Projeto Político Pedagógico, pois, este documento é de fundamental importância para a realização do atendimento educacional especializado dentro das escolas e Centros de AEE. Ele prevê parcerias, flexibilização na organização, Plano do AEE, articulação pedagógica, apoio à rede pública de ensino na formação dos professores, planejamento e produção de materiais, além da participação nas ações intersetoriais, envolvendo escola e as demais políticas de saúde, assistência social e outros.

A cidade de Santos possui um documento interno intitulado “Diretrizes para 2015” o atendimento educacional especializado está fundamentado na Resolução nº 4/2009 da Câmara Básica da Educação do Conselho Nacional de Educação e em Portarias específicas publicadas pela Secretaria de Santos. As portarias da cidade são: Portaria n. 73/2014 – dispõe sobre o projeto de mediador escolar para atendimento a alunos com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados no Ensino Regular para o ano letivo de 2015. Portaria n. 74/2014 – dispõe sobre diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado nas Unidades Municipais de Educação de Santos. Portaria n. 75/2014 – dispõe sobre diretrizes operacionais para o atendimento aos alunos com surdez matriculados nas Unidades Municipais de Santos. Portaria n. 76/2014 – dispõe sobre diretrizes operacionais para o atendimento Pedagógico Domiciliar para o ano letivo de 2015.

A cidade de Peruíbe organiza seu trabalho baseada nas Políticas de Educação Especial estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC, observando especificamente, a Resolução nº 04 de 2 de outubro de 2009, que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

A rede de Peruíbe organiza seu trabalho pautado em documentos referentes à educação especial tais como: Ministério Público do Estado de São Paulo: Guia Prático Direito de todos à Educação²⁵, Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica²⁶, Documento Orientador Programa de Implantação das salas de recursos Multifuncionais²⁷, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva²⁸, Coleção: A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar²⁹ (10 fascículos) e *Documento Municipal: Orientação Técnica Intersetorial – Peruíbe*.

Este último documento foi elaborado pela rede Municipal de Peruíbe e é encontrado apenas na Prefeitura da Cidade e nas dependências das Unidades de Ensino para nortear o trabalho realizado com os alunos da inclusão. Trata-se de um guia detalhado que orienta o trabalho da equipe da educação especial na cidade a partir da matrícula do aluno na escola regular.

Outro documento que funciona como base para o trabalho com os alunos com deficiência agora citado pelas cidades de Santos, Peruíbe e Guarujá é a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* que está subdividido em Introdução, Marcos Históricos e Normativos onde constam algumas leis e parte da história do que hoje chamamos de Educação Especial, neste ponto vale ressaltar uma pequena discordância de informações. Segundo o documento em questão, em 1973,

O MEC cria Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação, mas ainda configuradas por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado (BRASIL, 2008, p. 2).

No entanto, constatamos que as campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado a este tema são muito anteriores à criação do CENESP, segundo o material elaborado

²⁵ Disponível em: <http://www.feac.org.br/tag/guia-pratico-o-direito-de-todos-a-educacao-dialogos-com-os-promotores-de-justica-de-sao-paulo/>

²⁶ Disponível em: <portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

²⁷ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17430&Itemid=817

²⁸ Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

²⁹ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17009&Itemid=913

pelo MEC e intitulado “Projeto Escola Viva” em seu volume 1 - Visão Histórica traz algumas informações sobre estas campanhas que não apareceram depois do CENESP e sim muito antes, por exemplo, em 1960, a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficientes da Visão do Instituto Benjamin Constant (CNEC), e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) no mesmo ano.

Este material Projeto Escola Viva tinha como objetivo atender a necessidade de programas de formação e suporte técnico-científico aos professores que garanta o acesso, a permanência e um ensino de qualidade aos alunos nas salas de aula do ensino regular, sendo assim, a Secretaria de Educação Especial distribuiu para todos os estados brasileiros um conjunto de materiais composto por cinco cartilhas e dois vídeos, que compõe o Projeto Escola Viva para formação de professores e pesquisas educacionais.

Depois da Introdução e dos Marcos Históricos e Normativos encontramos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva encontramos um diagnóstico da Educação Especial onde começam a ser registrados nos censos escolares tanto informações sobre os alunos com deficiência quanto à matrícula em escolas especializadas ou comuns, públicas ou privadas, nas mais diversas etapas de ensino e a formação inicial dos professores que atuam nesta área.

Este documento também esclarece em uma de suas subdivisões qual o objetivo da Política Nacional de Educação Especial, acesso, participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, além de suas diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado que corrobora com as diretrizes da Nota Técnica nº 55, citada anteriormente.

O Plano "*Viver sem limites*" também é um documento citado pelas cidades de São Vicente e Praia Grande cidades vizinhas que realizam trabalhos diferenciados e baseados na mesma documentação que é bastante ampla em suas subdivisões. Este Plano foi implementado por meio do Decreto 7.612 de 2011 com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência.

Está dividido em subtemas: Acesso à educação, Inclusão social, Acessibilidade e Atenção à saúde. Segundo o documento a proposta é que a convenção aconteça na vida das pessoas por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação. Neste Plano encontramos também orientações direcionadas aos cidadãos e aos gestores das redes públicas de ensino da rede municipal e estadual, orientações estas que abordam diversos assuntos relacionados aos subtemas e dá explicações e orientações sobre os diversos Programas que o Governo Federal desenvolve no país como o Transporte escolar, Escola

Acessível, Benefício de Prestação Continuada - BPC na Escola e o BPC Trabalho, Minha casa, minha vida II, assim como vários serviços destinados ao atendimento com relação à saúde dos indivíduos especialmente aqueles que possuem alguma deficiência.

A rede de São Vicente utiliza a coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” que são os dez fascículos do MEC e a rede SACI³⁰, “Solidariedade, Apoio, Comunicação e Informação” é uma rede de informações sobre deficiência que existe desde 1999. Segundo o próprio site da rede SACI, seu papel é facilitar a comunicação e a difusão de “informações sobre a deficiência, visando a estimular a inclusão social e digital, a melhoria da qualidade de vida e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência”.

Para finalizar este item “Diretrizes Políticas” vamos citar os fascículos do MEC - *A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, não se trata de uma lei ou política, no entanto, é utilizada como norteadora do trabalho desenvolvido especialmente nas cidades de São Vicente e Peruíbe que as citaram durante a coleta de dados. Esta coleção é composta por 10 volumes que explicam, orientam e auxiliam as escolas e os profissionais que trabalham diretamente com o público da Educação Especial cada fascículo aborda um assunto diferente:

1. A escola comum inclusiva,
2. O atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual,
3. Os alunos com deficiência visual, baixa visão e cegueira,
4. Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez,
5. Surdocegueira e deficiência múltipla,
6. Recursos pedagógicos acessíveis e comunicação aumentativa e alternativa,
7. Orientação e mobilidade, adequação postural e acessibilidade espacial,
8. Livro acessível e informática acessível,
9. Transtornos globais do desenvolvimento e
10. Altas habilidades e superdotação.

Todos estes fascículos estão disponíveis na página no Ministério da Educação e podem ser utilizados livremente pelos interessados no tema. Em seguida vamos iniciar o próximo eixo com algumas informações sobre as redes de atendimento, ou seja, a estrutura inicial que é utilizada para atender os alunos com deficiência que estudam nas escolas regulares e municipais da Região Metropolitana da Baixada Santista.

³⁰ Tem como idealizadores os profissionais da Coordenadoria Executiva de Cooperação Universitária e de Atividades Especiais (CECAE), da Universidade de São Paulo, e do apoio da Fundação Telefônica, braço social do Grupo Telefônica no Brasil, e da Vitae - Apoio à Cultura, Educação e Promoção Social, além de parcerias com a UFRJ-Universidade Federal do Rio de Janeiro, a RNP – Rede Nacional de Ensino e Pesquisa e o Amankay Instituto de Estudos e Pesquisas. Fonte: http://saci.org.br/?IZUMI_SECAO=1

3.2. Rede de Atendimento

No segundo eixo “Rede de Atendimento” apresentamos as características estruturais de cada prefeitura com relação ao atendimento básico dispensado aos alunos com deficiência: número de escolas, número de alunos com deficiência, número de salas de atendimento educacional especializado, número de salas específicas para o atendimento de alunos com deficiência auditiva ou visual.

As cidades de Peruíbe e Mongaguá possuem 95 e 116 alunos com deficiência e para atender esta demanda de alunos, Peruíbe tem 12 salas de recursos multifuncionais e Mongaguá tem apenas 2 salas de AEE, contudo, precisamos considerar o tamanho de cada uma dessas cidades, por exemplo, Peruíbe possui cerca de 324.140 km² sendo a terceira maior cidade da Baixada Santista em km², sendo assim, as distâncias entre as escolas são maiores por isso é importante ter mais salas de AEE distribuídas pela cidade, de 16 escolas que atendem alunos do 1º ao 5º ano, 12 escolas tem salas de atendimento educacional especializado. A cidade também possui duas salas que são específicas para o atendimento de alunos com deficiência visual e deficiência auditiva já a cidade de Mongaguá possui uma área de 142 km² esta diferença faz com que as escolas da cidade sejam bem mais próximas, por isso, duas salas de recursos multifuncionais são utilizadas para atender a demanda de 116 alunos. Ainda por ser uma cidade pequena não possui salas específicas para atendimento de alunos com deficiência auditiva ou visual, pois, estes são atendidos nas salas de recursos conforme o agendamento de atendimentos.

Assim como a cidade de Mongaguá, Bertioga possui 15 escolas de fundamental I 1º ao 5º ano, no entanto, Bertioga tem 296 alunos com deficiência, isso significa, mais que o dobro de alunos que Mongaguá (116) possui, o que faz grande diferença neste caso é que Bertioga tem 15 escolas de fundamental I e todas tem salas de recursos multifuncionais, sendo assim, cada aluno com deficiência pode ser atendido na sua própria escola o que facilita bastante o acesso ao atendimento mesmo a cidade sendo a segunda maior com 490,148 km² em unidade territorial da Baixada Santista.

O Departamento de Educação das cidades de Mongaguá e Itanhaém está vinculado a Diretoria de Ensino da Região de São Vicente, sendo assim, as escolas municipais dessas cidades são de responsabilidade da Diretoria de Ensino da Região de São Vicente, isso significa também que existe uma dependência administrativa entre as cidades e a Diretoria de Ensino. Embora a diretriz política de ambas seja a Resolução 4/2009 o trabalho desenvolvido

nas cidades não é o mesmo cada uma carrega suas especificidades como veremos mais a diante no eixo 4.

Os alunos com deficiência auditiva em Mongaguá possuem interlocutor em LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais. O transporte, quando necessário, está disponibilizado a todos os alunos do quadro de inclusão. E a rede de Mongaguá ainda conta com “cuidadores” que são professores adjuntos que realizam o acompanhamento de alunos nas salas regulares quando constatada a necessidade. A equipe de coordenação da Educação Inclusiva baseada na legislação ministra encontros semanais com os profissionais das salas de recursos multifuncionais, professores das salas regulares e cuidadores, com o intuito de melhorar a preparação e o treinamento para atender os alunos com deficiência.

Em Bertioga para melhor organização do trabalho os alunos são divididos em três grandes grupos o primeiro é constituído por alunos com deficiência em níveis severos que recebem atendimento no Centro de Educação Especializado (CEE), o segundo grupo é constituído por alunos com deficiência em níveis moderados que recebem atendimento nas escolas regulares e nas salas de recursos multifuncionais e o terceiro grupo é composto por alunos com deficiência em níveis considerados leves que também frequentam a escola regular e as salas de recursos multifuncionais.

A cidade de Cubatão possui uma demanda de 510 alunos com deficiência e conta com 18 escolas de 1º ao 5º ano para realizar o atendimento educacional especializado, pois, todas possuem salas de recursos multifuncionais. Semelhantemente a cidade de Itanhaém possui 417 alunos com deficiência, quase 100 alunos a menos que Cubatão, que são atendidos em 12 salas de recursos multifuncionais de um total de 26 escolas de ensino fundamental de 1º ao 5º ano. Embora a diferença no número de alunos com deficiência seja pequeno, Cubatão tem 6 salas de AEE a mais do que Itanhaém.

Em Itanhaém quando constatada a necessidade do aluno com deficiência ter um cuidador o caso será relatado à equipe escolar a qual por meio de memorando e relatório fará a solicitação formal ao Serviço de Educação Especial.

O atendimento nas salas de recursos multifuncionais é feito duas vezes por semana, com no máximo seis alunos por turma, periodicamente às quartas-feiras, acontece a “itinerância”, trata-se da visita dos professores da sala de recursos multifuncionais às salas regulares de ensino. Existe um calendário de visitas, assim como um relatório de acompanhamento que auxilia tanto o trabalho do professor da sala de recursos multifuncionais quanto o professor da sala regular. Todos os alunos com deficiência auditiva possuem intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS nas salas regulares em Itanhaém.

Também acontecem reuniões mensais com a presença de intérpretes, estagiários, assessoria, professores das salas de recursos multifuncionais, professores dos polos de deficiência auditiva e deficiência visual, fonoaudiólogos, psicólogos e outros profissionais da área de saúde.

O Município de Itanhaém gradativamente está adaptando seus prédios de ensino municipal de acordo com as normas técnicas pretendendo atingir sua totalidade quanto à acessibilidade para todos³¹.

Estas diferenças numéricas não podem nos informar as especificidades de cada cidade no atendimento dos alunos com deficiência, por isso, neste momento estas diferenças e semelhanças são apenas dados quantitativos que se tornarão qualitativos quando abordarmos o eixo 4 que descreve as especificidades de cada rede de atendimento.

As cidades de Praia Grande e Guarujá possuem muitas semelhanças quanto aos dados numéricos, pois, possuem 740 e 840 alunos com deficiência, respectivamente. Para realizar o atendimento deste alunado nas duas cidades, Praia Grande e Guarujá, todas as escolas de ensino fundamental de 1º ao 5º ano possuem salas de recursos multifuncionais, a primeira possui 28 e a segunda 26 salas de AEE. A maior diferença encontrada nos dados destas cidades é a quantidade de salas específicas para o atendimento de alunos com deficiência auditiva e deficiência visual, enquanto Praia Grande tem 2 salas voltadas para o atendimento deste público, Guarujá possui 6 salas para DA e DV.

A cidade de Praia Grande foi citada por outros municípios da Baixada Santista como responsável pela organização de encontros periódicos, que aconteciam antigamente, para discutir temas relativos à Educação Especial na Perspectiva Inclusiva momentos de reflexão e troca de experiências.

Na cidade de Praia Grande os documentos que registram o processo educativo do aluno com deficiência são elaborados pela Divisão de Educação Especial, equipe de profissionais que respondem por este setor, de acordo com as políticas públicas de atendimento aos alunos com deficiência.

São discutidos com os Assistentes Técnicos Pedagógicos de Educação Inclusiva, professores das salas de Atendimento Educacional Especializado, professores interlocutores de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, e professor de Língua Portuguesa em LIBRAS, ou seja, de acordo com as necessidades dos alunos e suas deficiências. Depois os documentos são

³¹ Fonte: Plano Municipal da Educação da Prefeitura Municipal de Itanhaém. São Paulo, 2015.

fechados e enviados às Unidades Escolares para uso durante o ano letivo. No final de cada ano os mesmos são revistos e rediscutidos.

As Unidades Escolares contam com visitas periódicas da equipe de Assistentes Técnicos Pedagógicos da Educação Inclusiva, que são professores especialistas na área da Educação Especial na perspectiva inclusiva, que auxiliam as escolas regulares no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

A Prefeitura de Praia Grande também realiza capacitações com os temas: deficiência intelectual, auditiva, visual, física, múltiplas e transtorno global do desenvolvimento e transtorno de espectro autista e seus respectivos atendimentos, para os Assistentes Técnicos Pedagógicos, Equipe Escolar e professores.

As cidades de Santos e São Vicente são as que possuem o maior número de alunos com deficiência 1000 e 1104, respectivamente, a semelhança é apenas esta, pois, em Santos temos 22 escolas de ensino fundamental de 1º ao 5º ano, e todas elas possuem sala de recursos multifuncional, já em São Vicente com 38 escolas de fundamental I, a maioria das escolas tem sala de recursos multifuncional, segundo dados coletados. As salas de atendimento especializado para alunos com deficiência visual e auditiva são uma em São Vicente e duas em Santos.

Sem contar que a cidade de Santos ainda estabelece parceria com entidades conveniadas como: a Associação das Crianças Especiais de Santos – ACES, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, a Associação de Pais Amigos e Educadores de Autistas – APAEA, a Associação do Menor Enfermo Mental – AMEM, a Associação dos Portadores de Paralisia Cerebral – APPC, o Centro de Convivência Esperança e Vida – CCEV, a Associação de Pais Pró Centro de Recuperação CEREX, a Associação Assistencial Social Evolução – EVOLUÇÃO Escola de Educação Inclusiva Célia Pfeifer, o Lar das Moças Cegas – LMC, a Associação Espírita Seara de Jesus – MEIMEI, a Associação dos Portadores de Deficiência Mental – NAPNE, o Núcleo de Reabilitação dos Excepcionais “São Vicente de Paulo” – NUREX e o Centro Espírita Beneficente “30 de Julho” que ampliam o atendimento para o público com deficiência da cidade.

Na cidade de São Vicente existe um cronograma de atendimento na sala de recursos multifuncionais e horário pré-determinado para visitas nas classes regulares, além de triagens, acompanhamento de frequência, caracterização do grupo atendido na sala, registro de ações desenvolvidas com os pais e professores envolvidos com aquele aluno, observações em geral, resumos das informações, casos de desligamento de alunos da sala e os seus motivos e todas

as intercorrências diárias e interrupções nos atendimentos ou outras informações que o educador julgar importante.

Santos conta com o “mediador de inclusão escolar” que é um professor que tem sua jornada de trabalho num período e no outro têm como jornada complementar o acompanhamento de alunos com deficiência. Sua função principal é ser o intermediário entre a criança e as situações vivenciadas por ela, onde se depara com dificuldade de interpretação e ação³².

A Seção de Educação Especial realiza sistematicamente reuniões com os professores das salas de recursos multifuncionais, mediadores escolares, intérprete de LIBRAS e equipe técnica. Além disso, a Seção de Educação Especial também realiza atendimentos aos pais, professores, equipe técnica, supervisores de ensino e avalia a situação dos alunos para encaminhamentos ao atendimento especializado. A secretaria apresenta vinte e três intérpretes de LIBRAS para atender aproximadamente 59³³ alunos com deficiência auditiva.

A cidade conta também com uma assessoria pedagógica especializada para atender às unidades municipais de educação, fazendo a observação e a orientação dos profissionais das escolas do município. Abaixo apresentamos um quadro com uma síntese das informações apresentadas no decorrer deste eixo.

Quadro 2 – Síntese das Informações sobre as Redes de Atendimento da Região Metropolitana da Baixada Santista

MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA	Número de escolas que atendem alunos do 1º ao 5º ano	Número de alunos com deficiência	Escolas com sala de AEE	Salas de atendimento a alunos com Def. Visual (DV) e Def. Auditiva (DA)
1 Peruíbe	16	95	12	2
2 São Vicente	38	1104	Majoria	1
3 Mongaguá	15	116	2	-
4 Itanhaém	26	417	12	2
5 Praia Grande	28	740	Todas	2
6 Bertioga	15	296	Todas	-
7 Santos	22	1000	Todas	2
8 Cubatão	18	510	Todas	-
9 Guarujá	26	840	Todas	6

Fonte: síntese das informações desenvolvidas no eixo 2: “Rede de Atendimento”.

³² Fonte: SANTOS, Prefeitura Municipal de. Seção de Educação Especial. Diretrizes para 2015. SEDESP. São Paulo, 2015, p.19.

³³ Dados coletados em 20 de maio de 2015, informações sujeitas, a alteração conforme a atualização diária de informações sobre matrícula, rematricula e transferências de alunos.

Vale lembrar aqui que os dados foram coletados durante a pesquisa de campo e estão sujeitos a alterações e atualizações constantes. Também é importante ressaltar que dados quantitativos não significam qualidade do serviço prestado, ou maiores escores de inclusão nas cidades nosso objetivo não é fazer uma comparação competitiva entre as cidades, contudo, olhar para os números e visualizar pessoas com deficiência que serão futuros adultos dentro da sociedade e que já compõem a Região Metropolitana da Baixada Santista como cidadãos que merecem tanto respeito, quanto cuidados especiais e atenção especializada para exercerem seu papel de cidadãos na sociedade.

Esta atenção especializada é dispensada principalmente pelos profissionais que trabalham com este público este é o nosso próximo eixo de análise, Profissionais, pessoas que tem atribuições específicas ou que orientam familiares e outros profissionais quanto aos cuidados indispensáveis com o público da Educação Especial.

3.3 Profissionais

O terceiro eixo apresenta as informações coletadas no que se refere aos “Profissionais” envolvidos direta e indiretamente com os alunos com deficiência: profissionais de apoio, profissionais que trabalham em setores diferentes do setor da educação e nomenclaturas diversas para desempenhar as mesmas funções nas diferentes redes de ensino.

Em cada uma das cidades que visitamos, foi possível perceber que cada Secretaria tem uma maneira de trabalho algumas vezes apresentando semelhanças e outras vezes diferenças que serão relacionadas no texto que segue.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 cada secretaria poderá organizar-se conforme suas necessidades, desde que disponibilizem profissionais,

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, 2008, p.11).

Como cada rede de ensino da Região Metropolitana da Baixada Santista pode fazer conforme as suas necessidades considerando tamanho da cidade, número de alunos com deficiência, material de apoio, salas multifuncionais, vamos elucidar alguns pontos com relação aos profissionais que atendem este público especificamente.

Encontramos em Bertioga diversos documentos internos que chamados de “Protocolo” e cada um deles está endereçado a um tipo de profissional que atua na área da Educação Especial da cidade são os protocolos do atendimento do AEE. Neste o profissional é responsável pela organização e elaboração de recursos, atividades e materiais necessários para o atendimento do educando com deficiência também fica claro quem é o público alvo do atendimento e quais são as atribuições do AEE que segundo a documentação é a avaliação do aluno, o encaminhamento para avaliação na área da saúde, o planejamento, a orientação à família e aos outros docentes.

O protocolo do docente é basicamente um protocolo de avaliação, análise e registro sobre o educando que não possui laudo para integrar o quadro de inclusão da escola. Neste protocolo o professor analisa de forma integral considerando as características do comportamento social e interpessoal, afetivo e emocional, físico, sensorial, motor, cognitivo, comunicação e linguagem, com o objetivo de encaminhar o aluno para uma avaliação mais especializada e detalhada.

O protocolo de atendimento do cuidador define quais são as atribuições deste profissional e explicita que só será indicado o atendimento educacional individualizado (cuidador) pelo AEE, equipe multidisciplinar e neurologista, considerando a gravidade da situação e algumas características sobre o comprometimento motor, a instabilidade emocional, problemas de sociabilidade, problema cognitivo ou nas turmas onde haja mais de uma inclusão que necessitam de adaptação curricular, também são explicitadas as atribuições do cuidador que auxilia nas atividades diárias de vida prática, higiene, alimentação e locomoção. Interessante ressaltar que quem desempenha papel de cuidador na cidade de Bertioga é o estagiário de pedagogia.

Os protocolos dos psicometricistas, psicopedagogos e dos supervisores do AEE, são bem específicos quanto às suas atribuições, seu público alvo e responsabilidade na intervenção e acompanhamento dos educando e dos demais profissionais que com ele operam.

De todas as cidades da Baixada Santista destacamos Bertioga, Itanhaém e Peruíbe que em semelhança utilizam estagiários do curso de pedagogia para realizarem o acompanhamento dos casos com maiores necessidades de apoio no que tange as atividades de alimentação, higiene e locomoção.

A cidade de Itanhaém conta com um serviço realizado por um segmento chamado “setor psicodiagnóstico” onde psicólogos e fonoaudiólogos, funcionários da Prefeitura, especificamente para a área da Educação realizam avaliações e testes com alunos da rede municipal de ensino.

Na cidade de Cubatão cabe ao professor especializado do AEE, ao orientador pedagógico, ao coordenador pedagógico e ao diretor educacional a avaliação da real necessidade de se disponibilizar um acompanhamento que segundo o Projeto específico da cidade “Cuidar Educar Incluindo” que é desenvolvido por professores da Rede Municipal de Cubatão, com a função de apoio às atividades sociais e acadêmicas, no tange as atividades da vida prática e social, como alimentação, higiene e locomoção, socialização entre outras ações que demandarem auxílio e apoio pedagógico. Portanto, nesta cidade os alunos contam com o professor da sala regular, professor do AEE e o apoio do projeto cuidar educar incluindo que é feito por um professor.

Recentemente, encontramos estagiários do curso de pedagogia desempenhando a função de acompanhamento dos alunos com deficiência, no entanto, este projeto é novo na cidade e teve início durante a pesquisa de campo, meados do mês de maio, 2015. A cidade de Cubatão está em processo de modificações no seu sistema para tratar alunos com deficiência, reformulando as diretrizes do sistema e ampliando o atendimento.

A cidade do Guarujá apresenta algumas semelhanças com a cidade de Cubatão, pois, ambas fazem uso de professores para o acompanhamento dos alunos com deficiência, Cubatão, pelo projeto Cuidar, Educar Incluindo e Guarujá diretamente pela Secretaria de Educação que designa um professor chamado de “agente inclusivo”, e semelhantemente as duas cidades tem estagiários com função de apoio às atividades de alimentação, higiene e locomoção. Segundo o documento que apresenta a sistematização da Rede de Apoio aos alunos incluídos na rede municipal de ensino da cidade do Guarujá existe um Serviço de Apoio que visa promover uma educação de qualidade para todos.

Na cidade do Guarujá também contamos com o Professor cooperativo que é um profissional de referência da educação especial que dá suporte técnico aos professores e aos demais profissionais da unidade de ensino e Apoio pedagógico aos alunos em sala de aula. Também temos o agente inclusivo que é um professor da educação básica I, anos iniciais, que faz Atendimento de Apoio pedagógico em sala de aula como carga suplementar de trabalho. E o Estagiário que recebe capacitação em serviço para ao atendimento dispensado aos alunos com deficiência.

O tutor é outro profissional de apoio, específico para alunos com deficiência visual e deficiência auditiva, trata-se de um professor especialista que atende como apoio ao aluno com necessidades específicas em sala de aula. A rede conta com Tradutor de Línguas de Sinais que é um professor com proficiência em LIBRAS, contratado para viabilizar o processo de comunicação dos alunos com deficiência auditiva.

O instrutor que é um professor preferencialmente surdo, concursado que atua nas salas de recursos, apoiando o uso e difusão da LIBRAS. O Pedagogo Bilíngue profissional de referência à educação especial que dá suporte aos professores e aos demais profissionais da unidade de ensino e apoio pedagógico aos alunos surdos em sala de aula.

As cidades de Mongaguá, São Vicente e Santos são semelhantes com relação ao acompanhamento ser realizado apenas por professores. Na cidade de Mongaguá são os “Cuidadores”, professores adjuntos, que desempenham esta função de acompanhamento nas atividades alimentação, higiene e locomoção.

Na cidade de São Vicente temos um “professor de apoio” que num período tem sua sala de aula regular e no outro pode ter como “carga suplementar”, ou seja, um segundo período de trabalho que desempenha as funções de alimentação, higiene e locomoção com os alunos com deficiência que necessitam deste acompanhamento, obrigatoriamente: alunos com transtorno do espectro autistas, alunos com paralisia cerebral e alunos com deficiência visual.

Em Santos o “mediador de inclusão escolar” que é um professor com carga suplementar de trabalho, ou seja, trabalha em um período e no período seguinte dobra a jornada como “mediador de inclusão escolar”. Embora as nomenclaturas possam ser diferentes as funções de apoio são as mesmas, de acordo com as necessidades estes profissionais são destinados ao acompanhamento dos alunos com deficiência.

A rede de São Vicente oferece intérprete para os alunos com deficiência auditiva, que é um professor especialista em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e também oferece transporte aos alunos com deficiência que fazem atendimentos nas salas de recursos multifuncionais, em outros locais da cidade.

Apenas na cidade de Praia Grande, não foi possível fazer relação com as demais cidades, pois, o profissional que acompanha os alunos com deficiência não são professores e nem estagiários, são chamados de “Atendentes de Educação”, que são profissionais concursados para trabalharem na educação infantil, de acordo com a necessidade constatada e documentada pela diretora da unidade escolar mediante discussão do caso com equipe gestora e equipe de inclusão. A cidade conta também com os Assistentes Técnicos Pedagógicos de Educação Inclusiva, professores das salas de Atendimento Educacional Especializado, professores interlocutores de LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, e o professor de Língua Portuguesa em LIBRAS.

As diferenças entre cada prefeitura e sua organicidade quanto ao trabalho desenvolvido com os alunos com deficiência no ensino fundamental I não se restringe apenas

as nomenclaturas utilizadas especialmente para o profissional que acompanha o aluno com deficiência.

Presume-se que quanto melhor for à preparação dos profissionais que atuam com este segmento melhor será o trabalho desenvolvido com os alunos. As atribuições do professor que faz atendimento na sala se recursos multifuncional segundo a Resolução nº 4 de 2009 são:

Art. 13. São atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;

III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;

IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares. (BRASIL, 2009, p.3).

Podemos perceber que este profissional é responsável por muitos procedimentos de acompanhamento, avaliação e orientação tanto de alunos, como familiares e outros professores que atuam com os alunos com deficiência. Além da própria legislação federal que dá diretrizes a estes atendimentos, cada prefeitura tem em sua documentação interna, orientações quanto aos registros do trabalho do professor do AEE, por meio de ordem de serviços ou portarias.

Além disso, todos os atendimentos são realizados conforme o cronograma de atendimento que cada professor do AEE elabora e de acordo com a nota técnica nº 55 de 2010 no item II - Atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado, no número 1, diz que o cronograma do atendimento e a carga horária, individual ou em pequenos grupos é de responsabilidade do professor, isso dá liberdade para que o professor possa atender mais sessões se for a necessidade do aluno com deficiência.

Nestes horários de atendimento na sala do AEE, também é atribuição do professor orientar familiares sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno de forma a ampliar suas habilidades promovendo sua autonomia e participação. Por este motivo, quando desenvolvemos o eixo “Profissionais” não podemos enxergar apenas a nomenclatura das funções, mas as pessoas que ali desempenham este papel na orientação e no atendimento ao aluno com deficiência.

Segue abaixo um quadro com as informações do texto em forma sintética para melhor esclarecimento e visualização da informação sobre os profissionais.

Quadro 3 – Síntese das Informações sobre os Profissionais que acompanham alunos com deficiência de cada Município da Baixada Santista

MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA		Acompanha os alunos com deficiência
Estagiários	Itanhaém	Estagiários de Pedagogia
	Bertioga	Cuidadores - estagiários de Pedagogia
	Peruíbe	Estagiários de Pedagogia
Professores	São Vicente	Profissional de apoio - professor carga suplementar
	Mongaguá	Cuidadores - professores adjuntos
	Santos	Mediador de inclusão escolar- professor Carga suplementar
Professores e estagiários	Cubatão	Cuidadores - professores do Projeto Cuidar Educar Incluindo e estagiários de Pedagogia
	Guarujá	Agente Inclusivo - professor e estagiário
Atendente de Educação	Praia Grande	Atendente de Educação - concursado para trabalhar na Educação Infantil

Fonte: síntese das informações desenvolvidas no eixo 3: “Profissionais”.

Segundo o quadro acima é possível perceber que nas cidades da Baixada Santista, corroborando com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, cabe a cada sistema de ensino organizar a educação especial, disponibilizando instrutor, tradutor, intérprete, guia, monitor ou cuidador, em outras palavras, não existe uma formação específica para desempenhar o auxílio nas funções de alimentação, locomoção e higiene dos alunos com deficiência.

Sendo assim, cada Rede de Ensino deverá se organizar conforme suas necessidades: orçamentárias, afinal, rendimentos entre professores, estagiários, atendentes são bem diferentes, necessidades geográficas, pois, cada profissional de apoio poderá ser fixo de uma escola ou fixo de um grupo de alunos com deficiência, no primeiro caso os alunos vão até à escola onde o profissional é fixo e no segundo o profissional vai até à escola dos alunos com deficiência, isso pode aumentar ou diminuir custos nas redes de ensino.

Com este cenário percebemos o barateamento da formação do profissional além de diferenças quanto ao atendimento prestado, pois, a ausência de uma qualificação específica para lidar com alunos com deficiência pode refletir diretamente nos cuidados dispensados aos próprios alunos, afinal a rotina de um autista é bastante diferente da rotina de um aluno com paralisia cerebral, de um cadeirante e de um surdo.

O ingresso de pessoas sem qualificações específicas para prestar tal atendimento ainda que “relativamente simples”, precisa ser reestruturado pelas políticas públicas e pelas organizações escolares e institucionais, o que está em voga aqui é o dia a dia do aluno com deficiência na escola regular e não a folha orçamentária das prefeituras.

Depois de tratar um pouco sobre as Políticas norteadoras do trabalho, informações sobre a rede de atendimento e os profissionais. Iniciamos a seguir o último eixo de análise que trata sobre as Especificidades encontradas em cada cidade da Região Metropolitana da Baixada Santista.

3.4 Especificidades

O quarto eixo de análise fala sobre as “Especificidades”, os tipos de atendimento que cada rede adotou para atender nas escolas regulares de ensino fundamental 1º ao 5º ano, os alunos com deficiência, para tanto cada rede se organizou de acordo com suas necessidades e possibilidades.

Primeiramente é importante explicitar que não é nosso objetivo não é fazer uma comparação competitiva entre uma cidade e outra quanto à oferta de serviços aos alunos com deficiência, mas, dizer que aquilo que utilizamos para destacar como especificidades, tornou-se um diferencial perto das demais prefeituras estas informações podem ser utilizadas para dar cada vez mais subsídios tanto para as cidades da Baixada Santista quanto para qualquer outra que se interesse pela temática. Nosso objetivo aqui é disseminar ideias, trabalhos e propostas que são realidade nas cidades da Região Metropolitana da Baixada Santista.

Em Bertioga são os professores das salas de recursos multifuncionais que elaboram as atividades pedagógicas desenvolvidas pelos alunos com deficiência nas salas regulares.

Além disso, o currículo apresenta características peculiares uma delas é a “flexibilização curricular” onde os conteúdos são desenvolvidos com o auxílio de diferentes materiais e recursos tecnológicos visando à eliminação de barreiras no processo de aprendizagem. Outra característica é o “currículo adaptado” onde é importante desenvolver as atividades da vida diária, a autonomia e a sociabilidade do aluno.

A Resolução 4/2009, preconiza o artigo abaixo:

Art. 5º O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, **no turno inverso da escolarização**, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios. (BRASIL, 2009, p. 2, grifo nosso).

Segundo a nota técnica nº 55, no item II o atendimento educacional especializado deverá ser realizado preferencialmente nas salas multifuncionais da própria escola ou de outra escola de ensino regular ou mesmo em centros de AEE, é uma complementação ou suplementação e não pode substituir a escolarização dos estudantes, além disso, deverá ser ofertado no turno inverso ao da escolarização. A cidade de Bertioga citou este documento como norteador do trabalho, no entanto, fez algumas adaptações segundo a realidade vivenciada no município.

Antigamente o atendimento nas salas de recursos multifuncionais era oferecido no contraturno conforme a nota técnica 55 e a Resolução 4/2009, contudo, apenas em algumas escolas, pois, nem todas possuíam salas de recursos multifuncionais, além disso, os responsáveis pelos alunos com deficiência não levavam os mesmos para o atendimento por vários motivos pessoais. Por estas dificuldades, a frequência de alunos era inferior a 10% do total de alunos com deficiência.

Atualmente o atendimento nas salas de recursos multifuncionais é oferecido dentro do turno regular de ensino, paralelamente, com as aulas da sala de aula regular. Os professores tanto da sala regular quanto da sala de recursos multifuncionais se organizam, de maneira a dar continuidade ao trabalho pedagógico desenvolvido por ambos, independente, se dentro da sala de recursos ou da sala regular.

Existe um planejamento de atividades pedagógicas e uma parceria que possibilita ao aluno estar dentro do turno regular e ser atendido de duas a três vezes por semana na sala de

recursos multifuncionais, até por que são os professores da sala de recursos que elaboram as atividades desenvolvidas pelos alunos com deficiência na sala regular.

São os professores das salas multifuncionais que fazem a orientação com os cuidadores pela proximidade da função diária, não obstante, todos os funcionários envolvidos com este público participam de capacitação com a equipe multidisciplinar.

Os cuidadores tem capacitação presencial uma vez por semana e os professores da sala de recursos multifuncionais participam de treinamento e capacitação por meio da educação à distância, também uma vez por semana.

Na cidade de Cubatão como já havíamos dito cabe ao professor especializado do AEE, ao orientador pedagógico, ao coordenador pedagógico e ao diretor educacional a avaliação da necessidade de se disponibilizar um acompanhamento que segundo o Projeto “Cuidar Educar Incluindo³⁴” em andamento, que é desenvolvido por professores da Rede Municipal de Cubatão, que desempenham a função de acompanhar pedagogicamente os alunos com deficiência no contraturno. O diferencial aqui é que existe um período de adaptação deste profissional previsto na própria documentação, como percebemos abaixo:

O Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo deverá passar por um **período de experiência de sessenta dias (60) dias**, período este, que servirá **para verificar sua adaptação ao atendimento**. Em caso de não adaptação, o Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo, deverá comunicar o Professor Especializado da Unidade Escolar e aguardar a atribuição de um novo Professor para substituição, a fim de não causar prejuízo ao atendimento. (CUBATÃO, 2015, p.25, grifos nossos).

É possível destacar este item uma vez que não encontramos a possibilidade de não adaptação nas outras redes onde os cargos e funções já estão definidos, o que não significa que não seja possível a realização desta mesma situação. Como nosso trabalho está baseado em documentos, este diferencial da cidade de Cubatão fica em evidência. É necessário lembrar que no momento da coleta de dados neste município o mesmo estava passando por modificações, tanto que no dia 25 de maio de 2015, foi realizado o I Seminário de Educação Inclusiva de Cubatão – SEIC, onde foi apresentada uma Proposta de Política Pública Intersetorial para o serviço educacional especializado na rede municipal de ensino.

Segundo a programação deste Seminário houve o fórum de discussão sobre “demandas e necessidades” específicas da cidade, mesa de discussão com a participação dos dirigentes e representantes das equipes gestoras, apresentações culturais, apresentação da

³⁴ Fonte: Documento interno “Orientações e Instrumentais AEE/ 2015 Secretaria de Educação SEDUC”.

Proposta de Política Pública Intersetorial Especializado na Rede Municipal de Cubatão e Palestras.

Em reportagem³⁵ na página da Prefeitura de Cubatão foi relatado sobre este evento à necessidade de parcerias entre as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, viabilizando o atendimento aos direitos do aluno com deficiência. Sobre a nova Proposta Política foi ressaltado a importância de formar uma equipe multidisciplinar composta por Psicopedagogo, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Psicólogo e um Especialista em Educação Especial.

O documento de *Orientação Intersetorial* da cidade de Peruíbe é o seu maior diferencial, pois, é específico da cidade e foi elaborado de acordo com a necessidade do Município em organizar seu trabalho com alunos da educação especial, por isso, merece destaque, diretriz interna da cidade.

Este documento foi publicado pela primeira vez em 11 de maio de 2012, e a cada ano é atualizado de acordo as necessidades do município. Ele traz diversas orientações para escola, professores e os demais agentes envolvidos com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Orientações sobre matrícula, rematrícula e transferência do aluno, procedimentos para desligamento do aluno AEE, orientações sobre a menção atribuída ao aluno (DE – desempenho excelente, DS – desempenho satisfatório, DP – desempenho parcial, DI – desempenho insatisfatório), orientações sobre transporte caso a Equipe Escolar perceba a necessidade de sua solicitação, atribuições do professor de AEE, orientações sobre o Horário de Trabalho Pedagógico Coletivo – HTPC.

Além dessas, ainda possui orientações sobre reuniões pedagógicas do professor da sala de AEE com o Setor de Educação Inclusiva, orientação sobre o Conselho de Avaliação Interna do Atendimento Educacional Especializado, onde o professor do AEE apresenta diversos documentos que registram o desenvolvimento do seu trabalho, orientações sobre adequação curricular, quando necessária, baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares do MEC.

Neste documento também encontramos orientações sobre os estagiários da rede de Peruíbe que auxiliam no atendimento dos alunos do quadro de inclusão, conforme necessidade da presença parcial ou integral confirmada e justificada via memorando pela direção da Unidade. Conforme o próprio documento:

³⁵ Fonte: <http://www.cubatao.sp.gov.br/noticias/10074-seduc-discute-mudancas-na-politica-publica-de-inclusao-nas-escolas/#.VaBbbOa5fIV>

O Estagiário deverá acompanhar o trabalho em classe e em outros ambientes da escola quando especificado, a fim de auxiliar o aprendizado e a permanência de todos os alunos com deficiência, atendendo as necessidades específicas dos alunos de cada Unidade Escolar com orientação e supervisão direta do Professor. (PERUÍBE³⁶, 2012, p.15).

Além dessa função existe um conjunto de atribuições que cabem ao estagiário como: apoiar nas atividades de aprendizagem, alimentação, higiene e locomoção, ter atenção no cuidar, registrar suas atividades, participar de encontros de formação periódicos com o Setor da Educação Inclusiva e aprimorar seus conhecimentos na área.

O documento de Orientação Técnica Intersetorial de Peruíbe é finalizado com algumas orientações sobre o Roteiro Descritivo de Observação do Aluno documento que contribuí para o desenvolvimento do educando dentro do ambiente de aprendizagem.

A cidade de São Vicente possui na capa do diário de classe utilizado pelo professor da sala de recursos multifuncionais duas opções de atendimentos uma denominada Sala de recursos Multifuncionais SRM e a outra denominada de Complementação Educacional CE.

Interessante notar que estas duas opções fazem parte do atendimento na sala de recursos multifuncionais, não obstante, são atendimentos diferenciados, pois, na primeira opção, SRM, refere-se aos alunos que fazem parte do quadro oficial de inclusão, alunos com laudo, e na segunda opção, CE, é reservada para o atendimento dos alunos que não possuem laudos.

Neste caso os educadores da sala regular de ensino perceberam que tais alunos, possuem alguma dificuldade de aprendizagem psicopedagógica fazendo assim, o encaminhamento destes alunos à sala de recursos multifuncionais onde outras providências também serão tomadas em benefício do aluno.

A cidade de Mongaguá é considerada uma das menores da Baixada Santista tem aproximadamente treze quilômetros de extensão o que possibilita o atendimento de todos os alunos do quadro de inclusão é realizado em duas escolas com salas de recursos multifuncionais.

Estas salas funcionam no período da manhã e no período da tarde, e segundo a proposta de trabalho no Atendimento Educacional Especializado para 2015 de Mongaguá:

A Equipe do Departamento reconhece a importância e acredita no trabalho do Atendimento Educacional Especializado como o meio mais eficaz para desenvolver a equidade nas escolas regulares, sendo assim o atendimento **mínimo deverá ser de dez horas semanais por aluno**, a menos que o

²⁹ Fonte: Documento Municipal “Orientação Técnica Intersetorial” – Peruíbe nº1/2012.

mesmo possua impedimentos relacionados às atividades de convívio social, lazer e de atendimentos de saúde. (MONGAGUÁ, 2015, p.1, grifos nossos).

Percebe-se, deste modo, que a configuração do trabalho desenvolvido neste município possibilita uma frequência maior de atendimentos no cronograma da sala de recursos multifuncionais ainda que existam alguns impedimentos previstos na própria proposta de trabalho. Em outras palavras, duas horas diárias de atendimento, para cada aluno com deficiência.

Segundo o Regimento Interno das escolas de Mongaguá na seção IV, artigo 65º, § 2º - “a formação das turmas das salas de recursos levarão em conta a idade cronológica e a dificuldade específica dos alunos e deverá possuir, no máximo, sete alunos”. O regimento ainda afirma que as crianças que não estão incluídas neste atendimento, mas que de alguma forma necessitam, poderão ser encaminhadas a serviços específicos, públicos ou através de convênios, a fim de assegurar o atendimento necessário.

A rotina de trabalho é dividida em segundas e quartas-feiras: privilegiando atividades que contemplem a linguagem oral e escrita, terças e quintas-feiras: relações matemáticas contextualizadas, priorizando atividades relacionadas à vida prática. E sexta-feira: atividades relacionadas à arte e a psicomotricidade: atividades voltadas à comunicação e expressão, entre outros³⁷.

A cidade de Itanhaém conta com um serviço realizado por um segmento chamado “setor psicodiagnóstico” onde psicólogos e fonoaudiólogos, funcionários da Prefeitura, especificamente para a área da Educação, realizam avaliações e testes com alunos da rede municipal de ensino.

Quando necessário este setor pode encaminhar os alunos para outros profissionais de outras áreas a fim de obter laudo específico ou avaliação mais detalhada.

A cidade conta com vários programas e projetos que auxiliam no desenvolvimento dos alunos com deficiência. Segue abaixo, alguns exemplos, dentre muitos outros, que a cidade possui.

Projeto de Iniciação Paradesportiva³⁸ – é a indicação para que os alunos com deficiência da rede regular de ensino pratiquem uma atividade esportiva.

³⁷ Fonte: proposta de Atendimento Educacional Especializado para 2015 da cidade de Mongaguá.

³⁸ Fonte:

http://www.itanhaem.sp.gov.br/noticias/2015-07-02-Alunos_do_Projeto_de_Iniciacao_Paradesportiva_participam_dos_Jogos_Escolares.php

Projeto Lugar ao sol³⁹ – projeto que trabalha apenas com classes especiais, atendendo alunos com atividades culturais e esportivas a partir do seis anos de idade, atende também no contraturno os alunos da rede regular de ensino.

Programa Cuidar⁴⁰ que presta atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência e negligência, autismo, transtorno mental, cujo foco, é a integração da criança e do adolescente na família e na sociedade, por meio do de uma Instituição chamada CAPS que significa Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas “CAPS Infante Juvenil”, e do “CAPS Álcool e Drogas”.

Projeto Equoterapia – desenvolvendo a vida⁴¹ - parceria da área da Educação com a área da Saúde, neste projeto as inscrições são feitas pelo site, e o atendimento acontece duas vezes por semana. Este projeto faz uso de cavalos para o tratamento de pessoas com mobilidade reduzida e atraso no desenvolvimento, contribuindo para a evolução de crianças e adultos com deficiência motora e intelectual.

No município de Praia Grande, existe uma iniciativa de redução do número de alunos por sala quando há casos de alunos com deficiência nas salas regulares no máximo dois alunos com deficiência por sala, exceto, no caso do aluno com deficiência auditiva ou visual.

Os alunos com deficiência auditiva matriculados no ensino fundamental do 1º ao 5º ano são atendidos em dois polos, escolas regulares que possuem professores interlocutores de Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS. No contraturno são atendidos no Atendimento Educacional Especializado em duas salas, uma para o ensino da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS com professor especialista e a outra para o ensino da Língua Portuguesa em LIBRAS disponibilizado o transporte quando necessário.

Os alunos com deficiência visual são matriculados nas escolas regulares e atendidos em duas salas de atendimento educacional especializado, sendo disponibilizado transporte caso necessário.

O município de Praia Grande trabalha com “Atendente de Educação” que são funcionários concursados, que atuam prioritariamente na educação infantil e creche. Quando a equipe escolar da escola regular detecta a necessidade de um atendente de educação para o acompanhamento de um aluno com deficiência é necessário elaboração de um Plano de ação que justifique tal necessidade relacionada à higiene, locomoção e alimentação. Neste caso, o

³⁹ Fonte: <http://www.itanhaem.sp.gov.br/educacao/programa-tempo-todo/>

⁴⁰ Fonte: <http://www.itanhaem.sp.gov.br/secretarias/saude/programa-cuidar.php>

⁴¹ Fonte:

http://www.itanhaem.sp.gov.br/noticias/2014/maio/Lancamento_Programa_Equoterapia_adiado_para_dia5_junho.html

atendente de educação pode atuar em qualquer segmento da educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos.

Existem dois casos excepcionais de acompanhamento destes atendentes que são o “Ledor”, que é o atendente que lê para o aluno com deficiência visual que ainda não domina o Braille e o “Escriba” que é o atendente que escreve para o aluno com deficiência física que ainda não domina os recursos tecnológicos para que consiga se expressar.

O município oferece curso de LIBRAS on-line no www.cidadaopg.sp.gov.br e periodicamente realiza reuniões com a equipe da saúde, e APAE, para discussão de casos.

No final de cada ano há o Encontro de Educação Inclusiva, onde são apresentados alguns dos trabalhos realizados no decorrer do ano letivo com os alunos com deficiência, apresentações culturais, práticas pedagógicas desenvolvidas pelos profissionais que atuam com este público, parcerias entre os profissionais e os familiares para o benefício destes alunos, estudos de caso, dificuldades e avanços, desafios e conquistas.

Com o objetivo de difundir as práticas pedagógicas e estimular todos que direta ou indiretamente tem contato com alunos com deficiência para tanto são convidados deste evento toda a comunidade escolar, professores da sala regular, professores do AEE, professores de Educação Física, gestores, pais, alunos e familiares.

A rede de Santos possui o atendimento domiciliar destinado àqueles alunos que em razão de um tratamento prolongado de saúde seja temporário ou permanente, estão impossibilitados de comparecer à escola.

Conta também com o professor mediador que atua norteador o trabalho de autonomia do aluno e faz a ligação entre a criança e suas relações com professores, colegas, coordenação e o próprio aprender.

Projeto Educação Física para Todos: há na Seção de Educação Especial uma equipe de professores de Educação Física que realizam as vivências inclusivas com os alunos em todas as escolas, bem como formação para os profissionais de Educação Física das unidades de ensino para sugerir e apresentar metodologias diferenciadas para o trabalho das atividades físicas com todos os alunos, quebrando paradigmas e propiciando vivências motoras diferenciadas.

A cidade do Guarujá segue o artigo 10º da resolução 4/09 quando explicita sobre as redes de apoio:

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (BRASIL, 2009, p. 2)

Isso era determinação apenas para os PPP das unidades escolares, no entanto, a cidade do Guarujá ampliou para a Secretaria de Educação, sendo assim, a organização em redes de apoio, está estabelecida não só no PPP das unidades, mas também na Secretaria de Educação da cidade.

A Rede de Apoio à Inclusão da cidade do Guarujá está dividida em três segmentos:

- Deficiência Intelectual com serviços de apoio em todas as unidades (contando com professor cooperativo, agente inclusivo, estagiário de Pedagogia), salas de recursos multifuncionais em 23 escolas.
 - ✓ Projetos CAECs Centro Comunitário: Atendimento de Convivência para alunos com deficiência intelectual, maiores de 14 anos e salas de transição.
- Deficiência Visual com serviços de apoios em dois polos de atendimento (que contam com o professor cooperativo e o tutor).
 - ✓ Projetos salas de recursos multifuncionais, pontinhos (alfabetização em Braile) e Biblioteca Inclusiva.
- Deficiência Auditiva, realizado em 4 polos (com professores cooperativo, intérprete e sala de recursos multifuncionais).
 - ✓ Projetos de LIBRAS, em LIBRAS, Português escrito, Biblioteca Cidadã, CAS (Centro de Atendimento ao Surdo).

O quadro a seguir traz uma síntese das informações tratadas no texto com o objetivo de trazer melhor visualização dos dados coletados.

Quadro 4 – Síntese das Informações sobre as Especificidades de cada Município da Baixada Santista

MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA		Especificidades
1	Peruíbe	Documento interno - Orientação Técnica Intersetorial.
2	São Vicente	Complementação Educacional.
3	Mongaguá	Alunos atendidos na sala do AEE 2 horas/dia.
4	Itanhaém	Setor psicodiagnóstico (psicólogo e fonoaudiólogo da área da Educação). Projeto de Iniciação Paradesportiva, Projeto Lugar ao sol, Programa Cuidar, Projeto Equoterapia – desenvolvendo a vida.
5	Praia Grande	Atendente Ledor, Escriba. Língua Portuguesa em LIBRAS e curso de LIBRAS online.
6	Bertioga	Professores do AEE elaboram atividades para sala regular. Alunos atendidos no turno regular.
7	Santos	Projeto Educação Física para Todos
8	Cubatão	Reestruturação do setor da Educação Especial - Proposta de Política Pública Intersetorial Especializado na rede.
9	Guarujá	Rede de Apoio à Inclusão

Fonte: síntese das informações desenvolvidas no eixo 4: “Especificidades”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de considerar qualquer achado é necessário dizer que sempre que uma pesquisa na área de políticas públicas começa a ser desenvolvida os pesquisadores deparam-se com inúmeras variáveis e com inúmeros desafios de pesquisa, portanto, escrever as considerações é uma tarefa extremamente complexa.

Frey (2000) deparou-se, com vários problemas peculiares em seu estudo, que teve por objetivo incitar uma discussão teórico metodológica acerca da análise de políticas públicas no Brasil, assim como discutir alguns conceitos básicos da análise de políticas públicas e suas contribuições.

“O destino dos “excluídos” define-se, essencialmente, antes que se fragilize. Se nada de mais profundo for feito, a “luta contra a exclusão” corre o risco de se reduzir a um pronto-socorro social, isto é, intervir aqui e ali para tentar reparar as rupturas do tecido social”. (CASTEL, 2013, p.38).

Com o intuito de relacionar nosso objetivo com os dados encontrados no campo, para construir uma discussão teórica, é necessária a retomada de nossas inquietações quanto ao tema.

Neste sentido, no início deste trabalho, queríamos conhecer inclusão escolar nas redes regulares de ensino nos anos iniciais de cada município da Baixada Santista, e identificar as bases de políticas públicas da educação especial de cada município; conhecer quais são os programas municipais utilizados para a inclusão de pessoas com deficiência, conhecer as estratégias desenvolvidas pelas Prefeituras para atender este público.

Segundo os dados obtidos podemos dizer que embora as Políticas Públicas em Educação Especial que regem o trabalho desenvolvido com pessoas com deficiência na Região Metropolitana da Baixada Santista, políticas estas estabelecidas pelo Ministério da Educação – MEC, não obstante, sejam as mesmas no contexto de produção de texto, são explicitadas de maneiras diferentes no contexto do texto, sugerindo diferentes formas de implementação, no contexto da prática . Pelo que foi possível observar, essas diferenças consideram diversas variáveis específicas de cada município, como tamanho da cidade, número de alunos, estrutura escolar, profissionais especializados para atendimento, espaço físico e mobiliário entre outros.

Segundo a autora Arretche (2001), isto ocorre por que todo e qualquer programa tem duas dimensões: a primeira trata dos objetivos e a segunda da metodologia ou estratégia utilizada para que estes objetivos sejam atingidos. A definição da metodologia é uma escolha.

Isto significa que um mesmo objetivo pode ser alcançado utilizando estratégias diferentes de ação.

Como vimos, cada cidade da Baixada Santista chega ao objetivo comum e atende os alunos com deficiência de uma maneira diferente. Sem considerarmos a melhor e a pior, pois, não é nosso objetivo a competição entre elas, mas abordar que cada uma, dentro de sua realidade e especificidade, pretende realizar o trabalho para atendimento aos alunos com deficiência. Em todas as cidades existem as salas de recursos multifuncionais e os alunos são atendidos. No entanto, em algumas, aos alunos com deficiência é oferecido bem mais que o simples atendimento na sala de AEE, é oferecido projeto interdisciplinar, esportivo e cultural para a inclusão social destes alunos na sociedade, oportunizando a eles maiores possibilidades de autonomia e independência.

Segundo Arretche (2001), em um país federativo e multipartidário, como o Brasil, em que prefeitos e governadores têm autonomia política e podem estar ligados a partidos distintos, na implementação de um Programa Federal, por exemplo, pressupõe-se cooperação dos três níveis de governo, não obstante, ao invés de termos uma política de cooperação e compartilhamento de boas ideias e boas práticas, temos uma incongruência básica de objetivos. Mesmo assim, a autora afirma que isto não pode ser visto como um problema e sim como um dado da realidade.

Notamos nas cidades da Baixada Santista cujos prefeitos pertencem aos mesmos partidos políticos não refletem no trabalho desenvolvido na área da Educação Especial. É o caso das cidades de Santos, Praia Grande, Itanhaém e Mongaguá, que são administradas por prefeitos do Partido PSDB, Paulo Alexandre, Alberto Mourão, Marco Aurélio e Artur Parada Prócida, respectivamente. No entanto, cada cidade tem administrativamente maneiras singulares de atender os alunos com deficiência, assim como foi visto no decorrer deste trabalho.

Se cotejarmos a afirmação acima com o que diz Arretche (1999), “diferentemente de outros países, os municípios brasileiros foram declarados entes federativos autônomos, o que implica que um prefeito é autoridade soberana em sua circunscrição”. (ARRETCHE, 1999, p.114). Poderemos perceber duas possibilidades de interpretação ou cada Secretaria de Educação tem tanta autonomia que cada uma realiza seu trabalho individualmente ou simplesmente, a administração pública não se comunica, não compartilha boas ideias.

Nas escolas municipais das cidades de Mongaguá e Itanhaém que pertencem administrativamente a Diretoria de Ensino da Região de São Vicente, também não apresentam semelhanças no atendimento aos alunos com deficiência, nem a nomenclatura utilizada para

os profissionais que acompanham os alunos é a mesma, na primeira Cuidadores (professores) e na segunda Estagiários (alunos de Pedagogia). Os projetos desenvolvidos por ambas também são diferentes, conforme exposto no eixo 4 nas Especificidades.

De acordo com Arretche (2001), é possível que estratégias desenvolvidas para a implementação de políticas públicas em um determinado local sejam diferentes e até mesmo contrárias ao desenho idealizado para aquela política, devido a fatores externos que independem da vontade do implementador. São eles: metas quantitativas fixadas de acordo com os recursos, tendência mercadológica, ciclo de vida de um programa, ou até mesmo, um fato novo que não foi previsto de acordo com a especificidade local e outros fatores.

A administração das cidades de Bertiooga (DEM), Cubatão (PT), Guarujá (PMDB), Peruíbe (PTdoB), São Vicente (PP), embora os partidos administradores sejam todos diferentes, apresentam algumas semelhanças, Cubatão e Guarujá usam professores e estagiários para acompanhar seu alunos com deficiência nas atividades de alimentação, higiene e locomoção, já Bertiooga e Peruíbe, assim como Itanhaém usam apenas estagiários para desempenhar a mesma função. Sem contar todos os programas e projetos que as cidades desenvolvem diferentemente das demais da Baixada Santista.

Segundo Farenzena e Marchand,

A regulação nos coloca, assim, a ideia de que uma política proposta por um governo central, ou Federal, por exemplo, não define tudo de antemão, mas que há espaço para ajustamentos que dependem das situações concretas de relação entre esse governo e as instâncias subnacionais, bem como às características dos contextos locais. O processo de regulação compreende, portanto, de um lado, a produção de regras que orientam o funcionamento de dado sistema e, de outro, o (re) ajustamento da diversidade de ações dos atores em função dessas mesmas regras. (FARENZENA e MARCHAND, 2014, p. 792-793).

Isso quer dizer que cada cidade ajusta suas práticas de acordo com suas situações concretas e suas características locais, estabelecendo regras e orientações de funcionamento específicas com a sua realidade e as suas necessidades, observando seus recursos para a atuação junto ao público da Educação Especial.

Na inclusão escolar, há os que acreditam que o “preferencialmente” encontrado na LDB, limita o atendimento que é oferecido nas escolas regulares, assim como, há os que independentemente da letra da lei, fazem o trabalho acontecer e os resultados são notórios na vida dos alunos com deficiência e na vida das famílias destes.

Quando olhamos para inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, é necessária, a observação de três personagens que são protagonistas e são muito diferentes, concomitantemente, estão entrelaçados pela convivência.

O primeiro protagonista é o professor, que neste momento, é apenas professor, se pertence à sala de recursos multifuncional, a sala regular, se é professor de apoio, professor mediador, agente de inclusão, se é estagiário e será um futuro professor, ele já fez sua escolha, e já está professorando, que segundo Houaiss (2001), significa “um aluno que está no último ano da escola normal e faz estágio”.

O professor é sempre a peça chave que pede por uma formação melhor e que mesmo buscando esta formação nunca está pronto ou nunca estará pronto para as diversas situações que enfrenta na escola, a cada dia aprendemos mais, a cada aula somos desafiados a fazer diferente, a cada dia de trabalho temos novas conquistas para ampliar o currículo chamado experiência, e estas, nunca acabam, por isso, o professor ainda que com muitos títulos, cursos e capacitações para efetuar um trabalho com alunos com deficiência, nunca estará de fato pronto, obviamente todas as investidas em capacitações são importantíssimas para a melhor preparação, se não fosse assim, de que adiantaria buscar a formação pedagógica, senão, para estar melhor preparado.

Fazendo um paralelo que tivemos o privilégio de vivenciar no Congresso Internacional de Inclusão em Campina Grande em 2014, onde uma palestrante com deficiência visual citou a seguinte situação: quando uma mãe, tem um filho com deficiência, ela tem algum curso para ser mãe de um filho com deficiência? A resposta é não. Mas, mesmo assim, ela não consegue desempenhar tal função? A resposta é sim. Ela vai aprendendo, compartilhando com os que têm mais experiência, procurando maneiras e formas de cuidar do seu bebê.

Assim é um professor, que atua com alunos com ou sem deficiência, especialmente porque segundo as leis existe uma delimitação para o público que é considerado alvo da educação especial alunos com deficiência, transtornos globais e altas habilidades ou superdotação, no entanto, tratar este público e tratar os sem deficiência é um grande desafio da mesma maneira, pois, alunos vítimas de maus tratos e violência, alunos com problemas familiares, alunos com lares destruídos, alunos filhos de pais viciados ou pais doentes, são alunos excluídos e que carregam grandes históricos de problemas que muitas vezes não são aparentes como o caso dos alunos com deficiência.

Significa dizer que hoje, ser professor por si só, já é um grande desafio, por isso, é inaceitável, pensando nos professores da Baixada Santista que possuem apoio dos sistemas de ensino como professores mediadores, cuidadores e etc, a desculpa de não estar preparado para

atender alunos com deficiência, por que na verdade não estamos preparados para atender alunos que fogem ao padrão da “normalidade”.

Alunos sem deficiência... Estes são o nosso segundo personagem protagonista, no desafio da inclusão escolar. Alunos sem deficiência necessitam conviver com alunos com deficiência, é uma forma de valorizar a própria vida, de aprender a respeitar e a conviver com o que é diferente, no brincar, no aprender, no dividir espaços, no ajudar uns aos outros, no respeitar as possibilidades e as limitações, no comer juntos, e por que não, no brigar por alguma razão, no descumprimento das regras, no desobedecer, no correr fora de hora, no atrasar para retornar para sala, no cair e no levantar.

Percebemos como fundamental essa relação entre alunos com e sem deficiência, pensando especialmente que esta será a nossa próxima geração e a grande questão, vai além, de que mundo deixaremos, mas, que pessoas estamos formando para assumir as principais funções da sociedade que estamos construindo, desde governantes a simplesmente trabalhadores, valores são essenciais para “con-viver”.

Neste sentido, muitas pessoas costumam discordar e questionar a inclusão de um aluno muito comprometido no grupo da sala regular. O que ele aprende? O que consegue fazer? Como ele se sente? Não adianta nada fazer parte desta sala! Ele não deveria estar ali! Essas são algumas das inquietações que as pessoas costumam compartilhar, contudo, neste caso, a inclusão não significa incluir o aluno com deficiência na sala regular, não obstante, significa incluir os alunos sem deficiência neste mundo desafiador e provocador que é o do aluno com deficiência. Por isso a inclusão não é apenas para alunos com deficiência, mas muitas vezes para alunos sem deficiência.

Nosso terceiro e último protagonista do desafio da inclusão escolar é, e não poderia deixar de ser, o próprio aluno com deficiência. Ele é o principal, pois, é por causa dele que o professor busca saídas para o atendimento, estuda, lê, interage, pergunta, perde o sono, faz cursos e capacitações. Também é por causa dele que os outros alunos começam observando, e daqui a pouco estão brigando para saber quem empurra a cadeira de rodas, quem senta ao lado do colega para ajudá-lo, quem se disponibiliza a trabalhar junto, a comer junto, quem ajuda ele a beber água, quem pode acompanhá-lo, a disputa neste momento é pela utilidade. Quem aprende, desde cedo, que é importante ajudar o próximo, aprende a viver melhor e cresce como pessoa, como cidadão, como ser humano.

É o aluno com deficiência que muitas vezes tem para ensinar, e suas limitações não fazem dele um coitado, ou alguém digno de pena, pois, ao invés de olharmos para as limitações que muitas vezes são claras e óbvias, deveríamos olhar para as possibilidades, as

habilidades, aquilo que ele consegue realizar e estimular aquilo que ainda não foi desenvolvido.

Saber que existem possibilidades de avanços, autonomia e independência, não é tornar-se igual ao aluno sem deficiência, mas é olhar para si mesmo e descobrir-se como pessoa, descobrir-se como capaz de realizar, capaz de ir além, capaz de fazer a diferença.

Enxergar que evoluiu dentro das suas próprias possibilidades, por isso, neste estudo, queremos sim comparar o trabalho realizado nas Secretarias de Educação Especial, na Região Metropolitana da Baixada Santista com os alunos das escolares municipais, com o objetivo claro de que sempre é possível fazer mais e fazer melhor, aprender com nossos vizinhos e progredir nas nossas práticas.

Disseminar programas, projetos, ideias, propostas, políticas que dão certo, que atingiram bons resultados na vida das famílias e na vida dos alunos com deficiência.

Poderíamos colocar aqui como personagens protagonistas as famílias destes alunos que tanto lutam por espaço na sociedade, pais e mães que abandonaram seus trabalhos, suas vidas para cuidar, orientar, levar e buscar seus filhos dos diversos projetos e programas que existem nas cidades. Responsáveis que brigam pelo direito à educação e enfrentam todos os desafios que aparecem para que seus filhos tenham um pouco de dignidade, dentro de uma sociedade que geralmente inclui excluindo, e nem se dá conta disso.

As instituições de acolhimento e de ensino que se adaptam para receber os alunos com deficiência, numa realidade, onde os sem deficiência já são um enorme desafio, com suas particularidades sociais. Por isso a citação de O'Donnel é tão significativa, “É preciso analisar as instituições no sentido de saber se elas realmente exercem um papel importante e decisivo nos processos de formação de vontade e de decisão, e se não, quais consequências isto acarreta para o processo político em geral”. (O. DONNELL, 1991, p. 27). As instituições devem fazer a diferença na vida daqueles que as frequentam, pois, estes alunos com e sem deficiência serão o futuro social e político das próximas gerações.

No final deste jogo, quem ganha sempre, são os alunos, ganham experiência, ganham sonhos, ganham momentos de conquistas, momentos inesquecíveis, e ganham acima de tudo, valores para construir uma sociedade mais humana, preocupada com o próximo, plantando hoje para colher amanhã, sábia na convivência com o diferente e com as diferenças. Já que não podemos mudar o mundo, nem as pessoas, vamos escolher mudar nosso comportamento com relação ao mundo e com relação às pessoas, a verdadeira mudança começa em nós.

A inclusão escolar é uma realidade que está posta na sociedade atual, temos diversas leis, decretos, resoluções, notas técnicas e cartilhas, uma série de documentos que abordam

este assunto, não obstante, não podemos negar que a diferença começa nas pessoas que compõem esta sociedade, pais, familiares, governantes, educadores, instituições de ensino, todos priorizando a educação como direito, como tarefa inadiável e como compromisso inalienável para a construção de um espaço social menos injusto e mais tolerante.

APÊNDICE

CAMINHO DA PESQUISA

Peruíbe – Caminho da pesquisa

A primeira a nos responder foi à cidade de Peruíbe, o Secretário de Educação da cidade foi nomeado em meados de março, não obstante, ele estava se apropriando do andamento da Secretaria de Educação do município, gostaríamos de relatar aqui a seguinte experiência de contato com esta cidade: “tentávamos ligar para o gabinete do Senhor Secretário de Educação da cidade de Peruíbe desde oito de abril e não obtínhamos sucesso, quando ligamos no dia quinze de abril, sua secretária nos atendeu e disse que ele estava numa reunião no gabinete do prefeito. A secretaria simplesmente forneceu o número do telefone do gabinete do prefeito. Ligamos e fomos atendidos pelo próprio, pedimos então para falar com o Secretário de Educação Sr. Eduardo Martins Teles de Aguiar que conversou conosco e forneceu seu e-mail para encaminhamento da pesquisa, detalhe interessante, no meio da conversa, a ligação caiu e retornamos passando pelo mesmo procedimento, então confirmado o e-mail, enviamos os documentos necessários no mesmo dia, quinze de abril, o qual foi autorizado dois dias depois, dezessete de abril, quando recebemos a primeira ligação para marcamos um encontro com os responsáveis pela Educação Especial da cidade, encontro este, que ocorreu em 22 de abril”.

Interessante que foi a última cidade que conseguimos entrar em contato telefônico, no entanto, foi a primeira a nos responder, nos autorizar, e nos atender.

São Vicente – Caminho da pesquisa

Para iniciar a pesquisa em São Vicente, fizemos o contato telefônico em 8 de abril e fomos orientados a comparecer ao protocolo para preencher um formulário. Então no dia quinze de abril fomos até o setor localizado na Rua Frei Gaspar número 384, no centro da cidade, lá preenchemos um formulário para autorização da pesquisa. No dia vinte e dois de abril recebemos uma ligação da prefeitura, no entanto, não foi possível atender, então retornamos no dia vinte e três, fomos avisados de que preenchemos o formulário errado e era necessário comparecer ao setor de protocolo novamente para preencher o formulário correto.

Só pudemos comparecer no dia vinte e nove de abril e quando chegamos, fomos atendidos pela equipe de profissionais responsáveis pela Educação Inclusiva da cidade.

Mongaguá – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade no dia oito de abril, enviamos o e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês conforme solicitado, a prefeitura retornou o contato no dia seguinte, catorze de abril, no entanto, não foi possível atender a chamada, quando retornamos não conseguimos saber quem havia ligado, pois, como a chamada foi feita de um telefone público de dentro da Prefeitura era necessário saber o ramal ou pelo menos o setor, então, tivemos que aguardar uma nova chamada.

Dois dias depois em dezesseis de abril recebemos uma nova ligação e conseguimos agendar uma visita para vinte e dois de abril, mas, quando chegamos à Prefeitura a responsável pela Educação Especial estava de saída, pois, haveria naquele dia Conselho de Classe nas escolas, além disso, fomos questionados quanto à veracidade da autorização para a realização da pesquisa, o que adiou em mais oito dias nossa coleta de dados junto a este município.

Reenviamos mais uma vez a documentação por e-mail a fim de reafirmar nossa autorização outrora nos informada, sendo assim, no dia trinta de abril fomos recebidos na Secretaria de Educação da cidade, por uma das responsáveis pela Educação Especial.

Itanhaém – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade no dia oito de abril, enviamos o e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês, conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

Partimos para segunda tentativa, então no dia vinte e nove de abril, reenviamos a mesma mensagem do e-mail anterior, dias depois a cidade entrou em contato e fomos recebidos no dia sete de maio.

Praia Grande – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade de Praia Grande no dia oito de abril, enviamos o e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

Partimos para segunda tentativa, então no dia vinte e nove de abril, reenviamos à mesma mensagem do e-mail anterior. No dia sete de maio, a cidade entrou em contato conosco e fomos recebidos dia doze de maio.

Bertioga – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade de Bertioga no dia oito de abril, enviamos o e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês, conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

Partimos para segunda tentativa, então no dia vinte e nove de abril, reenviamos à mesma mensagem do e-mail anterior. Dias depois a cidade entrou em contato conosco e fomos recebidos dia treze de maio.

Santos – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade de Santos no dia oito de abril, enviamos o e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês, conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

Partimos para segunda tentativa, então no dia vinte e nove de abril, reenviamos à mesma mensagem do e-mail anterior, a prefeitura não retornou o contato.

Passada algumas semanas numa reunião do “Grupo de Estudos”, realizada às quartas-feiras, dentro da matriz curricular do curso de mestrado em educação, uma aluna do curso, da Unisantos, propôs-se a nos ajudar fazendo alguns contatos, pois, a mesma é funcionária da rede de Santos e disse conhecer os responsáveis pela Seção de Educação Especial da cidade.

Encaminhamos o mesmo e-mail enviado para a Prefeitura de Santos, duas vezes, (treze e vinte e nove de maio), para esta aluna que faz parte do nosso Grupo de Estudos, isso ocorreu dia seis de maio.

No dia treze de maio exatamente um mês depois do envio do nosso primeiro e-mail, nossa colega do grupo de estudos entrou em contato a fim de saber se fomos atendidos e nossa resposta foi negativa. Ela nos informou que alguém iria nos procurar então, mais uma vez, aguardamos.

Depois de alguns dias, recebemos uma ligação para marcar a visita e no dia vinte de maio fomos recebidos pelos responsáveis pela Seção de Educação Especial de Santos. É necessário, deixar registrado nossos profundos agradecimentos a esta maravilhosa colega que nos auxiliou neste momento da pesquisa.

Cubatão – Caminho da pesquisa

Entramos em contato telefônico com a cidade de Cubatão no dia contata por telefone em treze de abril, com e-mail enviado dia catorze do mesmo mês, conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

Partimos para segunda tentativa, então no dia vinte e nove de abril, reenviamos à mesma mensagem do e-mail anterior, a prefeitura não retornou o contato.

Pela terceira tentativa reenviamos à mesma mensagem em catorze de maio, a prefeitura não retornou nosso contato.

Então voltamos a ligar para os responsáveis pela Educação Especial na cidade, na maioria das vezes, estavam em eventos ou reuniões e não podiam nos atender.

Depois de alguns dias tentando estabelecer contato e deixando nossos contatos para tentar um possível retorno. No dia vinte de um de maio uma das responsáveis retornou o contato e disse que não seria possível realizar a pesquisa no município, pois, há pouco tempo houve uma reestruturação no setor da Educação Especial e não seria possível nos atender.

No início ficamos decepcionados com a má notícia, mas depois de alguns dias (25 de maio) resolvemos insistir mais um pouco. Ligamos e alegamos que seria uma das únicas cidades da Baixada Santista que não participaria do trabalho (só faltava Cubatão e Guarujá), mesmo sabendo que existem alunos com deficiência e que existe um trabalho sério realizado pela cidade.

Então marcamos uma visita para o dia vinte e oito de maio, quando fomos atendidos, pelas responsáveis pela Educação Especial da cidade de Cubatão.

Guarujá – Caminho da pesquisa

O caminho de pesquisa aqui descrito é demasiadamente longo, por vários motivos, que serão expostos no decorrer no texto. Dentre todos os municípios da Baixada Santista, este foi o maior caminho percorrido entre o contato telefônico e a visita que ocorreu, não obstante, nunca foi agendada como nas outras cidades.

1º Tentativa: contato telefônico com a cidade do Guarujá ocorreu no dia oito de abril, envio de e-mail com os todos os documentos no dia treze do mesmo mês, conforme solicitado, a prefeitura não retornou o contato.

2º Tentativa: reenvio da mensagem anterior, usando o mesmo canal e-mail, enviado no dia vinte e nove de abril, a prefeitura retornou este contato por meio de uma ligação em catorze de maio, onde nos foi solicitado o carimbo da Universidade na documentação enviada para poder dar prosseguimento à pesquisa.

Esta solicitação foi cumprida na semana seguinte dia vinte e seis de maio.

3° Tentativa: reenvio da mesma mensagem com o carimbo da Universidade, conforme solicitado, em vinte e seis de maio. Aguardamos mais uma semana algum retorno e mais uma vez a prefeitura não se manifestou.

4° Tentativa: Ligamos no dia três de junho para a Secretaria de Educação Especial, não obtivemos nenhuma resposta, pois, não fomos atendidos. Então retornamos a ligação para nosso primeiro contato, (realizado no dia oito de abril, no início da pesquisa), no caso, os assessores da Secretária de Educação para que pudéssemos entrar em contato com o setor específico de inclusão e dar continuidade à pesquisa.

Nesta ligação explicamos todo o caminho da pesquisa relatado até aqui, então, pediram que aguardássemos o período da tarde, pois, iriam verificar o que estava acontecendo, afinal, estávamos solicitando autorização a mais de cinquenta dias, ou quase dois meses.

No período da tarde recebemos a tão esperada ligação, era uma funcionária da Educação Especial, que nos orientou a reenviar toda a documentação novamente, com duas solicitações novas a primeira era o acréscimo de uma “declaração de aluno” e a segunda solicitação era para que toda a documentação fosse enviada pelo correio.

Não muito satisfeitos com a resposta, comparecemos à Universidade e solicitamos uma declaração de aluno, conforme exigência da rede do Guarujá, assim que ficou pronta, juntamos aos demais documentos e seguimos para nossa próxima tentativa.

5° Tentativa: reenviamos no dia doze de junho, toda a documentação exigida na última ligação, projeto de pesquisa, carta de apresentação, requerimento de autorização para realizar a pesquisa e declaração de aluno, e enviamos tudo pelo correio, conforme exigido.

No dia vinte e dois de junho, ou seja, dez dias depois do envio, a carta retornou para o remetente, pois, solicitamos um serviço opcional do correio que é o aviso de recebimento⁴², mais tarde, descobrimos que provavelmente esta carta chegou até a recepção da Prefeitura e como possuía aviso de recebimento, ninguém se prontificou a receber, então o correio trouxe de volta.

6° Tentativa: no dia vinte e três de junho ligamos novamente para saber o que havia acontecido para a carta retornar. Nesta ligação falamos com diversos chefes do setor, explicamos por telefone todo o caminho da pesquisa, desde a tentativa, número 1, até aqui.

⁴² Serviço que, através do preenchimento de formulário próprio, físico ou digital, permite comprovar, junto ao remetente, a entrega do objeto. Fonte: <http://www.correios.com.br/para-voce/envio/encomendas/servicos-opcionais>

Explicamos para a assessora da Secretaria de Educação, que nos transferiu para a Secretaria de Educação Especial, onde explicamos novamente, que nos transferiu para uma Diretora da Educação Especial, onde mais uma vez repetimos a mesma história e finalmente, pediram que aguardássemos um novo contato.

No dia seguinte vinte e quatro de junho recebemos uma devolutiva, a mesma funcionária da 4ª tentativa, nos ligou e nos orientou novamente a repetir o procedimento de enviar a documentação pelo correio como havíamos feito.

7ª Tentativa: no dia seguinte em vinte e cinco de junho, fomos pessoalmente entregar a documentação exigida pela rede Municipal do Guarujá. Neste dia conhecemos a Secretaria de Educação e vários setores, primeiro entregamos a documentação na Secretaria de Educação Especial, depois fomos dirigidos ao protocolo para entregar a documentação no setor responsável pela autorização.

Neste setor, tinham uma cópia da documentação que foi enviada por e-mail das tentativas anteriores e juntaram com a documentação que estava em nossas mãos, e em seguida, perguntamos qual seria o próximo procedimento. A funcionária nos informou que a prefeitura entraria em contato para marcar um dia e saber qual era a escola que estávamos interessados em visitar.

Neste momento percebemos que o documento que apresentamos, havia sido mal interpretado, segue abaixo, nossa solicitação, retirada do “requerimento: autorização de pesquisa”, enviado para todas as Prefeituras da Região Metropolitana da Baixada Santista:

A referida pesquisa tem como objetivo **conhecer como cada município da Região Metropolitana da Baixada Santista realiza a inclusão de alunos com deficiência nas escolas públicas municipais**, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Especificamente, pretende-se **identificar as bases de políticas da educação especial de cada município, os programas criados e implementados com objetivo de incluir pessoas com deficiência, as estratégias desenvolvidas pelas Prefeituras** para atender este público. **Trata-se de uma pesquisa que pretende analisar documentos oficiais e, caso necessário**, e mediante autorização prévia, **realizar entrevistas com os responsáveis pela seção de Educação Especial**, mantendo suas identidades em sigilo. (FURLANETO, 2015, p.1, *grifos nossos*).

Explicamos nosso pedido à funcionária do protocolo e a mesma foi falar com a responsável pela Educação Especial. Quando retornou, a funcionária nos explicou que precisaríamos então, de uma autorização do setor de Comunicação para podermos realizar nossa pesquisa.

8º Tentativa: pedimos então para retornar a sala da Educação Especial no intuito de esclarecer nossa intenção de pesquisa. Neste momento, lemos juntos, o documento, “requerimento: autorização de pesquisa” que havíamos enviado desde o dia treze de abril por e-mail.

Explicamos que a informação que precisávamos era uma informação pública, que deveria estar disponível a qualquer pessoa, sendo ou não aluno de um curso superior, sendo pai ou mãe de um aluno da rede do Guarujá, sendo ou não o próprio aluno, sendo ou não um cidadão residente da cidade.

Neste momento a responsável abriu o armário e retirou um *folder*⁴³ intitulado “Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva”, que continha especificamente informações sobre o trabalho da Educação Especial da cidade do Guarujá e disse que em caso de dúvidas dirigíssemos um e-mail para a equipe da Educação Especial do município com a nossa dúvida e que seria respondida via e-mail.

Desde o dia treze de abril, este, foi o primeiro documento oficial, sobre a Educação Especial na cidade do Guarujá, recebido pelos pesquisadores, no dia vinte e cinco de junho.

Nossa intenção com este relato chamado “caminho da pesquisa” é possibilitar ao leitor uma visão detalhada dos passos aqui desenvolvidos, desde a obtenção de dados simples dos municípios como o endereço, nome dos secretários de educação, até a chegada aos dados qualitativos, dando subsídios para que o mesmo possa compreender, ainda que apenas, em parte, o percurso trilhado para a obtenção das informações aqui descritas.

Depois do relato descritivo a respeito das quatro categorias definidas para esta pesquisa, vamos sintetizar algumas das informações mais importantes, com o intuito de mostrá-las de forma compacta, organizando as informações aqui encontradas.

As duas tabelas a seguir sintetizam o caminho da pesquisa nos nove municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista, com o intuito de mostrar sintética e simplificadamente como se desenvolveu a pesquisa, as pedras encontradas no caminho, os atalhos em geral as dificuldades e os desafios encontrados.

As cidades estão organizadas conforme suas devolutivas e o último quadrado, pintado de rosa, informa o dia em que ocorreu a visita naquele município, esta data foi previamente agendada com todas as cidades com exceção apenas do Município do Guarujá, em que a visita aconteceu sem agendamento.

Quanto ao bloco 1: caminho da pesquisa.

⁴³ Documento que encontra-se no anexo, ao final da pesquisa.

Quadro 5.A – Síntese do caminho da pesquisa em Peruíbe, São Vicente, Mongaguá, Itanhaém e Praia Grande

Peruíbe	São Vicente	Mongaguá	Itanhaém	Praia Grande
1º contato e orientações: Contato telefônico em 15 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril
1º tentativa: Envio do e-mail com informações no dia 15 de abril	1º tentativa: Setor de Protocolo na Prefeitura no dia 15 de abril. Onde foram anexados os documentos solicitados	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril
Visita à Secretaria de Educação em 22 de abril	2º tentativa: Protocolo no dia 29 de abril	2º tentativa: Visita em 22 de abril, mas não fomos atendidos, pois o responsável precisava participar dos Conselho de Classe nas escolas da cidade.	2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril	2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril
	Visita à Secretaria de Educação em 29 de abril	Visita à Secretaria de Educação em 30 de abril	Visita à Secretaria de Educação em 7 de maio	Visita à Secretaria de Educação em 12 de maio

Fonte: Síntese organizada pela autora.

Quadro 5.B – Síntese do caminho da pesquisa em Bertiooga, Santos, Cubatão e Guarujá

Bertiooga	Santos	Cubatão	Guarujá
1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 13 de abril	1º contato e orientações: Contato telefônico em 08 de abril
1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 14 de abril	1º tentativa: Envio do e-mail com informações solicitadas em 13 de abril
2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril	2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril	2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril	2º tentativa: Reenvio do e-mail com informações solicitadas em 29 de abril. Resposta da Prefeitura em 14 de maio, solicitando carimbo da Universidade.
Visita à Secretaria de Educação em 13 de maio	3º tentativa: Dia 6 de maio uma colega do "Grupo de Estudos" se ofereceu para nos ajudar. Ela trabalha na Prefeitura de Santos e fez alguns contatos.	3º tentativa: No dia 21 de maio tivemos uma negativa para a pesquisa. No dia 25 de maio tentamos novamente por telefone.	3º tentativa: No dia 26 de maio reenvio do mesmo e-mail enviado anteriormente, agora com carimbo da Universidade
	Visita à Secretaria de Educação em 20 de maio	Visita à Secretaria de Educação em 28 de maio	4º tentativa: Fizemos contato telefônico em 3 de junho. Fomos orientados a enviar todos os documentos pelo correio com um documento a mais "Declaração de aluno".
			5º tentativa: Enviamos a documentação solicitada pelo correio em 12 de junho com a Declaração de aluno. No dia 22 de junho documentação retorna ao remetente.
8º tentativa: No dia 25 de junho, depois de passar por alguns setores, fizemos a leitura do requerimento de pesquisa junto à responsável pela Educação Especial. Então recebemos um folder com informações sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva do município.		7º tentativa: Comparecemos dia 25 de junho para entregar a documentação pessoalmente.	6º tentativa: Fizemos contato telefônico no dia 23 de junho, pois ninguém recebeu nossa carta. Retornaram dia 24 de junho pedindo que repetíssemos o procedimento via correio.

Fonte: Síntese organizada pela autora.

Este caminhar da pesquisa é importante, pois, este estudo trata de informações consideradas públicas, sendo assim, é necessário repensar o acesso a estas informações. Antes das ligações para as Secretarias de Educação das cidades, pesquisamos nos sites das Prefeituras, lá encontramos várias informações, não obstante, o setor específico que trata os alunos com deficiência, não tem suas informações acessíveis a todos. Alguns têm links, mas não abordam os programas desenvolvidos, o número de alunos ainda que seja uma média, o número de salas de atendimento, e outras tantas informações que poderiam estar disponíveis aos cidadãos.

Atualmente temos sites de pesquisa usados para encontrar dados detalhados sobre a execução orçamentária e financeira do governo federal, como é o caso do portal da transparência⁴⁴, no entanto, não nos é acessível saber sobre o que estão fazendo com os alunos com deficiência. Dizemos isso, pois, muitos e bons trabalhos estão sendo desenvolvidos nas nossas cidades e tudo o que temos para mostrar são pequenas reportagens de jornal.

Se alguém do outro lado do mundo necessitar da informação ou mesmo quiser repetir uma iniciativa que aqui, tem dado certo, não conseguirá por que a informação não está acessível a todos.

Registramos aqui nossa indignação com relação ao acesso à informação, que pode ser requerido por qualquer pessoa. É necessário dar acesso à comunidade, acesso aos moradores, acesso aos pesquisadores, acesso aos pais, acesso aos alunos, acesso a todo aquele que tem direta ou indiretamente interesse no assunto.

⁴⁴ Fonte: <http://transparencia.gov.br/> acesso em: 20 de jul. 2015.

ANEXO

1. Bertioga

Secretaria de Educação

Plano de Gestão Educacional

Centro de Educação Especializado (CEE)

Karen Keller

Quadriênio 2014 a 2017

1 – Fins da Educação Nacional:

1.1- Fins da Educação Municipal:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (art.2º LDB)

O Ensino no Sistema Municipal de Bertiooga deve ser ministrado com base:

- nos princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- no pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- no respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- na coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- na gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- na valorização do profissional da educação escolar;
- na gestão democrática do ensino pblico;
- na garantia de padrão de qualidade;
- na valorização da experiência extra-escolar;
- na vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (art.3º LDB)

1.2- Objetivos da Educação Municipal:

Construir Educação com qualidade social, garantindo o acesso e permanência, com sucesso, do aluno na Escola.

1.3 – Diretrizes da Política Educacional Municipal:

O Sistema Municipal de Ensino propõe uma Educação marcada pela preocupação social, voltada para o conhecimento de natureza inclusiva que favoreça o desenvolvimento pessoal e cultural, a formação da cidadania vinculada a uma comunidade, porém identificada com a humanidade e a preservação do planeta. Uma cultura que favoreça o exercício da educação continuada ao longo da existência de cada ser humano, mesmo fora do sistema escolar.

Para isso, a Educação em nosso Município deve organizar-se em torno de quatro pilares fundamentais:

- Aprender a conhecer: adquirir os instrumentos da compreensão;
- Aprender a fazer: agir sobre o meio;
- Aprender a conviver: viver junto, participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas;
- Aprender a ser: via essencial que integra os três precedentes (UNESCO – Comissão Internacional sobre Educação Jomtien).

Os alunos são sujeitos ativos do processo de aquisição de competências e habilidades e na construção de valores essenciais à vida em sociedade: respeito, solidariedade, cooperação e o afeto.

A aquisição de competências e habilidades deve passar pelo processo de interação entre as disciplinas (interdisciplinaridade), favorecendo uma visão integrada do conhecimento e a sua aplicação prática na realidade vivida pelos alunos.

O conceito de **Aprendizagem Significativa**, central na perspectiva sociointeracionista, implica em tornar o conhecimento o mais significativo possível, estabelecendo relação entre o que se pretende conhecer e a informação que o sujeito já possui.

Continuação...

4.7 - Quadro curricular:

O Quadro Curricular é organizacional, servindo como elemento norteador para que se garanta a quantidade da carga horária das diversas disciplinas do aluno, possibilitando a ele o tempo necessário para a formação de conceitos, procedimentos e atitudes.

O currículo é uma ferramenta utilizada para guiar o trabalho pedagógico, envolve a análise de aspectos da realidade social de forma antropológica, o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, a abordagem das áreas do conhecimento, representados por conteúdos, e ações pedagógicas que intermedeiam a aquisição do conhecimento, organizados sequencialmente, definidos para um determinado tempo, etapas estabelecidas. Ele assegura ao educando, o acesso aos conhecimentos da base nacional comum, regulamentados em lei, LDBN 9394/96, descritos nos Parâmetros Curriculares Nacionais, sendo um orientador para o trabalho pedagógico coletivo. Assegurado este direito, o currículo é organizado de acordo com a proposta pedagógica da instituição escolar.

A estrutura organizacional do currículo possui componentes pré definidos, seqüenciados e temporalizados, (objetivos, conteúdos, avaliações e orientações didáticas), o educando com necessidades especiais de aprendizagem pode ou não estar apto, a acompanhar esta sequencia e estrutura pré estabelecida, necessitando de adaptações no currículo para estruturar o processo de ensino aprendizagem de acordo com suas possibilidades e necessidades.

As adaptações ou flexibilizações curriculares possibilitam ao aluno que apresenta necessidades especiais de aprendizagem, estar inserido no processo de ensino, planejando uma organização que privilegie seus processos de aquisição do conhecimento e garanta um verdadeiro progresso em seu desenvolvimento, partindo do que ele sabe, trabalhando com o que ele é capaz de aprender, selecionando tudo aquilo que é possível ensinar, da forma que ele necessita, objetivando o alcance de expectativas possíveis e relevantes, um trabalho realista, eficiente e coerente com as necessidades do educando.

Adaptações no nível do projeto pedagógico, são medidas de ajuste no currículo geral da escola, na proposta pedagógica, que não discriminam medidas individualizadas, elas objetivam adaptar a organização escolar e os serviços de apoio, como atendimento em sala de recursos, a escola flexibiliza questões metodológicas, estratégias de ensino e avaliativas, entre outros.

As adaptações individualizadas do currículo focalizam a avaliação e atendimento ao aluno de forma específica atendendo suas necessidades, considerando seu nível de competência curricular e fatores que dificultam o processo de ensino aprendizagem. Este tipo de adaptação divide-se em duas categorias, adaptações de acesso ao currículo e de elementos curriculares.

As adaptações curriculares também envolvem questões de acesso ao currículo; são modificações relacionadas a recursos materiais, pessoais (cuidadoras, intérprete de sinais), de comunicação (braile, lupas, computadores, aparelhos auditivos) e espaços, para possibilitar ao indivíduo o acesso ao currículo convencional. Estas adaptações são mais frequentes em alunos que apresentam deficiências motoras ou sensoriais.

Os recursos que o aluno necessita devem estar previstos no plano adaptado, documento elaborado com vistas ao aluno que necessita de atendimento às suas necessidades especiais. A instituição escolar tem obrigação de buscar e oferecer, em parceria com serviços especializados, os recursos necessários para o aproveitamento satisfatório do aluno no ambiente escolar.

O currículo adaptado deve, obrigatoriamente, propiciar oportunidades para o estudo da Língua Portuguesa, da Matemática, do mundo físico e natural e da realidade do social e política, enfatizando-se o conhecimento do Brasil voltado para a realidade da criança especial. Tendo por base estes pressupostos e a quantidade de aulas, o professor elabora suas propostas de forma

clara sobre o que, quando e como ensinar e avaliar, a fim de possibilitar o planejamento de atividades de ensino para a aprendizagem de maneira adequada, mais flexível e coerente com seus objetivos e projetos a fim de potencializar a aprendizagem e o trabalho interdisciplinar. O currículo adaptado são modificações muito significativas nos objetivos, conteúdos e avaliações da etapa em que o aluno está inserido. Podem ser adequações dos objetivos e conteúdos em relação às capacidades do aluno, utilizando-se de componentes curriculares da fase anterior, eliminação de conteúdos e objetivos complexos que necessitem de maior elaboração mental, priorização do trabalho com habilidades específicas que necessitam ser desenvolvidas ou conhecimentos que precisa adquirir. As adaptações curriculares são mais comuns no atendimento de alunos portadores de transtornos invasivos do desenvolvimento.



PROTOCOLO ATENDIMENTO AEE

Os alunos com necessidades especiais das escolas municipais deverão ser atendidos em intervenção individual ou pequenos grupos, com foco na aprendizagem, pelas professoras de atendimento educacional especializado (AEE), em sala de recursos multifuncional.

O profissional AEE é responsável pela organização e elaboração de recursos, atividades e materiais necessários para o atendimento das necessidades específicas do educando.

Público alvo para atendimento AEE

- Deficiência física e intelectual
- Transtornos globais do desenvolvimento
- Altas habilidades ou superdotação
- Transtornos de mobilidade
- Transtornos sensoriais (surdez, cegueira)

São atribuições do AEE:

- Avaliar pedagogicamente os alunos encaminhados para atendimento.
- Encaminhar e orientar para avaliação especializada na área da saúde.

- Planejar e aplicar estratégias específicas para desenvolver a aprendizagem e promover a sociabilidade.
- Orientar a família para compreender e atender às necessidades da criança.
- Orientar os docentes para atender às necessidades pedagógicas do educando.

As medidas pedagógicas adotadas pelas escolas serão orientadas por especialistas da saúde e professor de atendimento educacional especializado. (AEE). São elas:

- Relatórios dos professores sobre o desenvolvimento e dificuldades do educando.
- Anamnese
- Avaliação individual especializada das habilidades e déficits, executada pelo AEE.
- Elaboração do Plano Adaptado, com adaptações de materiais, estratégias e conteúdos.
- Indicação de adaptações relativas ao currículo da classe
- Indicação de adaptações individualizadas do currículo
- Indicação de adaptações de acesso ao currículo
- Elaboração de atividades e estratégias de ensino específicas para o educando.
- Portfólio, seleção de atividades do educando para análise de seu desenvolvimento.
- Avaliação do desenvolvimento e planejamento da próxima etapa.
- Devolutiva para os pais sobre a aprendizagem de seus filhos.

PROTOCOLO ATENDIMENTO CUIDADOR

Os alunos com necessidades especiais severas inseridos na rede municipal de ensino deverão contar com atendimento individualizado, com foco no seu desenvolvimento global e aquisição de sua autonomia, garantindo o atendimento às suas necessidades especiais.

O profissional Cuidador é responsável pela organização e elaboração de recursos, atividades e materiais necessários para o atendimento das necessidades específicas do educando.

Será indicado o atendimento educacional individualizado (cuidador), pelo AEE, equipe multidisciplinar e Neurologista, considerando as características abaixo relacionadas:

Público alvo para atendimento do CUIDADOR

- Alunos que apresentam comprometimento motor grave
- Alunos com instabilidade emocional grave
- Alunos com problemas de sociabilidade grave
- Alunos com comprometimento cognitivo grave

- Turmas onde hajam mais de uma inclusão que necessite de adaptação curricular.

São atribuições do CUIDADOR:

- Auxiliar o aluno nas atividades diárias de vida prática.
- Auxiliar nos cuidados com higiene, alimentação e organização.
- Auxiliar o educando em seu desenvolvimento cognitivo e social, aplicando e intervindo em atividades conceituais, procedimentais e atitudinais.
- Colocar em pratica as orientações dos profissionais especializados.
- Garantir a segurança e participação do indivíduo no ambiente social.
- Assegurar o atendimento às necessidades do educando.

As medidas pedagógicas adotadas pelas cuidadoras serão orientadas por especialistas da saúde e professor de atendimento educacional especializado (AEE).

- Leitura do relatório do professor AEE, psicopedagogo ou psicomotricista sobre o desenvolvimento e dificuldades do educando.
- Execução do Plano Adaptado, com adaptações de materiais, estratégias e conteúdos.
- Execução das adaptações relativas ao currículo da classe
- Execução das adaptações individualizadas do currículo
- Execução das adaptações de acesso ao currículo
- Aplicação de atividades e estratégias de ensino específicas para o educando.
- Elaboração do Portfólio.
- Avaliação do desenvolvimento.

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO PSICOMOTOR

A avaliação e intervenção psicomotora têm como finalidade atender as crianças com necessidades especiais dos Núcleos de Educação Infantil do município de Bertioga, denominado NEIMs. Os alunos serão atendidos em intervenção individual ou pequenos grupos, com foco na análise e estimulação do desenvolvimento neuropsicomotor, para encaminhamento à avaliação especializada e intervenção de estimulação precoce.

O profissional psicomotricista é responsável pela avaliação, encaminhamento, intervenção para estimulação e acompanhamento dos alunos com necessidades especiais, assim como é de sua responsabilidade a solicitação e organização de materiais pedagógicos e adaptados às necessidades do aluno, elaboração de atividades, orientação aos familiares e educadores.

Público alvo para atendimento Psicomotor

- Alunos que apresentam atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor

- Deficiência física
- Transtornos globais do desenvolvimento
- Transtornos de mobilidade
- Transtornos sensoriais (surdez, cegueira)

São atribuições do Psicomotricista:

- Avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor dos alunos encaminhados para atendimento.
- Encaminhar e orientar para avaliação especializada na área da saúde.
- Planejar e aplicar estratégias específicas para promover o desenvolvimento global do educando.
- Orientar a família para compreender e atender as necessidades da criança.
- Orientar os docentes para atender as necessidades do educando.

As medidas pedagógicas adotadas pelas escolas serão orientadas por especialistas da saúde e Psicomotricistas. São elas:

- Relatórios dos professores sobre o desenvolvimento e dificuldades do educando.
- Anamnese
- Avaliação individual especializada das habilidades e déficits, executada pelo Psicomotricista.
- Elaboração do Plano de Estimulação ou Plano Adaptado, com adaptações de materiais, estratégias, conteúdos e procedimentos.
- Elaboração de atividades e estratégias de estimulação e de ensino específicas para o educando.
- Portfólio, registros e seleção de atividades do educando para análise de seu desenvolvimento.
- Avaliação do desenvolvimento e planejamento da próxima etapa.
- Orientação aos educadores.
- Devolutiva para os pais sobre o desenvolvimento de seus filhos.

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

A avaliação e intervenção psicopedagógica têm como finalidade atender as crianças com distúrbios de aprendizagem, (Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia), inseridas nas escolas municipais de Bertogá.

Os alunos serão atendidos em intervenção individual ou pequenos grupos, com foco nas necessidades especiais de aprendizagem, avaliadas como distúrbios de aprendizagem por equipe multidisciplinar especializada.

O profissional psicopedagogo é responsável pela avaliação, encaminhamento, intervenção e acompanhamento dos alunos com distúrbios de aprendizagem, assim como é de sua responsabilidade a solicitação e organização de materiais pedagógicos e adaptados às necessidades do aluno, elaboração de atividades, orientação a familiares e educadores.

Público alvo para atendimento Psicopedagógico

- Alunos que apresentam laudo em distúrbios de aprendizagem.
Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia

São atribuições do Psicopedagogo Institucional:

- Avaliar o desenvolvimento dos alunos encaminhados para atendimento.
- Encaminhar e orientar para avaliação multidisciplinar especializada.
- Planejar e aplicar estratégias específicas para promover a aprendizagem do educando.
- Orientar a família para compreender e atender as necessidades da criança.
- Orientar os docentes para atender as necessidades educacionais do aluno.

As medidas pedagógicas adotadas pelas escolas serão orientadas pela equipe multidisciplinar especializada em distúrbios de aprendizagem e Psicopedagogos. São elas:

- Relatórios dos professores sobre o desenvolvimento e dificuldades de aprendizagem do educando.
- Anamnese
- Avaliação individual especializada das habilidades e déficits, executada pelo Psicopedagogo.
- Elaboração do Plano Adaptado ou Flexibilizado, com adaptações de materiais, estratégias, conteúdos e procedimentos.
- Elaboração de atividades e estratégias de ensino-aprendizagem específicas para o educando.
- Portfólio, registros e seleção de atividades do educando para análise de sua aprendizagem.
- Avaliação do desenvolvimento e planejamento da próxima etapa.
- Orientação aos educadores.
- Devolutiva para os pais sobre o desenvolvimento de seus filhos.

PROTOCOLO – SUPERVISOR DE ÁREA AEE

Os alunos com necessidades especiais das escolas municipais deverão ser atendidos em intervenção individual ou pequenos grupos, com foco na aprendizagem, pelas

professoras de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em sala de recursos multifuncional.

A supervisão deste trabalho será feita por uma equipe multidisciplinar composta por profissionais capacitados em diversas áreas, (psicólogos, psicomotricistas, psicopedagogos, fonoaudiólogos) que trabalharão na organização, orientação e supervisão do atendimento aos alunos com necessidades especiais executada pela equipe de Atendimento Educacional Especializado.

Público alvo para atendimento da Supervisão AEE

- Professores de AEE e Mediadores

São atribuições do Supervisor AEE:

- **Planejamento:** Auxiliar no levantamento da demanda, estruturação e organização dos atendimentos. Elaboração e verificação de protocolos de atendimento, distribuição da equipe na rede e articulação entre as secretarias e profissionais da unidade escolar.
- **Supervisão:** verificação da documentação oficial de atendimento ao aluno, estratégias de intervenção individual dos profissionais de AEE e mediadores, necessidade de atendimento individualizado, encaminhamento para avaliação especializada e matrícula no CEE, observação da qualidade do atendimento ao educando AEE na unidade escolar.
- **Orientação:** para professores da turma, equipe educativa e familiares, através de solicitação da direção por meio de memorando e agendamento prévio.
Orientação à equipe AEE e mediadores.
- **Acompanhamento:** atendimento de casos e encaminhamentos em situações onde haja a necessidade de intervenção da SE.

Rua Luiz Pereira de Campos, 901 – Vila Itapanhau – Bertioga/SP – CEP: 11250-000 – (13) 3319.8231
www.bertioga.sp.gov.br – karen.educa@bol.com.br - rowwhite.00@hotmail.com.br

Roteiro de relatório - Professores

ATENDIMENTO - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Relatar déficits e habilidades

- Memória
- Planeja para executar tarefas
- Organização

- Ritmo / tempo - execução das tarefas
- Impulsividade - reação
- Afetividade
- Iniciativa
- Flexibilidade, aceita modificações, orientações, sugestões, procura outras possibilidades de resolução.
- Persistência no alvo - tenta executar as atividades
- Lingüística – leitura, escrita, hipótese
- Lógico-matemática – quantificação, sistematização, compreensão de conceitos matemáticos, interpretação de desafios
- Espacial – noção espaço, forma
- Musical – ritmo, compreende o que escuta, gosto pela musicalidade, atenção, reprodução
- Interpessoal – socialização, amigos, família, autoridade
- Intrapessoal – aspectos individuais da personalidade, timidez, espontaneidade, reflexão, pensamento rígido, senso de justiça, atitudes egoístas, cooperativismo, individualismo, solidariedade, alegria, tristeza, etc...
- Corporal-sinestésica – coordenação, equilíbrio, agilidade, lateralidade, etc...
- Comportamento
- Comunicação
- Reações com atividades escolares
- Hipótese da causa do fracasso escolar
(motivacional, comportamental, emocional, psicológico, social, distúrbios de aprendizagem, **fisiológico, neurológico, psiquiátrico***)
- Observações relevantes.

KAREN KELLER
EDUCAÇÃO ESPECIAL

2. Cubatão



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Orientações E Instrumentais AEE/ 2015

Secretaria de Educação

SEDUC

Serviço de Educação Especial

SEE

Cubatão, 9 de Fevereiro de 2015

Senhores Educadores

O Serviço de Educação Especial do Município de Cubatão, vem através deste compilado, organizar a operacionalização do atendimento Educacional Especializado (AEE) o qual visa complementar ou suplementar a formação do aluno público alvo da educação especial, bem como disponibilizar serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

No intuito de colaborar com o Atendimento Educacional Especializado esperamos que as orientações e instrumentais possam fomentar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Município de Cubatão.

Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.

Paulo Freire.

Sandra Navarro
Ana Paula Jorge
Mari Angela Pierry

Serviço de Educação Especial
SEE



PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO
ESTADO DE SÃO PAULO
SERETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Projeto Cuidar Educar Incluindo.

Justificativa:

Considerando a Resolução nº 4 de 2 de Outubro de 2009, Art 4º para fins destas diretrizes, considera-se público Alvo da Educação Especial:

- I- Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.
- II- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou esteriotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação.
- III- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Considerando o Decreto 7611, de 17 de Novembro de 2011,

Art 1º

VI- Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social de acordo com a meta de inclusão.

O Serviço de Educação Especial resolve estabelecer novas diretrizes para o Projeto Cuidar Educar Incluindo.

Objetivos:

Maximizar o Plano de Trabalho do AEE (Atendimento Educacional Especializado) a fim de colaborar com a garantia do acesso e permanência do aluno com deficiência no âmbito escolar.

Disponibilizar ao aluno público alvo da Educação Especial dos segmentos, Infantil II, Fundamental I, Fundamental II e EJA, apoio às atividades sociais e acadêmicas, no que tange as atividades da vida prática e social (AVPs) como alimentação, higiene (troca de

fraldas/desfralde) locomoção, socialização entre outras ações que demandarem auxílio e apoio pedagógico.

Desenvolvimento:

O Projeto Cuidar Educar Incluindo será desenvolvido por professores da Rede Municipal de Cubatão dos segmentos Infantil I, Infantil II, Fundamenta I e II em virtude a natureza pedagógica do trabalho.

Poderão inscrever-se professores de qualquer área de atuação dos segmentos a cima citados, aceitando as competências da função e que lhes são conferidas, mediante às necessidades dos alunos atendidos.

Avaliação da necessidade do Projeto Cuidar Educar Incluindo:

Caberá aos seguintes profissionais da Unidade Escolar a avaliação da necessidade do professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo,

- Professor Especializado do AEE
- Orientador Pedagógico
- Coordenador pedagógico
- Diretor Educacional

O professor especializado da Unidade Escolar realizará a avaliação do aluno, através de estudo de caso.

Uma vez constatada a necessidade do aluno de um professor do Projeto Cuidar educar Incluindo, o caso será relatado à equipe escolar, a qual através de memorando e relatórios, solicitará ao Serviço de Educação Especial/ SEDUC o professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo.

Atribuições do Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo:

- o Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo, será designado para atendimento na Unidade Escolar, tendo suas funções organizadas, com o apoio do Professor Especializado da Unidade, de forma a atender todos os alunos que necessitarem desse apoio, devendo dedicar maior tempo de atendimento aqueles que as necessidades se sobreporem aos demais.
- o Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo deverá passar por um período de experiência de sessenta dias (60) dias, período este, que servirá para verificar sua adaptação ao atendimento. Em caso de não adaptação, o Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo, deverá comunicar o Professor Especializado da Unidade Escolar e aguardar a atribuição de um novo Professor para substituição, a fim de não causar prejuízo ao atendimento.
- o Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo, terá o compromisso da freqüência, devendo comunicar o Professor Especializado e a Equipe Gestora da Unidade Escolar em caso de falta.

O professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo que causar danos ao atendimento por recorrência de faltas, será desligado do Projeto, após segunda advertência do SEE. Na ausência do aluno atendido o Professor do Projeto Cuidar Educar, dará apoio a outro aluno que necessite de seu atendimento, cumprindo sua carga horária. O Professor do Projeto Cuidar Educar Incluindo, não atenderá a Unidade Escolar como Professor Substituto, pois descaracteriza as ações do Projeto.

SEE

Sandra Maria Navarro

Ana Paula Jorge

Mari Angela Pierry

3. Mongaguá



PROPOSTA DE A.E.E

Grupos de AEE funcionavam duas vezes na semana com quatro horas de duração semanal máxima. A Equipe do Departamento reconhece importância e acredita no trabalho do Atendimento Educacional Especializado como o meio mais eficaz para desenvolver a equidade nas escolas regulares, sendo assim o atendimento **mínimo** deverá ser de dez horas semanais por aluno, a menos que o mesmo possua impedimentos relacionados às atividades de convívio social, lazer e de atendimentos de saúde.

Existe uma história que foi construída em torno da dor da diferença: a criança que se sente não bem igual às outras, por alguma marca no seu corpo, na maneira de ser... Esta, eu bem sei, é estória para ser contada também para os pais. Eles também sentem a dor dentro dos olhos. Alguns dos diálogos foram tirados da vida real. Ela lida com algo que dói muito: não é a diferença, em si mesma, mas o ar de espanto que a criança percebe nos olhos dos outros [...] O medo dos olhos dos outros é sentimento universal. Todos gostaríamos de olhos mansos... A diferença não é resolvida de forma triunfante, como na estória do Patinho Feio. O que muda não é a diferença. São os olhos...

RUBEM ALVES, 1987

Este trecho tem o intuito de sensibilizar para as questões da Deficiência no AEE, que engloba os aspectos pedagógicos e as formas do aluno se relacionar com a própria deficiência.

Sugestão para 2015:

- ✓ Ampliar o atendimento educacional especializado em relação à carga horária ;
- ✓ Reorganizar os atendimentos focando a questão pedagógica no tocante às atividades de linguagem oral, linguagem escrita, atividade psicomotora e prioridade em realizar atividades que venham de encontro à prática pedagógica em sala de aula;
- ✓ Dar continuidade à formação de coordenadores com as temáticas propostas no Projeto Ed. Infantil 100% Inclusiva: Desenvolvimento Infantil: sensorio motor, pré operatório, operatório concreto e operatório abstrato – a importância de conhecer o como se aprende em da idade; Prática pedagógica nas diferentes etapas do desenvolvimento; Deficiência e a proposta pedagógica- eliminando barreiras e planejando para todos.
- ✓ As práticas pedagógicas devem se pautar: LDB 9394/96; DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO INFANTIL, DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, DIRETRIZES DA Educação Especial na Educação Básica. Estes documentos norteiam a prática pedagógica e auxilia ao professor de AEE a compreender o encadeamento dos conteúdos, a seqüência didática e permitem que o AEE realize atividades que estejam em consonância com as necessidades dos alunos na escola regular.
- ✓ O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL NÃO DEVE ESQUECER A INDISSOCIABILIDADE DO CUIDAR E EDUCAR;

- ✓ Promover atividades motivantes para ampliar o interesse do aluno pelo conhecimento formal;
- ✓ Reconhecer a importância da Aprendizagem significativa, segundo David Ausubel;
- ✓ Ampliar o olhar para as conquistas e incentivar a realização de atividades;
- ✓ Proporcionar a aprendizagem de conceitos e procedimentos, reforçando a construção do conhecimento e a retenção da informação;
- ✓ Desenvolver estratégias para o desenvolvimento da autonomia moral e intelectual, trazendo à tona a necessidade que ter a competência de aprender a aprender, afinal o aluno não estará na escola para sempre;
- ✓ Avaliação ; “realizada na sala de recursos multifuncionais, na sala de aula e na família visa recolher informações sobre o aluno considerando seis aspectos principais: desenvolvimento intelectual e funcionamento cognitivo; a expressão oral; o meio ambiente; as aprendizagens escolares; o desenvolvimento afetivo-social e as interações sociais; os comportamentos e atitudes em situação de aprendizagem e o desenvolvimento psicomotor. A partir das informações obtidas nos três ambientes de avaliação, o professor do AEE constrói o perfil do aluno, bem como identifica a natureza do problema que mobilizou o encaminhamento.”
- ✓ Os fascículos da Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva trazem orientações, sugestões e considerações essenciais para o AEE e as mesmas devem subsidiar o plano de ação.
- ✓ O AEE deve promover atividades pedagógicas desafiadoras motivadoras, levando em consideração as possibilidades de realização a possibilidade do aluno realizar, para não incorrer em situações em que o aluno só vivencie o fracasso, porque este com certeza ele já vivenciou em outras esferas da vida.
- ✓ As relações matemáticas devem ser apresentadas dentro de situações-problemas contextualizadas e com temática relacionada ao interesse dos alunos;

FORMA DE ORGANIZAÇÃO:

Segundas e quartas-feiras: duas horas privilegiando atividades que contemplem a LINGUAGEM ORAL (DE FATO) E ESCRITA em todas as disciplinas, priorizando as disciplinas que os alunos daquele grupo mais tenham dificuldades. As atividades adaptadas podem servir de modelo para sala regular.

Terças e quintas-feiras: relações matemáticas contextualizadas priorizando atividades relacionadas à vida prática, assim como os conteúdos pertinentes à sala regular.

Produção de materiais adaptados para suporte em sala de aula.

Sexta-feira: Dia da arte e da psicomotricidade: atividades relacionadas à arte, comunicação e expressão e teatro. Neste dia podem ser realizadas oficinas de arte, oficinas de jogos, brincadeiras, atividades como culinária (desde que as atividades vislumbrem a questão pedagógica de forma interdisciplinar).

Horários:

Os horários de atendimento devem contemplar o mínimo de duas horas diárias, a **menos que o aluno tenha algum impedimento a nível outros atendimentos**

As atividades lúdicas devem ser realizadas, desde que especificadas as competências a ser trabalhada, a importância da atividade para o desenvolvimento cognitivo do aluno e sua **EMINÊNCIA PEDAGÓGICA**. Os agrupamentos devem ser organizados pela professora fundamentados na avaliação e **POR ZONA DE DESENVOLVIMENTO PROXIMAL (Vigotsky) e cabe ao professor organizar o agrupamento em sala.**

ROTINA

- ✓ Elaboração de rotina diária que vislumbre conteúdos relacionados à identidade, autonomia, noção de tempo, espaço, realizados de forma lúdica;
- ✓ Estruturação da rotina DISCUTIDA E DEFINIDA junto com o grupo de alunos
- ✓ Elaboração de um contrato didático organizando o dia, para estimular a capacidade de se organizar.
- ✓ Fichas de comunicação podem ser auxiliares e a rotina deve permanecer afixada em sala de aula;
- ✓ Toda comunicação visual em sala deve contemplar mais do que a linguagem escrita.

Ambiente da sala de Atendimento Educacional Especializado

- ✓ Embora o Atendimento Educacional tenha características diferentes da sala regular no tocante ao olhar individualizado para o aluno, a salas de AEE também devem ser ambientes acolhedores, com características de um ambiente que promova o conhecimento nas diversas formas de linguagens;
- ✓ Como todo ambiente escolar, a sala deve ser alegre e acolhedora para motivar os alunos a estarem se sentindo bem acolhidos no ambiente.
- ✓ Exemplos de recursos que não podem faltar em sala de aula: alfabetos ilustrados , alfabeto Braille para as turmas onde haja baixa visão, calendários com dados referentes ao tempo e espaço, recursos para contagem , calendário comum (o aluno necessita conhecer, compreender e pensar sobre os dias e a rotina);
- ✓ Recursos que associem número numeral, ilustrações ou elaboração de cartazes junto aos alunos com conteúdos pertinentes ao que ele não consegue realizar em sala e que tenham significados para ele (aluno)
- ✓ PRODUÇÕES DOS ALUNOS.
- ✓ Valorizar a leitura e a escrita, independente da idade e do fato de estar alfabetizado ou não

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - Matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - Cronograma de atendimento aos alunos;

IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - Professores para o exercício do AEE;

VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE.

Resolução CNE/CEB n.4/2009

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;

- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares; Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.

4. Itanhaém



PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ITANHAÉM

2.015- 2.024

(VERSÃO PRELIMINAR)

CAPÍTULO V – EDUCAÇÃO INCLUSIVA

5.1. DIAGNÓSTICO

A Educação Especial e inclusiva vem sofrendo transformações. Ao longo de todo o processo de desenvolvimento, passou-se a entender sua importância dentro do contexto sócio-político, educacional, cultural e econômico no qual o educando e a



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

escola está inserida. Em face da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96, houve a necessidade de um estudo apurado sobre a modalidade nesta nova concepção legal.

Essa lei veio contribuir e transformar a Educação Especial, antigamente “segregadora”, oferecida apenas em Escolas Especializadas, uma vez que essa modalidade de Ensino ficava à parte e, hoje, devido à visão inclusivista, perpassa todos os segmentos do Sistema Educacional.

Em virtude dessa nova concepção, verificou-se a necessidade da criação de um currículo adaptado, em virtude das necessidades individuais dos alunos por conta da deficiência apresentada. Neste momento, o forte questionamento é a criação de formas de avaliação diferenciadas, sendo o enfoque, detectar as habilidades e capacidade dos educandos, com vista ao desenvolvimento pleno de competências, que fossem úteis para sua vida.

Com o surgimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais e as Adaptações Curriculares – Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais, elaborados pelo Ministério da Educação, consolidou-se os trabalhos já existentes no Município, provando que as ideias estavam coerentes com a Política de Educação Especial vigente.

A Educação Especial, conforme estabelecido no Capítulo V, artigos 58, 59 e 60 da LDBN, no município de Itanhaém é desenvolvida em classes especiais, no Projeto Lugar ao Sol e na rede regular de ensino.

As classes especiais (EEE) funcionam em duas escolas municipais comuns, totalizando quatro salas de atendimento na rede municipal. O Projeto Lugar ao Sol atende alunos da rede municipal de ensino no período do contraturno.

A partir de 2009 as salas de AEE (Atendimento Educacional Especializado) começaram a ser implantadas no município, totalizando, no ano de 2015, 12 polos de AEE com 24 salas, atendendo uma demanda de 435 alunos de educação inclusiva.

Quadro 1 – Demonstrativo do número de escolas que atendem a Educação Especial.

MODALIDADE	MUNICIPAL
Classes de Educação Especial	04
Escolas com alunos incluídos	40



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

Fonte: Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Itanhaém.

Quadro 2 – Número de matrículas no município ano a ano – Educação Especial – classes especiais e alunos incluídos.

EDUCAÇÃO ESPECIAL												
	2009		2010		2011		2012		2013		2014	
	E.F.	Infantil										
Municipal	140	57	170	4	294	20	50	329	363	42	348	33
Estadual	14	0	12	0	14	0	0	21	26	0	23	0
Particular	5	0	6	1	7	1	1	9	8	3	11	0
Total	159	57	188	5	315	21	51	363	397	45	382	33

Fonte: Censo Escolar

5.2. DA INCLUSÃO

O grande desafio do novo milênio baseia-se numa educação onde todos possam usufruir de um ensino de qualidade, com seriedade e respeito à diversidade humana e o acesso a todas as escolas, independente da necessidade educacional que possuam. Para sua consecução deve haver uma articulação entre os diversos setores de Governo e, sobretudo, o intercâmbio entre os níveis de ensino: Educação Infantil, Fundamental, Médio e Superior.

Em 2001, a Secretaria de Educação de Itanhaém, iniciou atendimento da demanda que era crescente de alunos com deficiência, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos, sendo considerados alguns princípios na elaboração e a valorização da diversidade humana, o direito de pertencer, celebração das diferenças, ter igual importância e a solidariedade à pessoa humana, princípios altamente fortificados na Declaração de Salamanca.

A Política Pública de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no Ensino Regular é mundial, tendo vários adeptos no mundo e garantida



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

pela Constituição Federal Brasileira, confirmada no Capítulo V, artigos 58, 59 e 60 da Lei nº 9394/96 que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, na Declaração de Salamanca (1994) e na Conferência Mundial de Educação para todos (1990) – Jomtien.

Para garantir o direito ao acesso, a permanência e o sucesso dos alunos com deficiência no Ensino Regular foi necessário adequar os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, considerando:

Adaptações Curriculares (Metodologias, conteúdos, avaliativos, e outros);

- Adaptações Arquitetônicas, Atitudinais (elementares e complexas);
- Adequações na organização escolar (equipamentos, materiais pedagógicos e didáticos, etc.);

• Capacitação dos Docentes e Corpo Técnico Pedagógico e Administrativo;

• Aquisição de equipamentos e transporte adaptado quando necessário (cadeira de rodas, carteiras adaptadas e outros);

- Contratação de Pessoal;
- Utilização de novas tecnologias em educação;
- Promoção de um ambiente favorável ao conhecimento e à novas aprendizagens, e;

- Reavaliação constante dos propostos durante todo o ano letivo.

A Educação Inclusiva abriu discussões sobre Cidades Inclusivas, onde todos os bens e serviços podem ser usufruídos de forma plena e segura pelo cidadão, independente de sua deficiência (física, mental, visual, motora, auditiva, múltiplas e/ou socioculturais).

Ao abrir as portas de todas as Escolas Municipais à Inclusão de alunos com deficiência, abrimos novos caminhos no sentido de defesa da vida plena em sociedade. Paralelo a este trabalho as adaptações nas escolas foram e ainda são realizadas, visto que são extremamente necessárias, garantindo a acessibilidade. O importante, que esta ideia que nasceu na Educação, motive a continuidade de trabalhos em torno de sensibilização, verificação e acompanhamentos em outros segmentos do Governo, reforçando e atendendo as legislações que garantem a quebra das barreiras arquitetônicas e atitudinais.



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

A preocupação da Educação Inclusiva vai além do ato educativo, partindo da realidade de seus ambientes escolares, para conscientizar o coletivo quanto à necessidade de acesso e trânsito de todos os indivíduos na comunidade, vencendo qualquer tipo de exclusão social sendo um projeto dinâmico onde todos possam dar sua contribuição.

5.3. DIRETRIZES

Em Itanhaém o atendimento educacional é bastante consistente e atende toda a demanda apresentada anualmente. O número de alunos tem aumentado crescentemente, principalmente quanto a inclusão no Sistema de Ensino Regular.

A Organização Mundial de Saúde (O.M.S.) prevê em torno de 10% o número de Pessoas Portadoras de Deficiência em relação a população mundial. No Município de Praia Grande este percentual é baseado no I.B.G.E , sendo de 12% sem idade específica, compondo 24.437 deficientes.

O Município está atendendo até o momento todos que procuram os serviços educacionais. Gradativamente os prédios de Ensino Municipal, estão sendo adaptados de acordo com critérios de acessibilidade, normas técnicas com sanitários para deficientes e rampa de acesso, além de corrimão e barra de proteção. Também estão previstas novas revitalizações, que estão ocorrendo nos antigos prédios escolares à adequação aos padrões técnicos exigidos pelo Município, pretendendo atingir a sua totalidade quanto à acessibilidade para todos.

Considerando a Diretriz Pedagógica de Inclusão temos, em 2015, 435 alunos com deficiência, matriculados nas Escolas Regulares com diversos tipos de deficiências.

A Política Pública Educacional, no momento nesta área indica o atendimento preferencialmente no Ensino Regular, e, quando necessário serviços de apoios especializados. Respeitando essa política o Município mantém além das Escolas Regulares, as Classes Especiais e as salas de AEE, que oferecem atendimento no contraturno.

Outra diretriz nesta política, é a capacitação constante de professores para atender a demanda das Classes Especiais e de Inclusão nas salas regulares para atender aos educandos com toda a qualidade merecida, por meio de encontros



Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

pontuais específicos na área de deficiência abertos à todas as Escolas da Rede Municipal.

A Política Educacional Especial Municipal avança no sentido de procurar novas possibilidades de Ensino, formas diferenciadas de avaliação e a percepção de que o ensino inclusivo proporciona aprendizagens significativas para o aluno com ou sem deficiência.

Enfim, este Plano Municipal de Educação vem consolidar todas as ações executadas e as intervenções necessárias no atendimento educacional no contexto especializado, para que possamos avançar ainda mais na qualidade da educação ofertada.

5.4. OBJETIVOS E METAS

Meta prevista no Plano Nacional de Educação -Lei 13.005 aprovada em 25 de junho de 2014.

- **Meta 4-** Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

1. Viabilizar o estabelecimento de padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais, em parceria com as Secretarias de Obras, Urbanização e Educação;

2. Fortalecer no município, parceria entre os setores da saúde e assistência social no atendimento ao aluno com deficiência em todos os segmentos atendidos;

3. Manter e garantir a qualidade do atendimento ao educando da educação inclusiva na Educação Infantil, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos e Ensino Especializado quando se fizer necessário;

4. Incentivar o atendimento em parceria com outras Secretarias (Atendimento Especializado de apoio psicopedagógico, em parceria com a Saúde e Serviço Social);

5. Disponibilizar, no Ensino Fundamental, Infantil, EJA e nas Escolas Especializadas, material didático, equipamentos especiais e suporte técnico especializado, para os professores e alunos de acordo com a necessidade;

6. Ampliar em até 5 anos, mediante Projeto Específico de "LIBRAS para todos" o Ensino da Língua Brasileira de Sinais para alunos surdos e comunidade escolar;

7. Assegurar mecanismos de controle, avaliação e mapeamento das escolas e educandos com deficiência, a fim de garantir padrões de qualidade no atendimento;

8. Proporcionar cursos e capacitações nas áreas do atendimento especializado aos professores da Rede Municipal, incluindo os professores das salas regulares.

9. Estabelecer parcerias para os serviços de apoio ao aluno com Deficiência, considerando:

- a) Transporte escolar, seguindo a análise de Equipe Técnica da área;
- b) Equipamentos técnicos;
- c) Materiais didáticos.

10. Assegurar a aquisição de equipamentos na área de Informática nos laboratórios atuais e nos futuros para os alunos com Paralisia Cerebral, Deficiência Auditiva, Deficiência Visual e de Baixa Visão;

11. Assegurar a aquisição de programas na área de Informática para os alunos com Deficiência como apoio ao ensino e aprendizagem;

12. Tomar disponíveis, por meio de parcerias, livros didáticos falados, em Braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão subnormal do ensino fundamental;

13. Garantir gradativamente, a partir da vigência do Plano Municipal de Educação, o transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção;

14. Implantar gradativamente, e atendendo a demanda, a partir do primeiro ano deste plano, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades nas áreas artística, intelectual e psicomotora;

15. Possibilitar o atendimento do interprete de LIBRAS para os alunos deficientes auditivos.

16. Implantar um fórum de educação inclusiva no município de Itanhaém.
17. Viabilizar a implantação de uma equipe multidisciplinar (Fonoaudiólogo, psicólogo, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social e fisioterapeuta) para subsidiar o trabalho das escolas com as famílias, nas adequações e elaboração de materiais.
18. Ampliar as atividades do Projeto "Lugar ao Sol", possibilitando novas parcerias e aprendizagens mais amplas para a vida em sociedade.
19. Garantir, anualmente, a aquisição ou reposição de materiais de apoio para a Inclusão.
20. Ampliar as salas de recursos para o AEE, de acordo com as orientações técnicas do MEC, visando atender sempre a demanda em mais regiões.
21. Incentivar periodicamente a participação dos professores em cursos de especialização em parceria com o MEC e a Universidade Aberta do Brasil (UAB);
22. Possibilitar cursos de capacitação em LIBRAS e BRAILLE aos professores e funcionários das escolas da rede municipal de ensino.
23. Promover e criar mecanismos para a articulação pedagógica entre o atendimento na rede regular educacional especializado e o ensino regular.
24. Normatizar as orientações sobre o Plano de Ação (Adequação curricular) para viabilizar os ajustes necessários para o desenvolvimento do aluno matriculado no ensino regular.
25. Ampliar, após estudos de demanda, o transporte escolar para dois turnos nas salas de AEE, quando se fizer necessário.
26. Estudar a possibilidade de um professor substituto por período para a inclusão, locado na Secretaria de Educação para substituições nas salas de inclusão e AEE e atividades de acompanhamento.
27. Possibilitar a construção de banheiros em salas de AEE caso e educação especial para aperfeiçoar o atendimento.

5. Peruíbe



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PERUIBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Rua: Francisco Moratori, nº 146 – Centro- Peruíbe- SP – CEP 11750-000

Fone (013)3453.7800 – Fax (013)3453.7800

ORIENTAÇÃO TÉCNICA INTERSETORIAL

Nº01/2012

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Atendimento Educacional Especializado será organizado em consonância com o artigo 3º e incisos I, II e III do artigo 4º da Resolução CNE nº 04/2009.

Art. 3º A Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

Art. 4º Para fins destas Diretrizes, considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

LISTA DE DEMANDA PRÉ- CONSTITUÍDA DE ALUNOS

Após dez dias do término do CAI do AEE do 3º bimestre do ano vigente a Direção da Escola que oferece o AEE deverá enviar lista da demanda pré-constituída de alunos para atendimento no ano letivo subsequente. O referido documento deverá ser encaminhado oficialmente, via memorando, ao Setor de Educação Inclusiva;

A ratificação da lista de demanda pré-constituída de alunos ocorrerá no CAI do 4º bimestre, de modo que os integrantes do Conselho poderão fazer alterações antes de validar a referida lista. A mesma deverá ser encaminhada ao Setor de Educação Inclusiva, até o quinto dia útil do mês de dezembro, via memorando.

MATRÍCULA NOVA

Para efetivação da matrícula a Escola de origem reunirá:

- Laudo do aluno;
- Ata do Conselho de Avaliação Interna (ordinária ou extraordinária) com assinatura de todos os membros bem como do responsável legal pelo aluno para solicitar a matrícula no Atendimento Educacional Especializado;
- Roteiro de observação do aluno, para formalizar a entrada no Setor de Educação Inclusiva (caso não haja).

A documentação deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação em três vias, através de memorando, aos cuidados do Setor de Educação Inclusiva;

O responsável pelo Setor de Educação Inclusiva ratificará ou não a documentação entregue, manifestando parecer sobre a matrícula do aluno no Atendimento Educacional Especializado e encaminhará ao Núcleo de Supervisão e Legislação;

O Núcleo de Supervisão e Legislação receberá a documentação, homologará ou não e retornará a documentação para o Setor de Educação Inclusiva;

O Setor de Educação Inclusiva ficará com uma via da documentação, encaminhará as outras duas vias, por memorando, para a Unidade Escolar de origem do aluno juntamente com o parecer do Setor de Educação Inclusiva e do Núcleo de Supervisão e Legislação;

A Escola de origem ficará com uma via homologada da documentação recebida para arquivar no prontuário do aluno e encaminhará a terceira via, por memorando, para realizar a matrícula na escola que oferecerá o Atendimento Educacional Especializado;

A Escola de origem fará a interlocução da matrícula do aluno no Atendimento Educacional Especializado com a escola que oferece o serviço, orientando a família quanto à documentação necessária e agendamento (Anexo de encaminhamento);

A escola que oferece o AEE efetivará a matrícula na ficha cadastral do aluno, abrindo novo prontuário e realizará a avaliação na família (Anexo II);

A escola que oferece o Atendimento Educacional Especializado, após a efetivação da nova matrícula, encaminhará os dados do aluno para a Central de Vagas que inserirá a matrícula do mesmo ao Sistema de Cadastro "Gestão de Dinâmica de Administração Escolar" (GDAE).

REMATRÍCULA

As famílias dos alunos que já fazem parte do Quadro Escolar das escolas que possuem o Atendimento Educacional Especializado serão convocadas ao final do ano para efetivação da matrícula pela própria escola.

HOMOLOGAÇÃO DE MATRÍCULA/ REMATRÍCULA

A relação nominal de alunos para homologação de matrícula e matrícula deverá ser enviada até o dia 10 março do ano letivo vigente, via memorando, para Setor de Educação Inclusiva.

TRANSFERÊNCIA DE ALUNO QUE FREQUENTA O AEE

A escola de origem que emitir declaração de transferência deverá enviar cópia da documentação do aluno à escola de destino;

Caso não haja conhecimento da escola de destino, a documentação deverá ser encaminhada apenas se a mesma solicitar;

Na declaração de transferência deverá constar que o aluno é matriculado no Atendimento Educacional Especializado.

MATRÍCULA SUPLEMENTAR

Ao receber um aluno que frequenta o Atendimento Educacional Especializado, sem sua documentação, esta deverá ser solicitada à secretaria da escola da qual se recebeu a transferência.

DESLIGAMENTO

Para efetivar o desligamento do aluno de AEE, é necessário que o Conselho de Avaliação Interna da Escola de origem, com a presença do Supervisor de Ensino da escola, do representante do Setor de Educação Inclusiva, do professor de AEE e ainda com a presença, ciência e concordância do responsável legal pelo aluno, manifeste em ata a indicativa devidamente justificada;

A documentação/ata deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação em três vias, através de memorando, aos cuidados do Setor de Educação Inclusiva;

O responsável pelo Setor de Educação Inclusiva ratificará ou não a documentação entregue, manifestando parecer sobre o desligamento do aluno no Atendimento Educacional Especializado e encaminhará ao Núcleo de Supervisão e Legislação;

O Núcleo de Supervisão e Legislação receberá, homologará ou não e retomará a documentação para o Setor de Educação Inclusiva para providências.

TRANSIÇÃO SUAVE

No início de cada ano letivo, a Equipe Gestora da Escola que possui o AEE deverá notificar por escrito a Escola de origem quanto ao direito do aluno ao serviço de Atendimento Educacional Especializado.

HISTÓRICO

Quando houver transferência de aluno ou término de ciclo no Ensino Fundamental, deverá constar no campo das observações do histórico que este frequenta ou frequentou o Atendimento Educacional Especializado e possui Adequação Curricular (ex.: o aluno em referência possui indicativa para Atendimento Educacional Especializado em sala multifuncional de acordo com artigo 5º da Resolução CNE nº 04 - 02/10/2009).

MENÇÃO

A menção do aluno de Ensino Fundamental será atribuída com base na Adequação Curricular do mesmo e será expressa na ficha individual do aluno;

Anexo à ficha individual do aluno, deverá constar o Relatório Descritivo (Anexo I).

Regimento Comum das Escolas Municipais da Estância Balneária de Peruíbe

Artigo 71 – As sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas em conceitos refletindo os avanços dos alunos e serão registrados em menções, nas seguintes conformidades:

Conceitos	Menções	Definição operacional
<i>Desempenho Excelente</i>	DE	<i>A produção escolar do aluno demonstra superar as competências, habilidades e atitudes definidas no Plano de Trabalho Docente.</i>
<i>Desempenho Satisfatório</i>	DS	<i>A produção escolar do aluno demonstra as competências, habilidades e atitudes definidas no Plano de Trabalho Docente.</i>

<i>Desempenho Parcial</i>	DP	<i>A produção escolar do aluno demonstra parcialmente as competências, habilidades e atitudes definidas no Plano de Trabalho Docente.</i>
<i>Desempenho Insatisfatório</i>	DI	<i>A produção escolar do aluno não apresenta as competências, habilidades e atitudes previstas no Plano de Trabalho Docente.</i>

Parágrafo 2º - Para os alunos com necessidades educacionais especiais as sínteses bimestrais dos resultados da avaliação do aproveitamento serão expressas prioritariamente em relatórios individuais compondo um parecer descritivo que refletirá os avanços dos alunos.

Parágrafo 3º - Nos casos de transferência o Relatório individual do aluno deverá acompanhar o Histórico Escolar devendo conter a síntese da avaliação, elaborada em conjunto pelo Professor, Coordenador Pedagógico e Diretor da Unidade Escolar.

TRANSPORTE

A Equipe de Gestão da escola que oferece o Atendimento Educacional Especializado, após efetuar a matrícula do aluno e verificar a necessidade de transporte para realização do atendimento, enviará memorando para o Setor de Transporte da Secretaria Municipal de Educação para efetivar a solicitação.

ATRIBUIÇÃO DO PROFESSOR DE AEE

Anualmente, no processo de atribuição de aulas/ classes e Unidades Escolares ao professor de AEE poderá ser atribuída a condição de itinerância;

O quadro de agrupamento de alunos deverá corresponder à carga horária atribuída anualmente no processo de atribuição de aulas com objetivo de atender a demanda de alunos;

A distribuição da jornada do professor nas escolas atribuídas deverá ser expressa em **Quadro de Atendimento** específico, elaborado pelo professor de AEE, com apoio da equipe gestora, tendo como referência o modelo encaminhado pelo Setor de Educação Inclusiva (SEI);

A direção da escola em que o professor de Atendimento Educacional Especializado realiza itinerância deverá informar, por escrito, o Quadro de Atendimento do mesmo para a sua escola sede;

A escola sede do professor de AEE que realiza itinerância organizará Quadro de Atendimento único;

O Quadro de Atendimento deverá ser protocolado, via memorando e dirigido ao Setor de Educação Inclusiva, pela Escola sede. O documento passará pela análise do responsável do respectivo pólo, validado pelo responsável do SEI e homologado pelo Supervisor de Ensino da Unidade Escolar.

HORÁRIO DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO DO PROFESSOR DE AEE (HTPC)

O professor de AEE realizará o HTPC em sua escola sede, determinada no processo de atribuição de aulas/ classe e Unidade Escolar;

Quando a Escola de origem / itinerância dos alunos matriculados no AEE observar a necessidade da presença do professor no HTPC, o diretor deverá solicitar a presença do mesmo, via memorando, à escola que oferece o Atendimento Educacional Especializado.

REUNIÃO PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE AEE

Bimestralmente, será realizada Reunião Pedagógica com os professores de AEE juntamente com o Setor de Educação Inclusiva.

CONSELHO DE AVALIAÇÃO INTERNA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

As datas de todos os Conselhos de Avaliação Interna do AEE previstas no calendário escolar deverão ser comunicadas pela escola que oferece o referido atendimento, via memorando, ao Núcleo de Supervisão e Legislação, ao Setor de Educação Inclusiva e às escolas de proveniência dos alunos, para que se garanta a participação dos respectivos representantes;

Para o Conselho de Avaliação Interna do Atendimento Educacional Especializado deverá ser apresentado pelo professor:

- Síntese Geral da Classe;
- Portfólio e Atividades desenvolvidas pelos alunos devidamente organizadas;
- Anexo IV: Ficha de acompanhamento bimestral do aluno;
- Anexo V.
- Diário de classe.

DIÁRIO DE CLASSE DO AEE

Será elaborado um Diário de Classe para cada professor de AEE de cada Unidade Escolar, o qual deverá ficar arquivado na respectiva Unidade de atuação.

Orientação para preenchimento:

Campo / quadro 4: nome dos alunos

- a) Registrar os nomes dos alunos de acordo com a relação fornecida pela Secretaria da Escola. Os nomes deverão ser lançados seguidamente, não deixando nenhum espaço em branco entre eles. Ao lado do registro de cada nome completo deverá constar a identificação do agrupamento do aluno utilizando-se letras. Exemplo:

Mariana Costa – A

Nair Alves – A

Wagner Ribeiro – A

João Santana – B

Karoline da Silva – B

- b) O lançamento e cancelamento do nome na relação de alunos somente serão feitos após comunicação da Secretaria da Escola.
- c) Em caso de matrícula suplementar, deverá ocorrer o lançamento do registro obedecendo-se a sequência numérica da chamada.

Campo/ quadro 5: frequência dos alunos

a) Registrar as presenças e ausências dos alunos conforme previsão dos dias de atendimento na semana (Ex.: o grupo "A" - 2ª e 4ª feiras - deverá apresentar seus registros de controle de frequência, apenas nos dias de atendimento previstos no mês). Para outros agrupamentos atendidos em outros dias da semana, segue-se a mesma regra de registro

b) No campo das observações do quadro 5, deverá conter a informação identificando os respectivos agrupamentos, bem como os dias da semana em que são atendidos

PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O Plano de Atendimento Educacional Especializado será elaborado em consonância com o artigo 9º e inciso IV do artigo 10 da Resolução CNE nº 04/2009.

Artigo 9º “A elaboração e execução do Plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.”

Artigo 10 “O projeto Pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I- (...)

II- (...)

III- (...)

IV- Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas do aluno, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V- (...)

VI- (...)

VII- (...)

Seguindo as indicativas do Manual de Orientação: Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais (MEC- Secretaria de Educação Especial) as atribuições do professor de AEE contemplam:

- *Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do aluno;*
- *Definição do cronograma e das atividades do atendimento do aluno;*
- *Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;*
- *Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;*
- *Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e ambientes escolares;*
- *Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;*

- *Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre os recursos utilizados pelo aluno;*
- *Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras.*

O plano de Atendimento Educacional Especializado deverá conter:

Anexo I: Relatório Descritivo do Aluno - realizado pelo professor de classe regular.

O Relatório Descritivo do Aluno realizado pelo professor da classe regular após o diagnóstico inicial e ao término de cada bimestre consubstanciará o processo avaliativo.

As "informações do educando" contidas no item "1" serão necessárias apenas no relatório descritivo do diagnóstico inicial. As demais informações serão mantidas em todos os bimestres.

Deverão ser providenciadas duas cópias do Relatório Descritivo do Aluno:

- Uma cópia para nortear a avaliação bimestral da Adequação Curricular e posteriormente ser arquivada no prontuário do aluno da Escola de origem;
- Uma cópia para encaminhar ao professor de Atendimento Educacional Especializado para nortear o desenvolvimento do Plano do aluno e posteriormente ser arquivado no prontuário do aluno na escola que oferece o AEE.

O Relatório Descritivo do aluno deverá ser enviado ao professor de AEE antes do CAI do Atendimento Educacional Especializado, cabendo ao Coordenador Pedagógico da Escola de origem monitorar esta ação, seguindo o cronograma dos Conselhos previamente encaminhados.

Orientações gerais para a elaboração do Relatório Descritivo (Anexo I) dos alunos que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

1) Informações do Educando:

- 1.1- Meio familiar (informações e cuidados para com a criança por parte da família em relação ao cotidiano escolar);
- 1.2- História do aluno na classe/ escola (ex.: frequência, participação, preferências e convívio social).

2) Potencialidades e dificuldades observadas ao longo do bimestre:

- 2.1 - Desenvolvimento Psicomotor;
- 2.2 - Comunicação;
- 2.3 - Desenvolvimento cognitivo;
- 2.4 - Interação Social e Afetividade;
- 2.5 - Aprendizagem no cotidiano escolar.

3) Questões arquitetônicas e de acessibilidade:

- 3.1 - Material pedagógico e mobiliário escolar de acessibilidade que o aluno necessita e os que já utiliza;
- 3.2 - Avaliação dos recursos de acessibilidade no ambiente escolar;
- 3.3 - Reflexão sobre a aplicação das indicativas de questões arquitetônicas e de acessibilidade realizadas pelo professor da sala multifuncional (AEE) do bimestre anterior.

4) Observações Gerais e Informações Complementares:

- 4.1 - Quais as preocupações em relação ao aluno;
- 4.2 - Quais os apoios sugeridos para o aluno atingir os objetivos educacionais definidos para sua turma;
- 4.3 - Quais as expectativas escolares para o aluno.

Anexo II: Avaliação na família - realizada pelo professor de AEE, com apoio da Equipe de Gestão da escola que possui o atendimento, prioritariamente no ato da matrícula.

Orientações gerais para realização da Avaliação na Família (Anexo II) dos alunos que fazem parte do Atendimento Educacional Especializado (AEE)

“O professor do AEE poderá obter junto à família informações a respeito do aluno, sobre o seu desempenho nas atividades domiciliares, bem como sua relação com o ensino e com os conteúdos escolares.

É importante que o professor do AEE compreenda como o aluno se comporta em casa do ponto de vista da comunicação e da interação com os familiares, em que situações ele manifesta atitudes de autonomia e de dependência e como a família se relaciona com ele, ou seja, se há manifestação de superproteção ou de abandono.

O contato com a família é fundamental, para que se possa conhecer o comportamento do aluno no ambiente familiar, quais suas preferências, como ele se relaciona com os familiares, o que gosta de fazer durante os momentos livres e quais as expectativas da família em relação ao aluno na escola e fora dela.

Com base nas observações, o professor do AEE será capaz de construir um perfil do aluno, identificando as potencialidades e dificuldades dele e dos demais atores envolvidos com esse aluno nestes três ambientes: sala de aula comum, sala de recurso multifuncional e ambiente familiar”.

(Texto extraído do livro: “A Educação Especial na perspectiva da inclusão escolar”- fascículo 2- página 14)

Anexo III: Diagnóstico do aluno - realizado pelo professor de AEE.

Para realização do Diagnóstico do aluno a ser elaborado pelo professor de Atendimento Educacional Especializado, será necessário que o mesmo tenha em mãos o Relatório Descritivo do Aluno (Anexo I) elaborado pelo professor de classe regular e a Avaliação na Família, realizada pelo próprio professor de AEE, com apoio da Equipe de Gestão.

Anexo IV: Ficha de acompanhamento bimestral do aluno - realizada pelo professor de AEE.

Ao término do Conselho de Avaliação Interna do Atendimento Educacional Especializado deverão ser providenciadas três cópias da ficha de acompanhamento bimestral do aluno assinada por todos os membros do CAI e ficarão arquivadas:

- uma cópia no prontuário do aluno da escola que oferece o Atendimento Educacional Especializado,
- uma cópia no prontuário do aluno da escola de origem, enviada por memorando;
- uma cópia no prontuário do aluno no Setor de Educação Inclusiva, enviada por memorando.

O anexo IV deverá ser enviado para a Escola de Origem impreterivelmente, antes do CAI da classe regular.

Anexo V: Ficha de Atendimentos do professor de AEE

Sempre que o professor de Atendimento Educacional Especializado realizar atendimento ao professor de ensino regular, aos familiares e a equipe escolar, deverá registrar as orientações e propostas no Anexo V.

ADEQUAÇÃO CURRICULAR

"(...) a adequação curricular ora proposta procura subsidiar a prática docente propondo alterações a serem desencadeadas na definição dos objetivos, no tratamento e desenvolvimento dos conteúdos, no transcorrer de todo processo avaliativo, na temporalidade e na organização do trabalho didático-pedagógico no intuito de favorecer a aprendizagem do aluno."

(Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares- MEC)

A responsabilidade pelo processo da Adequação Curricular deverá ser compartilhada.

Para a elaboração deste documento será necessária a participação do Coordenador Pedagógico da Unidade Escolar, do professor da classe do ensino regular (com o plano de ensino e sequências de atividades bimestrais em mãos, justificando a necessidade da construção do documento) e do professor de AEE com indicativas para que a adequação atenda as especificidades do aluno apontando situações e propostas visando o desenvolvimento potencial do educando.

Espera-se que todos os envolvidos tenham clareza de quais objetivos, conteúdos, metodologias/estratégias e avaliação precisam ser adequados, considerando as necessidades educacionais que se pretende atender, as quais só podem ser conhecidas pela **observação, avaliação do aluno no contexto escolar e relato do contexto familiar**.

Para o trabalho de formulação das Adequações Curriculares os professores deverão ter como referência a situação do aluno, o conhecimento de quais são as potencialidades e dificuldades nas diferentes áreas curriculares, quais são suas necessidades educativas e expectativas familiares perante o processo de escolarização do educando.

As avaliações diagnósticas nortearão todo o trabalho da formulação e implementação da adequação curricular.

“Sabe-se que cada aluno tem:

Sua história de vida, a qual pode ser reveladora para justificar o processo de aprendizagem apresentado;

Sua própria história de aprendizagem anterior, com diferentes experiências;

Características pessoais em seu modo de aprender.

Enfim, cada um é diferente do outro, tanto em termos de suas características físicas, sociais, culturais, como de seu funcionamento intelectual.

Sabemos também que não há aprendizagem se não houver um ensino eficiente”.

(Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- MEC)

ORIENTAÇÕES GERAIS PARA A CONSTRUÇÃO DA ADEQUAÇÃO CURRICULAR

Todos os alunos de AEE deverão contar com o apoio da Adequação Curricular;

Todos os campos da Adequação Curricular deverão ser preenchidos. O campo que não for preenchido deverá ser anulado;

O nome do responsável que forneceu os dados da PRODESP deverá constar na Adequação Curricular;

A Adequação Curricular deverá ser encaminhada em duas vias para o Setor de Educação Inclusiva, que efetuará o parecer em relação à deficiência do aluno e indicações do AEE;

O Setor de Educação Inclusiva encaminhará as duas vias para o Supervisor de Ensino responsável pela escola para homologação;

A Adequação Curricular deverá ser construída após a realização da avaliação diagnóstica inicial;

O conhecimento e as experiências do professor e dos alunos deverão ser considerados para apresentação das propostas pedagógicas;

O tempo da Adequação Curricular será bimestral, no entanto a sua homologação ocorrerá anualmente;

A Adequação Curricular deverá ser encaminhada pela escola de origem do aluno, via memorando, até dez dias após o CAI do terceiro bimestre do ano letivo vigente para o Setor de Educação Inclusiva;

O Setor de Educação Inclusiva emitirá parecer e encaminhará ao Núcleo de Supervisão e Legislação para sua homologação;

Caso a Adequação Curricular não contemple alguma área de conhecimento, deverá ser registrado que será seguido o currículo da classe regular;

A Adequação Curricular de 1º ao 5º ano deverá expressar corresponsabilidade de todos os envolvidos no processo, no entanto o professor de educação básica I, o professor de Educação Física e o professor de Arte deverão registrar suas adequações;

A Adequação Curricular de 6º ao 9º ano deverá expressar corresponsabilidade de todos os envolvidos no processo, no entanto o professor de cada área deverá registrar suas adequações;

Todas as informações de conteúdos e objetivos deverão se basear no PCN e RCNEI;

A seleção de conteúdos e objetivos serão responsabilidade da equipe gestora e do professor da classe regular;

As estratégias/ metodologia deverão refletir a articulação entre o Coordenador Pedagógico, o professor da classe regular e do professor de AEE;

Deverá ser garantida a coerência entre conteúdo, objetivo, estratégia e avaliação;

Deverá ser observada a necessidade de Adequação Curricular da oralidade e da leitura, além da escrita;

No campo de identificação do aluno não deve constar o CID e outras informações que exponha a intimidade do aluno. Deverá constar: "O aluno em referência possui indicativa para Atendimento Educacional Especializado em sala multifuncional de acordo com o artigo 4º da Resolução CNE nº 04/2009";

O parecer da direção da escola deverá conter caráter legal;

Sugestão: Considerando as incumbências desta Unidade Escolar estabelecida junto ao artigo 100 do Regimento Comum das Escolas Municipais da Estância Balneária de Peruíbe. Considerando a previsão e a necessidade de se efetivar Adequações Curriculares conforme estabelece o Inciso II do artigo 101 do Regimento Comum das Escolas Municipais da Estância Balneária de Peruíbe. Considerando, ainda, o cumprimento do protocolo de matrícula do aluno em referência junto ao Atendimento Educacional Especializado, manifesto-me favorável às Adequações Curriculares estabelecidas neste documento e encaminhado para homologação.

No parecer do Coordenador Pedagógico deverá constar as condições diagnósticas do aluno, assim como considerações pedagógicas;

Sugestão: Considerando que cabe aos diferentes atores da Unidade Escolar promover respostas educativas envolvendo graduais e progressivas adequações no currículo, sendo o mesmo um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação e reflexão. Considerando que a ação pedagógica deve atender a todos os educandos e, dentre estes, os que apresentam necessidades educacionais especiais e ou dificuldades acentuadas no processo ensino aprendizagem. Considerando que o presente processo de Adequação Curricular foi precedido de uma criteriosa avaliação da Equipe Escolar, de modo que se fundamentou na busca da identidade própria do educando, no reconhecimento e na valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, manifesto-me favorável ao presente documento.

As assinaturas de todos os envolvidos no processo de construção da Adequação Curricular deverão constar no documento, bem como a ciência do responsável legal pelo aluno;

Quando houver necessidade de realizar horário diferenciado para o aluno deverá ser solicitada a autorização do Núcleo de Supervisão e Legislação e do Setor de Educação Inclusiva. Caso autorizado, a informação deverá constar na Adequação Curricular.

ESTAGIÁRIOS

Os professores/ agente de desenvolvimento infanto-juvenil (ADIJ) dos alunos que possuem laudo, poderão contar com o auxílio de estagiário da Educação Inclusiva. Para tanto a Direção da Unidade Escolar deverá manifestar a necessidade, via memorando, para o Setor de Educação Inclusiva, justificando a presença do mesmo em tempo integral, em horário parcial ou através de rotina alternativa;

A presença do estagiário comporá apoio ao trabalho realizado pelo professor da classe regular e pelo ADIJ, não justificando a atuação individual e destituída do caráter coletivo da classe;

Atendida a solicitação a SME encaminhará estagiário o qual desempenhará as funções abaixo descritas:

FUNÇÕES DO ESTAGIÁRIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O Estagiário DEVERÁ acompanhar o trabalho em classe e em outros ambientes da escola quando especificado, a fim de auxiliar o aprendizado e a permanência de **TODOS OS ALUNOS** com deficiência, atendendo as necessidades específicas dos alunos de cada Unidade Escolar com orientação e supervisão direta do Professor, Coordenador Pedagógico, Diretor e Responsável pelo Polo – SEI (Setor de Educação Inclusiva) diante das funções atribuídas.

Função Geral:

Auxiliar o professor de classe regular com prioridade de atenção aos alunos com deficiência, apoiando-os nas atividades de aprendizagem, alimentação, higiene e locomoção, utilizando os recursos indicados, planejados e criados diante de cada caso. Sendo assim, são funções específicas do estagiário:

- 1- Seguir as orientações e indicativas diárias do professor da classe regular, executando as ações planejadas para o aluno com deficiência, as quais são de competência pedagógica do professor;
- 2- Realizar seu trabalho baseado nos recursos de acessibilidade e nas estratégias asseguradas pelo professor, considerando as especificidades apresentadas pelo aluno, no atendimento ao mesmo, apoiando-se no registro das ações;
- 3- Ter atenção prioritária quanto ao "bem estar" do aluno no que tange ao CUIDAR, seguindo as orientações da família, as quais devem ser informadas sistematicamente à escola;
- 4- Ter iniciativa diária quanto ao atendimento ao aluno com deficiência, à equipe escolar e às famílias, suprimindo as necessidades básicas com empenho e comprometimento;
- 5- Cumprir com a frequência e horários de atuação diários definidos na U.E., estabelecendo uma relação de harmonia com **TODOS**, na efetivação de suas tarefas, estabelecidas com regularidade e/ou flexibilidade pelas autoridades pedagógicas da escola;
- 6- Participar dos Encontros de Formação periódicos com o Setor de Educação Inclusiva a fim de aprimorar os conhecimentos sobre temas referentes às deficiências e áreas da Educação Especial, cabendo justificativa, por escrito, à direção da Unidade Escolar quando ocorrer ausência.
- 7- Discutir sobre as funções exercidas, prevendo apresentações e relatos de experiência sempre que solicitado,
- 8- Fazer semanalmente o registro das atividades realizadas com os alunos em caderno ou formulário próprio.

Consideração: Esgotadas as possibilidades de orientação ao estagiário, havendo reincidência do não cumprimento das funções a ele atribuídas, a direção da Unidade Escolar deverá manifestar, por memorando, relatório que justifique a disponibilização do mesmo ao Setor de Educação Inclusiva. Caberá ao SEI tomar as providências cabíveis a cada caso.

ROTEIRO DESCRITIVO DE OBSERVAÇÃO DO ALUNO

O professor compartilhará o motivo de preocupação principal em relação ao aluno com a Equipe Escolar, a qual verificará a real necessidade de Encaminhamento do mesmo ao Setor de Educação Inclusiva (SEI) e receberá orientações que contribuirão com o desenvolvimento do educando;

Para o encaminhamento do Roteiro Descritivo de Observação do Aluno, é necessário que haja no mínimo um bimestre para desenvolvimento da avaliação diagnóstica.

Verificada a necessidade de Encaminhamento do aluno ao SEI, a Equipe de Gestão convocará o responsável legal pelo aluno para compartilhar o motivo de preocupação, ressaltar a necessidade de diagnóstico apurado, levantar informações sobre o aluno que nortearão o preenchimento do Relatório Descritivo de Observação, levantar as expectativas da família perante o processo educacional e receber informações que contribuirão com o desenvolvimento do educando;

O professor, com apoio da Equipe Gestora, preencherá o Roteiro Descritivo de Observação do aluno para Encaminhamento ao Setor de Educação Inclusiva com base nas informações contidas na ficha de matrícula do aluno, na entrevista com o responsável, na avaliação feita pelo professor frente às diversas situações escolares e as características do aluno de sociabilidade e afetividade no ambiente escolar, nas conclusões e considerações internas e externas do Professor e do Conselho de Avaliação Interna e, nas indicações para a família;

O Coordenador Pedagógico registrará observações validando o encaminhamento perante o comportamento observado e o desenvolvimento do educando;

Todos os campos do Roteiro Descritivo de Observação do Aluno deverão ser preenchidos;

O Roteiro Descritivo de Observação do Aluno deverá conter a assinatura de todos os envolvidos neste processo e a data de conclusão do preenchimento;

A Equipe Escolar convocará a família para assinar ciência e **concordância** sobre o conteúdo do Roteiro Descritivo de Observação do aluno;

O Roteiro será encaminhado pela Equipe Gestora, via memorando, ao Setor de Educação Inclusiva aos cuidados do Assistente Técnico Educacional responsável pela Unidade Escolar;

O Assistente Técnico Educacional responsável pela Unidade Escolar fará a leitura do Roteiro Descritivo de Observação do Aluno, fazendo as indicativas complementares quando houver a necessidade, retornando à U.E para a complementação indicada;

Uma cópia do Roteiro de Observação ,validado pelo SEI, ficará arquivada na Unidade Escolar, no prontuário do aluno, para eventual consulta;

Efetuada a entrada do Roteiro no SEI, o Assistente Técnico Educacional responsável pela Unidade Escolar agendará visita à Escola para observações e devolutiva contendo indicativas e possíveis procedimentos a serem adotados;

Após a devolutiva do Roteiro de Observação à Unidade Escolar, o Assistente Técnico Educacional/ SEI solicitará para a Unidade Escolar agendamento junto a família do aluno para informar sobre os atendimentos possíveis e apresentar o termo de responsabilidade relacionado ao acompanhamento dos encaminhamentos que se fizerem necessários para promover o desenvolvimento do educando;

Sempre que houver atendimento/ consulta para um aluno o Assistente Técnico Educacional responsável pela Unidade Escolar enviará à Escola documento de "Convocação aos responsáveis" para que sejam informados sobre o especialista, o local, a data e horário da consulta do aluno;

A Unidade Escolar e o Assistente Técnico Educacional serão responsáveis pelo monitoramento do comparecimento do aluno aos atendimentos oferecidos.

Peruíbe, 11 de maio de 2012

Setor de Educação
Inclusiva

Núcleo de Supervisão
e Legislação

Núcleo de Coordenação
Pedagógica

Elisa Garcia
Secretária de Educação

Bibliografia

Parâmetros Curriculares Nacionais Adaptações Curriculares- Brasília. MEC/SEF/SEESP, 1997;

Manual de Orientação: Programa de Implementação de Sala de Recursos Multifuncionais- Brasília. MEC/SEF/SEESP, 2010;

Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola- Adaptações Curriculares de Grande Porte- Brasília. MEC/SEF/SEESP, 2000;

Regimento Comum das Escolas Municipais de Perúibe;

Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009;

6. Praia Grande



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE
Estado de São Paulo



A **Secretaria de Educação** preconiza o atendimento do aluno com **Deficiência na Perspectiva Inclusiva**, conforme o **Decreto nº 7.612 de 17/11/11 - Institui o Plano Nacional de Diretrizes da Pessoa com Deficiência - Plano viver sem limites.**

Ações/Projetos:

- Matrícula de todos os alunos com deficiência na **Educação Infantil, Fundamental e Educação Jovens e Adultos** na Escola mais próxima de sua residência.
- Envio de materiais bibliográficos sobre as deficiências, para conhecimento e consulta dos professores nas Unidades Escolares.
- **32 Salas de Recursos Multifuncionais - Atendimento Educacional Especializado (AEE)** para os alunos com deficiência. Sendo **02 Salas** específicas para o atendimento do aluno com **Deficiência Visual** e **02 Salas** para aluno **Deficiência Auditiva/Surdez**.
- Os alunos com **Deficiência Auditiva** são atendidos em Polos: **Infantil (1); Fundamental I (2) e Fundamental II (1).**
- Transporte para os alunos para as Escolas Polos.
- Sala de **Língua Portuguesa em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais)** para alunos com **Deficiência Auditiva/Surdez**.
- **Curso de LIBRAS on-line** no www.cidadaopg.sp.gov.br.
- Reunião com a **Equipe da Saúde e APAE**, para discussão dos casos.
- **Mobiliários; Equipamentos e Materiais Pedagógicos** para os alunos com deficiência nas Unidades Escolares.
 - **Atendentes de Educação** para **Higiene, Alimentação e Locomoção** dos alunos com deficiência que necessitam, mediante discussão do caso.
 - Plano de atendimento, individual, ao aluno com deficiência.
 - Redução de números de alunos por sala, quando há aluno com deficiência, no máximo **02** alunos por sala, exceto, no caso do aluno com **Deficiência Auditiva/Surdez e/ou Visual**.
 - **Encontro de Educação Inclusiva** para apresentação dos trabalhos realizados pelos professores com os alunos com deficiência.
 - Capacitação aos **Assistentes Técnicos Pedagógicos; Equipe Escolar e Professores** com os temas: **Deficiência Intelectual, Auditiva, Visual, Física, Múltiplas e Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e/ou Transtorno de Espectro Autista (TEA).**
 - Suporte as Unidades Escolares em relação à acessibilidade; deficiências e adequações necessárias ao aluno com deficiência.
 - Visitas periódicas da **Equipe de Assistentes Técnicas Pedagógicas da Educação Inclusiva.**



MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Estado de São Paulo



- **Assistente Técnica Pedagógica** especialista em **Deficiência Visual**.
- **Professoras Interlocutoras de LIBRAS**, para alunos com surdez desde a Educação Infantil II ao EJA (Educação Jovens Adultos).
- Capacitação de funcionários, sobre as deficiências, na **Semana do Educador de Apoio**.
- Capacitação de professores na **Jornada Pedagógica**, sobre as deficiências.
- Visitas às Unidades Escolares dos Professores do **Atendimento Educacional Especializado (AEE)** para orientações à Equipe Escolar e Professores.

7. Santos

**PORTARIA Nº73/2014-SEDUC
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014**

Dispõe sobre o Projeto de Mediador de Inclusão Escolar para atendimento a alunos com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados no Ensino Regular para o ano letivo de 2015.

A Secretária de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e considerando:

- a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- a matrícula de alunos com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e/ou superdotação no Ensino Regular;
- a necessidade de acompanhamento individualizado e sistematizado;
- a universalização do acesso às escolas por meio da inclusão.

Resolve:

Art 1.º O Projeto Mediador de Inclusão Escolar para atendimento aos alunos com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento deverá seguir o disposto nesta Portaria.

Art 2.º O Projeto Mediador de Inclusão Escolar é uma ação específica para garantir o acesso e permanência aos alunos com deficiência no ensino regular. O Mediador de Inclusão Escolar é o profissional cuja principal função é ser o intermediário entre o aluno e as situações vivenciadas por ele, nas quais se depare com dificuldades de interpretação, ação e de relacionamentos com o grupo, nos diversos espaços escolares.

Art 3.º Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem limitar sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade.

Parágrafo único - Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil). Os alunos com altas habilidades e/ou superdotação são aqueles que apresentam notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos, isolados ou combinados: capacidade intelectual geral, aptidão acadêmica específica, pensamento criador ou produtivo, capacidade de liderança, talento especial para as artes e capacidade psicomotora.

Art. 4.º O Mediador de Inclusão Escolar atenderá:

- I – Unidades de Educação Infantil;
- II – Unidades de Ensino Fundamental;
- III – Ciclo I e II de EJA.

Art. 5.º O Projeto será oferecido aos professores da Rede Municipal de Ensino que participarem do processo de inscrição organizado pela Secretaria de Educação/Seção de Educação Especial, tendo prioridade, os que atuaram nos anos anteriores no Projeto Auxiliar de Classe e possuem avaliação de desempenho satisfatória em 2014, referente a atuação no Projeto. As etapas para o processo de inscrição e seleção serão divulgadas em comunicado específico a ser publicado no Diário Oficial de Santos. O profissional será avaliado pela Equipe Técnica da Unidade Municipal de Educação ao final do ano letivo.

Art. 6.º O Mediador de Inclusão Escolar deverá:

- I – atuar na Unidade Escolar de sua jornada real ou na Unidade mais próxima da mesma quando houver vagas;
- II – assumir o Projeto em período contrário ao turno que atua, percebendo 150 horas/aula projeto;

III - permanecer no Projeto durante todo o ano letivo.

Art. 7.º O Mediador de Inclusão Escolar que desistir não poderá assumir outro projeto no decorrer do ano letivo.

Art. 8.º Ao Mediador de Inclusão Escolar caberá:

I - estabelecer articulação com os professores da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado, visando a disponibilização dos recursos pedagógicos, de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares juntamente com seu grupo-classe;

II - verificar as tarefas realizadas pelos alunos;

III - observar as competências e aprimorar as habilidades características dos alunos, buscando com o professor titular de classe a melhor metodologia de trabalho com os alunos;

IV - orientar e subsidiar os alunos, para que alcancem bons resultados no processo educativo;

V - registrar em diário de classe específico o processo educativo;

VI - participar da elaboração das adequações curriculares, em consonância com a legislação vigente, juntamente com a Equipe Técnica, professor titular de classe e o professor especializado;

VIII - atuar como intermediário nas questões sociais e de comportamento, na comunicação e linguagem, nas atividades e/ou brincadeiras escolares, e nas atividades dirigidas e/ou pedagógicas na escola;

IV – colaborar com a dinâmica da escola, na ausência dos alunos atendidos.

Art. 9.º O Setor de Coordenação Pedagógica da Unidade de Ensino deverá:

I - subsidiar o trabalho do professor titular e do Mediador de Inclusão Escolar,

II - acompanhar os avanços e as dificuldades de cada aluno;

III - apresentar propostas e técnicas diversificadas, garantindo a permanência e a troca cotidiana com seu grupo-classe.

Art. 10. Cabe ao Setor de Orientação Educacional:

I - recepcionar o Mediador de Inclusão Escolar orientando-o sobre as relações já construídas entre os alunos e comunidade escolar;

II - contribuir para o desenvolvimento pessoal dos alunos no que diz respeito a valores, atitudes, emoções e sentimentos;

III - trabalhar em parceria com o Mediador de Inclusão Escolar para compreender o comportamento e necessidades dos alunos e agir de maneira adequada em relação aos discentes;

IV - possibilitar a plena inclusão do educando no espaço escolar com o apoio da família e demais instituições.

Art. 11. A Seção de Educação Especial e a Supervisão de Ensino definirão, após análise conjunta, o encaminhamento à Unidade Escolar, o número de alunos e turmas para o atendimento em cada Unidade Escolar.

Parágrafo único - Cada Mediador de Inclusão Escolar deverá atender até (3) três turmas ou classes, organizando seus horários em horas/aula semanais, divididas em horas/aula diárias.

Art. 12. O Diretor da Unidade Escolar deverá informar à Seção de Educação Especial e à Supervisão de Ensino sobre a transferência do aluno para outra escola.

Art. 13. Os casos omissos serão analisados pela Secretária de Educação, ouvido o Departamento Pedagógico, a Seção de Educação Especial e a Supervisão de Ensino.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VENÚZIA FERNANDES
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 74/ 2014 – SEDUC
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado nas Unidades Municipais de Educação de Santos

A Secretária de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, visando a organização escolar, e considerando:

- . a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- . a Resolução nº 4/2009 – CNE que institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado.

Resolve:

Art. 1º Normatizar o Atendimento Educacional Especializado no Sistema Municipal de Ensino de Santos, conforme:

I – Salas de Recursos Multifuncionais, nas UMEs que atendem a alunos da Educação Infantil (Maternal II, Jardim e Pré);

II – Salas de Recursos Multifuncionais, nas UMEs que atendem a alunos do Ensino Fundamental;

III – Sala de Recursos para alunos com deficiência visual;

IV – Sala de Recursos para alunos com surdez.

Art. 2º O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas.

Art. 3º Considera-se público-alvo do Atendimento Educacional Especializado:

I – alunos com deficiência - aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;

II – alunos com transtornos globais do desenvolvimento - aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras;

III – alunos com altas habilidades/superdotação.

Parágrafo único – São considerados transtornos globais do desenvolvimento alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

Art. 4º O Atendimento Educacional Especializado é realizado no período do contraturno da escolarização, não sendo substitutivo à classe regular.

Art. 5º Para inserção dos alunos no Atendimento Educacional Especializado deverão ser observados os seguintes critérios:

I – relatório de avaliação pedagógica, preenchido pelo professor da Educação Básica, encaminhado ao Setor de Orientação Educacional;

II – verificação do diagnóstico/laudo médico do aluno;

III – registro de observação do aluno em seu grupo classe pelos Setores de Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica após recebimento do relatório do professor;

IV – avaliação do aluno e registro realizados pelo professor do Atendimento Educacional Especializado.

Art. 6º – O procedimento no artigo 5º poderá ocorrer durante todo o ano letivo, sendo intensificado no primeiro bimestre.

Art. 7º – O atendimento ao aluno terá seu início após o preenchimento da ficha informativa e autorização do responsável.

Parágrafo único – O desligamento do aluno do Atendimento Educacional Especializado dar-se-á a partir de 10 (dez) faltas consecutivas ou 15 (quinze) alternadas sem justificativa por opção do responsável ou segundo avaliação do professor do AEE em conjunto com o professor do ensino regular e Orientador Educacional referente ao avanço do aluno e a não continuidade do atendimento.

Art. 8º O responsável que não optar pelo Atendimento Educacional Especializado deverá manifestar-se por meio do termo de responsabilidade, garantindo que a criança tenha um atendimento especializado opcional.

Parágrafo único – A Direção e o Setor de Orientação Educacional deverão acompanhar a frequência do aluno ao atendimento a que se refere o caput do artigo, encaminhado ao Conselho Tutelar caso não haja continuidade.

Art. 9º O aluno com deficiência, beneficiado pelo Projeto de Mediador de Inclusão Escolar poderá frequentar o Atendimento Educacional Especializado.

Art. 10 A formação dos grupos ou atendimento individual, quando necessário, dar-se-á por meio da articulação entre o professor especializado, o Coordenador Pedagógico e o Orientador Educacional da Unidade Escolar.

§1º - Na Educação Infantil, o Atendimento Educacional Especializado será realizado por um professor especializado para cada duas UMEs, sendo o atendimento dividido em dois, três ou cinco dias de acordo com a demanda.

§2º - No Ensino Fundamental, o professor deve permanecer na Unidade durante toda a semana para atendimento ao público-alvo da Educação Especial, divididos em até três turmas, de no máximo dez (10) alunos.

§3º - Nas escolas de período integral, o Atendimento Educacional Especializado ocorrerá durante as atividades complementares, garantindo as aulas do ensino regular.

Art. 11 O atendimento terá após o recebimento dos relatórios de encaminhamentos e avaliação dos alunos já atendidos no ano anterior.

Art. 12 São atribuições do professor especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;

II – elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional Especializado do aluno, enviando cópia ao setor Pedagógico;

III - avaliar o Plano do Atendimento Educacional Especializado semestralmente envolvendo todos os profissionais participantes do processo, ressaltando a evolução pedagógica do aluno e a eficácia dos recursos de acessibilidade disponibilizados;

IV – organizar, junto à equipe técnica, o atendimento aos alunos na sala de Atendimento Educacional Especializado, priorizando e garantindo o público-alvo;

V – organizar atividades a partir das necessidades, potencialidades e habilidades dos alunos, enquanto trabalho individual e coletivo;

VI – ampliar habilidades funcionais dos alunos, por meio da tecnologia assistiva promovendo sua autonomia;

VII – construir relações cooperativas de trabalho, atuando de forma articulada com o ensino regular, orientando os diversos segmentos escolares;

VIII – acompanhar e avaliar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade no ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;

IX – avaliar com os educadores da unidade escolar o processo de educação inclusiva, garantindo que sejam reconhecidas as particularidades de cada aluno, organizando ações e atividades necessárias ao encaminhamento das diferentes situações;

X – participar no Conselho de Classe, tendo o Plano de Atendimento Educacional Especializado e o portfólio do aluno como parâmetro;

XI – participar das formações promovidas regularmente pela Secretaria de Educação.

Art. 13 O atendimento na Sala de Recursos para alunos com deficiência visual poderá ser realizado individualmente ou em grupo, nas complementações curriculares específicas necessárias à educação do aluno no que se refere:

I – ao ensino básico de orientação e mobilidade;

II – atividades de vida diária;

III – leitura e escrita em Braille;

IV – leitura e escrita em letra de forma ampliada;

V – sorobã;

VI – escrita cursiva.

Parágrafo único – O professor da Sala de Recursos deve prestar Atendimento Educacional Especializado, fornecendo material didático necessário, especializado ou adaptado, que será utilizado pelo aluno com deficiência visual.

Art. 14 No Atendimento Educacional Especializado da Sala de Recursos para alunos com surdez, destacam-se três momentos:

I – atendimento em Língua Brasileira de Sinais o conteúdo deste atendimento é semelhante ao desenvolvimento na sala de aula regular;

II – atendimento para o ensino da Língua Brasileira de Sinais que visa favorecer o conhecimento e a aquisição da LIBRAS, principalmente de termos científicos;

III – atendimento para o ensino da Língua Portuguesa aos alunos que optaram pela sua aprendizagem na modalidade oral e linguagem escrita.

§ 1º – O Plano do Atendimento Educacional Especializado deverá ser elaborado e desenvolvido conjuntamente pelo professor especializado, professores do Ensino Regular e intérprete de LIBRAS e comporá o Projeto Pedagógico da Unidade Municipal de Educação.

§ 2º – O atendimento na Sala de Recursos para alunos com surdez, deverá ser diário e em grupo.

Art. 15 A sequência didática da Sala do Atendimento Educacional Especializado processar-se-á da seguinte forma:

I – o conteúdo do planejamento será registrado em diário de classe;

II – as adequações curriculares ajustar-se-ão às condições do alunado;

III – para o desenvolvimento máximo das competências e habilidades de cada aluno serão envidadas múltiplas abordagens.

Art. 16 Cabe ao Coordenador Pedagógico:

I – acompanhar a rotina docente nas Salas de Atendimento Educacional Especializado;

II – atender, uma vez por semana, na Hora de Trabalho Individual, o professor especializado para que juntos verifiquem o progresso dos alunos.

Art. 17 Cabe ao Orientador Educacional:

I – envidar esforços no sentido de conscientizar os responsáveis pelo aluno sobre a importância de frequentar a sala de atendimento;

II – atender, uma vez por semana, na Hora de Trabalho Individual, o professor especializado para que juntos verifiquem o progresso dos alunos;

III – fazer os encaminhamentos necessários;

IV – fornecer ao professor especializado as fichas de observação do desempenho do aluno;

V – estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;

VI – participar do desligamento do aluno do atendimento, mediante relatório e parecer conclusivo.

Art. 18 Deverão ser mantidas listas atualizadas bimestralmente, dos grupos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no decorrer do ano letivo, em pasta própria junto ao Setor de Orientação Educacional.

Art. 19 Os registros de frequência dos alunos e do processo educativo serão feitos em Diário de Classe.

Art. 20 Nas reuniões regulares entre professores e equipe técnica, no que se refere o Atendimento Educacional Especializado deverá ser discutido:

a) verificação de frequência;

b) avaliações;

c) encaminhamentos e devolutivas dos serviços de Saúde e outros órgãos;

d) desempenho pedagógico.

Art. 21 Ao término do ano letivo, quando da realização do Conselho de Classe final, os professores da classe regular e especializado elaborarão relatório pedagógico onde ficará registrada a continuidade do aluno no Atendimento Educacional Especializado, no ano subsequente, com ciência inequívoca dos pais e/ou responsáveis.

Parágrafo único – O relatório deverá ser arquivado no Setor de Orientação Educacional com cópia no prontuário do aluno.

Art. 22 Casos omissos deverão ser analisados pela equipe técnica da Unidade, com anuência da Supervisão de Ensino e referendados pela Seção de Educação Especial – SEDESP.

Art. 23 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

VENÚZIA FERNANDES
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 75/2014
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre diretrizes operacionais para o atendimento aos alunos com surdez matriculados nas Unidades Municipais de Educação.

A Secretária de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, visando à organização escolar para o ano de 2015, e considerando:

- o atendimento especializado aos alunos com surdez matriculados nas Unidades Municipais de Educação;

- a necessidade de estabelecer orientações normativas quanto ao atendimento aos alunos com surdez.

Resolve:

Art. 1º A abordagem educacional para alunos com surdez dar-se-á por meio do bilinguismo, visando capacitar o aluno para a utilização das duas línguas: Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e Língua Portuguesa.

Art. 2º A atuação do intérprete de LIBRAS educacional deverá seguir as diretrizes operacionais dispostas nesta Portaria abaixo elencadas.

Art. 3º. As ações do intérprete de LIBRAS educacional excedem a interpretação de conteúdos em sala de aula e visam ainda:

I - proporcionar a comunicação entre professores e alunos; alunos e alunos; responsáveis, funcionários e comunidade escolar;

II - atuar no âmbito da escola e nos eventos de caráter educacional.

Art. 4º Ao intérprete de LIBRAS educacional caberá:

I - atuar em parceria com todos os segmentos da unidade escolar, garantindo a participação do aluno em toda ação pedagógica;

II - esclarecer a comunidade escolar no que diz respeito ao aluno com surdez sempre que possível;

III - ter o cuidado de interpretar a informação para LIBRAS e/ou Português, não emitindo opiniões ou comentários sobre o que ele próprio está interpretando;

IV - diante do contexto de interpretação da Língua Portuguesa escrita, inclusive no momento das provas, fazer a tradução do português escrito para a LIBRAS de todas as questões, como também fazer a interpretação das instruções dadas na Língua Portuguesa falada e/ou escrita;

V - manter sigilo sobre as informações particulares relacionadas ao aluno e/ou família, obtidas por meio de seu trabalho;

VI - participar do Conselho de Classe, oferecendo subsídios para a discussão sobre o aproveitamento do aluno com surdez.

Art. 5º Ao professor titular de classe caberá:

I – disponibilizar ao professor da sala de recursos para alunos com surdez, os conteúdos curriculares a serem trabalhados no decorrer de cada bimestre;

II – fornecer todo material escrito a ser trabalhado, inclusive das avaliações, com antecedência, ao intérprete de LIBRAS educacional;

III – utilizar recursos visuais (desenhos, ilustrações, fotografias, mapas, recursos tecnológicos, mímica, dramatização, expressões corporais e faciais, uso do dicionário), inclusive no momento das avaliações.

Art. 6º O professor titular da classe, o professor da Sala de Recursos, o Coordenador Pedagógico e o Orientador Educacional deverão acompanhar e subsidiar no que se refere às adequações curriculares e/ou avaliações, que compõem o Projeto Político Pedagógico 2015/2016.

Art. 7º Na avaliação processual do aluno com surdez, o desempenho linguístico não sobrepujará o desempenho global.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VENÚZIA FERNANDES
Secretária de Educação

PORTARIA Nº 76/2014 – SEDUC
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre as diretrizes operacionais para o Atendimento Pedagógico Domiciliar para o ano letivo de 2015

A Secretaria de Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando:

- a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva;
- os artigos 205 e 214 da Constituição Federal;
- os artigos 5.º e 23 da LDBEN, 9394/1996;
- o artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Resolve:

Art. 1.º O Atendimento Pedagógico Domiciliar aos alunos das Unidades Municipais que oferecem Ensino Fundamental deve seguir o disposto nesta Portaria.

Art. 2.º Considerar como público alvo para Atendimento Pedagógico Domiciliar alunos que apresentem dificuldades de acompanhamento das atividades curriculares por limitações específicas decorrentes de condições crônicas, cuja condição clínica ou exigências de cuidado em saúde interferem na permanência escolar ou ainda que impedem a frequência escolar regular, devidamente atestado por profissional da Saúde.

Parágrafo único - O Atendimento Pedagógico Domiciliar deverá garantir o direito a educação e a formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, assegurando currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades destes alunos.

Art. 3.º São atribuições do professor do Atendimento Pedagógico Domiciliar:

I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos;

II - elaborar e executar Plano de Atendimento Educacional, organizando atividades a partir das necessidades, potencialidades e habilidades dos alunos;

III - elaborar cronograma anual flexível, quando necessário para aula presencial;

III - ampliar as habilidades dos alunos por meio da tecnologia assistiva promovendo sua autonomia;

IV - estabelecer articulação com os professores da sala de aula regular e equipe técnica da UME em que o aluno encontra-se matriculado, objetivando a disponibilização de recursos pedagógicos, de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação do aluno nas atividades escolares;

V - registrar o processo educativo em diário de classe específico;

VII - elaborar as adequações curriculares, metodológicas, didáticas e avaliativas;

Art. 4.º O Setor de Coordenação Pedagógica da Unidade de Ensino deverá subsidiar o trabalho do Professor do Atendimento Pedagógico Domiciliar, acompanhando os avanços e as dificuldades de cada aluno e procurando apresentar propostas e técnicas diversificadas.

Art. 5.º Cabe ao Setor de Orientação Educacional recepcionar o Professor do Atendimento Pedagógico Domiciliar orientando-o sobre as relações já construídas entre o(s) aluno(s) e a comunidade escolar. Contribuir para o desenvolvimento pessoal do (s) aluno (s) no que diz respeito a valores, atitudes, emoções e sentimentos. Trabalhar em parceria com o professor para compreender o comportamento e necessidades dos alunos. Possibilitar a plena inclusão do educando com o apoio da família e demais instituições.

Art. 6.º Os casos omissos nesta Portaria serão analisados pela Secretaria da Educação, ouvidos o Departamento Pedagógico, a Seção de Educação Especial e a Supervisão de Ensino.

Art. 7.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VENÚZIA FERNANDES
Secretária de Educação

8. São Vicente



Prefeitura Municipal de São Vicente

Secretaria de Educação
Diretoria de Ensino Fundamental
Educação Inclusiva

DIÁRIO DE CLASSE

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Unidade Educacional

Modalidade de Atendimento



SRM

Sala de Recursos Multifuncional



CE

Complementação Educacional

Período

Ano Letivo

Professor (a) AEE

9. Guarujá

TRADUTOR DE LINGUAGENS DE SINAIS

É um profissional com proficiência em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), contratado para viabilizar o acesso aos conteúdos e conteúdos na Unidade Escolar.

INSTRUTOR

É um professor preferencialmente surdo, com ensino, que atua na Sala de Recursos, apoiando o uso e a fluência da LIBRAS.

PEDAGOGO BILÍNGUE

É um profissional de referência na educação especial, que atua nas escolas, dando suporte técnico aos professores e aos demais profissionais da unidade de ensino e Apoio pedagógico aos alunos surdos em sala de aula.

PROJETOS

- Deficientes Intelectuais
- Centro Comunitário Atendimento da Comunidade para Alunos com Deficiência Intelectual, maiores de 14 anos.
- Sala de Transição: Sala de atendimento escolar especializada.
- Deficiente Auditivo
- Biblioteca Cidadã
- CAES Centro de Atendimento ao Surdo – (CRP)

organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade ao ambiente, com o objetivo de eliminar barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as necessidades específicas de cada caso.

Este atendimento complementa e/ou suplementa a formação do aluno com vista à sua autonomia e independência na escola e fora dela.

ATENDIMENTO DE APOIO À REDE MUNICIPAL DE GUARUJÁ

Dentro da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva a Prefeitura Municipal de Guarujá, através da SEDUC, e Coordenadoria de Educação Especial, apresenta o Serviço de Apoio oferecido ao aluno público alvo da Educação Inclusiva em nosso Município, que visa promover uma educação de qualidade para todos.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNÇÃOAIS

É um espaço organizado preferencialmente em escolas esparsas das redes de ensino. O atendimento é realizado individualmente ou em pequenos grupos no contra turno escolar. Este atendimento é realizado por um professor especializado. Faz parte desse ambiente de educação especial equipamentos de informática e de tecnologia Assistiva. Este profissional além do atendimento aos alunos público alvo da Educação Especial, verifica quais os recursos necessários para acessibilidade ao conhecimento do aluno, informando e orientando os familiares, professores, funcionários e equipe gestora.

PROFESSOR DE REDE

Serviço realizado por um profissional da Coordenadoria de Educação Especial da SEDUC.

PROFESSOR COOPERATIVO

É um profissional de referência da educação especial, que atua nas escolas, dando suporte técnico aos professores e aos demais profissionais da unidade de ensino e Apoio pedagógico aos alunos em sala de aula.

AGENTE INCLUSIVO

É um professor da REI que faz atendimento de Apoio pedagógico em sala de aula, com o cargo suplementar ou em Estágios, os quais são capacitados em Serviço para o atendimento a essas Alunos.

TUTOR

É um professor especializado que atende como apoio ao aluno com necessidades específicas em sala de aula.

APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta a sistematização da Rede de Apoio aos alunos incluídos na rede municipal de ensino, visando desta forma garantir acesso e permanência do público alvo da educação especial. Esta atendimento não é substitutivo ao escolar, mas vem complementar ou suplementar a acessibilidade ao conhecimento deste aluno, no âmbito de suas necessidades intelectuais, físicas, emocionais, além das altas habilidades, superdotação e talentos globais do desenvolvimento (TGD).

CONCEPÇÃO DE ESCOLA INCLUSIVA

A escola da inclusão escolar é transformar as escolas de modo a tornar o espaço de formação e de ensino de qualidade para todos os alunos. A proposta inclusiva nas escolas é ampla e abrangente, atendendo às peculiaridades de cada aluno. A inclusão implica mudança de paradigmas de conceitos e posições, que fogem dos regimes tradicionais exigindo uma atuação de todos os envolvidos no contexto escolar.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, isto é, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer relação na sala de aula. É necessário planejamento, avaliação do ensino e capacitação de todos os envolvidos no processo: docentes, orientadores, professores e servidores da educação.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política Nacional de Educação Especial constitui um marco na educação inclusiva brasileira. O diferencial dessa política é a atuação de suas concepções educacionais e o respeito ao direito individual de todos os alunos à educação escolar, como dispõe a Constituição Federal de 1988. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga qualidade e diferença como valores insubstituíveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Para a implementação do Decreto nº 6.571/2008, a Resolução do CNE/CEB nº 4/2009, no art. 1º, estabelece que os sistemas de ensino devem matricular os alunos público alvo da educação especial em classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado, ofertado em sala de recursos multifuncionais ou centros de atendimento educacional especializado da rede pública.

E NO SEU ART.4º DEFINE O PÚBLICO ALVO DO AEE COMO:

Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos (de longo prazo) de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

Alunos com talentos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um conjunto de habilidades no desenvolvimento neuropsicomotor, cognitivo, emocional, social, de comunicação, de inteligência, motoras, artístico com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas de conhecimento humano, isoladas ou combinadas (intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade).

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Trata-se de um serviço de educação especial que identifica, elabora e



DATAS DE CONSCIENTIZAÇÃO

- Dia da Síndrome de Down
21 de março
- Dia do Autismo
2 de abril
- Dia Internacional da Pessoa com Deficiência
3 de dezembro.
- Dia do Surdo
26 de setembro
- Dia Nacional do Cego
13 de dezembro



CAPACITAÇÃO EM SERVIÇO

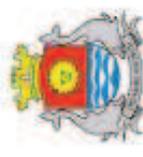
- HTPC
- Orientadoras Educacionais
- Professores Especialistas
- Agentes Inclusivo
- Estagiários
- Profissionais de Apoio a Inclusão



GRUPO DE PAIS



Prefeitura Municipal de Guarujá
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria de Ens. Fundamental e Diretoria de Ed. Infantil
Coordenadoria de Educação Especial



Prefeitura Municipal de Guarujá
Secretaria Municipal de Educação
Diretoria de Ens. Fundamental e Diretoria de Ed. Infantil
Coordenadoria de Educação Especial

Educação Especial

Na Perspectiva da Educação Inclusiva



"A inclusão exige um projeto educacional que possibilite a valorização da diversidade humana e especialmente deve voltar-se a todos os alunos, aqueles que deverão ser incluídos... um olhar para "tanta educar em diversidade" que legitime e ao mesmo tempo um todo."

(Marta Teresa Egler Marozoni)

VIVA A DIVERSIDADE!



Prefeitura de Guarujá
Secretaria de Educação

FONTE

BERTIOGA. Prefeitura Municipal de. Centro de Educação Especializado. **Plano de Gestão Educacional**. Plano de Gestão Educacional. São Paulo, 2015.

CUBATÃO Notícias. Reportagem: **Seduc discute mudanças na política pública de inclusão nas escolas**. Disponível em: <http://www.cubatao.sp.gov.br/noticias/10074-seduc-discute-mudancas-na-politica-publica-de-inclusao-nas-escolas/#.VaBbbOa5fIV>. Acesso em: 10 jul. 2015.

CUBATÃO, Prefeitura Municipal de. Secretaria de Educação Especial - SEE. **Orientações e Instrumentais AEE/ 2015 Secretaria de Educação SEDUC**. São Paulo, 09 fev. 2015.

CUBATÃO. Prefeitura Municipal. Secretaria de educação. Projeto Cuidar Educar Incluindo. In: **Orientações e Instrumentais AEE/2015**. SEDUC. SEE. Cubatão, 2015.

GUARUJÁ, Prefeitura Municipal de. Secretaria Municipal de Educação. Coordenaria de Educação Especial. **Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. São Paulo. Folder.

ITANHAÉM. Prefeitura Municipal de. **Plano Municipal da Educação**. São Paulo, 2015.

MONGAGUÁ. Prefeitura da Estância Balneária de. Departamento Municipal de Educação. **Regimento Interno das Escolas de Mongaguá**. São Paulo, 2011.

MONGAGUÁ. Prefeitura da Estância Balneária de. **Proposta de Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo, 2015.

PERUÍBE. Prefeitura Municipal de. **Orientação Técnica Intersectorial n.01, de 11 de maio de 2012** – Peruíbe. São Paulo. 18p.

SÃO VICENTE, Prefeitura Municipal de. Diretoria de Ensino Fundamental Educação Inclusiva. **Diário de Classe**. São Paulo, 2015.

SANTOS, Prefeitura Municipal de. Seção de Educação Especial. **Diretrizes para 2015**. SEDESP. São Paulo, 2015

SANTOS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Portaria nº 73 de 08 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Projeto de Mediador de Inclusão Escolar para atendimento a alunos com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação matriculados no Ensino Regular para o ano letivo de 2015. Santos, 2014.

SANTOS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Portaria nº 74 de 08 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado nas Unidades Municipais de Educação de Santos. Santos, 2014.

SANTOS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Portaria nº 75 de 08 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre Diretrizes operacionais para o atendimento aos alunos com surdez matriculados nas Unidades Municipais de Educação. Santos, 2014.

SANTOS, Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação. **Portaria nº 76 de 08 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre o Diretrizes operacionais para o Atendimento Pedagógico Domiciliar para o ano letivo de 2015. Santos, 2014.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, n. 24, jun. 2005.
- ALMEIDA, M.H.T. Federalismo e políticas sociais. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 88-108, jun. 1995.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Federalismo e Políticas Educacionais no Brasil: equalização e atuação do empresariado como projetos em disputa para regulamentação do regime de colaboração. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 34, n. 124, p. 787-802, jul.-set. 2013. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 24 set. 2014.
- ARRETCHE, Marta T. S. **Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo**. RBCS, vol. 14, n° 40, junho, 1999.
- ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília; CARVALHO, Maria do Carmo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/Marta/Arretche_2002.pdf. Acesso em 26 de set. 2014.
- BALL, Stephen, MAINARDES, Jefferson; **Políticas Educacionais questões e dilemas**. Ed. Cortez. São Paulo, 2011.
- BARROSO, João. O Estado, a educação e a regulação das Políticas Públicas. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. p.725-751, 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 24 set. 2014.
- BOBBIO, Norberto. Intelectuais e Poder. In: **Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997a, p. 67-90. Disponível em: <http://www.libertarianismo.org/livros/nboieop.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2014.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Exclusão e Inclusão Social: teoria e método**. Contexto e Educação. Editora Unijuí. Ano 21, n°75. Jan/jun. 2006. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/viewFile/1117/873>. Acesso em: 14 de ago.2014.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por dentro**. 3° ed. Rev. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, 2010.
- _____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 14 set. 2014.

_____. **Constituição Federal**. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 outubro de 2014.

_____. Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. **Lei nº. 5.692/71, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. In Política e Educação no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Imprensa Oficial, 1990.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo. **Resolução/CD/FNDE nº 10, de 18 de abril de 2013**. Dispõe sobre os critérios de repasse e execução do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em cumprimento ao disposto na Lei 11.947, de 16 de junho de 2009.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer n. 9, de 30 de agosto de 2011**. Análise de proposta de fortalecimento e implementação do regime de colaboração mediante arranjos de desenvolvimento da educação. Brasília, DF: MEC/CNE, 2011. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem limite. Brasília, 2011.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.253, de 13 de novembro de 2007**. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da educação – FUNDEB. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm. Acesso em 27 de set. de 2014.

_____. Ministério da Educação. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007.

_____. Ministério da Educação. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o AEE e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Documento Orientador Programa de Implantação das salas de recursos Multifuncionais**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17430&Itemid=817. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, nº. 9.394/96**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. Ministério Público do Estado de São Paulo: **Guia Prático Direito de todos à Educação**. Disponível em: <http://www.feac.org.br/tag/guia-pratico-o-direito-de-todos-a-educacao-dialogos-com-os-promotores-de-justica-de-sao-paulo/>. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica – SEESP/GAB/Nº 11/2010**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5294-notatecnica-n112010&category_slug=maio-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 7 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 55 de 2013/MEC/SECADI/DPEE**. Disponível em: http://seeensinoespecial.educacao.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1723&Itemid=100127. Acesso em: 20 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. Parecer CEB/CNE nº 13/2009 - **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial**. Relatoria: Clélia Brandão Alvarenga Craveiro. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf. Acesso em: 18 dez. 2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Plano Viver sem Limite – Plano Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17430&Itemid=817. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução n.4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16761&Itemid=1123. Acesso em: 20 set. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá Providências.

_____. **Emenda Constitucional nº 59/2009**. Revista Ação Educativa. Disponível em: http://www.acaoeducativa.org/index.php?option=com_content&task=view&id=2126&Itemid=2 acesso em 20 de jul. 2014.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 que aprova o Plano Nacional de educação PNE e dá outras providências**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2014.

_____. **Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm. Acesso em: 11 jul. 2014.

CASSINI, S.A. **Federação e educação no Brasil: a atuação do Poder Legislativo nacional para a regulamentação do regime de colaboração**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEC, M. C. (Org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

CONTI, José Maurício Considerações sobre o Federalismo Fiscal Brasileiro em uma Perspectiva Comparada. In: **Federalismo Fiscal: Questões Contemporâneas**. Organizadores: José Maurício Conti, Fernando Facury Scaff, Carlos Eduardo Faraco Braga. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, pág. 16 e 17.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Políticas Inclusivas e Compensatórias na Educação Básica**. Cadernos de Pesquisa, v.35, n. 124, jan./abr. 2005.

FARENZENA, Nalú e MARCHAND, Patrícia Souza. Relações Intergovernamentais na educação à luz do conceito de regulação. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 43, nº.150, p.788-811, set./dez. 2014.

FERREIRA, Júlio Romero; BUENO, José Geraldo Silveira. **Os 20 anos do GT Educação Especial: gênese, trajetória e consolidação**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.143-170, Maio-Ago. 2011. Edição Especial.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. IPEA, Brasília, nº 21, junho de 2000.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso e MICHELS, Maria Helena. **A política de Educação Especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 – Educação Especial da ANPED.** Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, p.105-124, Maio-Ago., 2011. Edição Especial.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Bertioga**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350635&search=sao-paulo|bertioga>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Cubatão**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351350&search=sao-paulo|cubatao>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Guarujá**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351870&search=sao-paulo|guarujá>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Itanhaém**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=352210&search=sao-paulo|itanhaem>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Mongaguá**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353110&search=sao-paulo|mongagua>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Peruíbe**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=353760&search=sao-paulo|peruibe>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Praia Grande**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354100&search=sao-paulo|praiagrande>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **Santos**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=354850&search=sao-paulo|santos>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – Apresenta informações completas dos municípios do Estado de São Paulo, **São Vicente**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355100&search=sao-paulo|sao-vicente>. Acesso em: 19 de jun. 2014.

KRAWCZYK, Nora. **A historicidade da pesquisa em política educacional: o caso do Brasil.** *Jornal de Políticas Educacionais*. N° 12, julho-dezembro de 2012, pp. 03–11.

LEITE, S. (coord.), FLEXOR, G.; MEDEIROS, L.; DELGADO, N.G.; MALUF, R. **Avaliando a gestão de políticas agrícolas no Brasil: uma ênfase no papel dos policymakers**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ – CNPq, 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do ciclo de políticas: uma abordagem para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil – da exclusão à inclusão escolar**. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>. Acesso em: 20 de nov. 2015

MARTINS, Angela Maria; **O campo das Políticas Públicas de Educação: uma revisão da literatura**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013.

MEC. Ministério da Educação. **Coleção: A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17430&Itemid=817. Acesso em: 20 set. 2014.

MEC. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica 2012 - Resumo Técnico - Brasília**. Distrito Federal. 2013.

MEC. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP**. 2013. Apresenta o número de alunos matriculados em cada município da Baixada Santista. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>. Acessado em: 02 de maio de 2014.

MEC. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP**. 2013. Apresenta o número de escolas em cada município da Baixada Santista. Disponível em: <http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>. Acessado em: 19 de jun. 2014.

MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva - Garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola – necessidades educacionais especiais dos alunos. Vol. 1 Visão Histórica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>. Acesso em: 6 de janeiro 2016.

O.DONNELL, Guillermo. Democracia Delegativa? In: **Novos Estudos**. N° 31, São Paulo: CEBRAP, 1991, p. 25-40.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima e CAVALCANTI, Cacilda Rodrigues. **Relações Federativas no financiamento da educação básica: compreendendo o papel da União por meio dos atos normativos do FNDE**. In: Revista Educação Online, n. 15, jan./abr. 2014, p. 36-56.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)**. Disponível em: http://portal.mj.gov.br/sedh/11cndh/site/pndh/sis_int/onu/convencoes/Declaracao%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos-%201948.pdf. Acesso em: 31 jul. 2014.

PEREZ, José Roberto Rus; Avaliação de políticas públicas e programas sociais: tendência do debate processo de implementação: algumas questões metodológicas do processo de educação. In: RICO, Elisabeth Melo; **Avaliação de Pesquisas Sociais: uma questão em debate**. São Paulo. Editora Cortez, 1998.

PRADO, S. **Equalização e federalismo fiscal: uma análise comparada**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

REDE SACI. Disponível em: http://saci.org.br/?IZUMI_SECAO=1. Acesso em: 12 abril de 2015.

RODRIGUES, D.; Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão E Educação: Doze Olhares Sobre A Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p.299-318.

SÃO PAULO, Governo do Estado de; Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Caracterização Socioeconômica de São Paulo Região Metropolitana da Baixada Santista**. Disponível em: http://www.planejamento.sp.gov.br/noti_anexo/files/uam/trabalhos/RMBS.pdf. Acesso em: 20 de jun. 2014.

UNESCO, **Convenção de Guatemala** - Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala: UNESCO, 1999 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm. Acesso em 31 jul. 2014

UNESCO, **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtiem, Tailândia, 1990 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.

UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA e Linhas de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em 02 abr. 2014

UNESCO; OREALC. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. Montreal, Canada, UNESCO, 2001 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 31 jul. 2014